

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVI

Nº 116

p. 269 – 368

out./dez./84

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVI – Nº 116

ISSN 0101-4919

OUT./DEZEMBRO/1984

SUMÁRIO

Artigos

A Presença da Guerra	271
Odilon Nogueira de Matos	
A Guerra: Causas e Conseqüências	275
Almir de Oliveira	
“A Mulher na Medicina”	299
Lycurgo Santos Filho	
Mestre João Ribeiro meio século depois	302
Ernani Silva Bruno	
José Carlos Mariátegui, um autor a ser rediscutido	304
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Reminiscências Cornelianas	305
Roberto Machado Carvalho	
Temas, Autores e Obras na Historiografia Nordestina	308
José Octavio	
O sentido da Universidade	319
Aureliano da Fonseca	
Registro Bibliográfico	321

Periódicos	328
Noticiário	
Museu da Família Colonial	331
Casa de Érico Veríssimo	331
Carlos Gomes: Acervo no Museu Histórico Nacional	332
Telas de Benedito Calixto em Catanduva	333
Sesquicentenário de Sant'Ana Gomes	334
Um Pouco de Música	
"Elizabeth", ópera inédita de Donizetti	336
Will Crutchfield	
Música para o "Tivoli"	337
Odilon Nogueira de Matos	
Memória Campineira	
Campinas no relato de Taunay	339
Textos	
A Queda do Império	342
Euclides da Cunha	
Os 14 Princípios do Presidente Wilson	343
Vultos da Historiografia Brasileira	
Monsenhor Raimundo Trindade	346
Seleção	
A Igreja de São Francisco de Assis (Ouro Preto)	348
Mons. Raimundo Trindade	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Uma preciosa Corografia Mineira	351
Trem da Cultura	352
Orlando Ferraz	353
Amores pelo Bexiga	354
A preservação da memória de um bairro	355
Fernand Braudel na Academia Francesa	356
Superstição paulista que desapareceu	357
Reedição de periódicos	358
A obra do Condestável D. Pedro	359
Odilon Nogueira de Matos	

A PRESENÇA DA GUERRA

Odilon Nogueira de Matos

Em seu livro **Aproximações**, publicado há mais de meio século (Rio de Janeiro, Ariel), o eminente jurista e ensaísta pernambucano Odilon Nestor, dentre as muitas “visões estéticas” de que cuidou (do direito, da música, do ritmo, das linhas...), tratou, logo no primeiro capítulo, da “visão estética da guerra”. À página 17 emite este conceito: “A guerra é selvagem, ela é terrível; mas não deixa de ter também o seu lado estético. Poderei falar duma **visão estética da guerra**, porque o terror mesmo tem o seu encanto e a sua beleza. Sem dúvida é mister que não encaremos a guerra por si mesma, a guerra pela guerra; será necessário que a vejamos temperada pelo ideal; importa que ela seja o meio de um fim mais elevado; com esta condição, porém, ela tem o seu atrativo e a sua grandeza”.

E com invejável primor de estilo e elegância de frase, indaga “como as diferentes artes, com os meios de que dispõem, se apoderaram deste grandioso assunto da guerra e dele tiraram partido”. E enumera exemplos expressivos da presença da guerra na literatura, na pintura, na escultura. E poderia (foi pena não o fizesse) ter acrescentado também na música, onde relacionaria inúmeras composições inspiradas ou sugeridas por acontecimentos militares, como, por exemplo, os dois majestosos “Te Deum”, de Handel, pela batalha de Dettingen e pela paz de Utrecht e ainda a **Música para os Reais Fogos de Artifício**, também de Handel, escrita para celebrar a Paz de Aix-la-Chapelle. Isto, sem falar na infinidade de “musique de bataille”, que vai desde **A Batalha de Marignan**, de Janequin, até a **1812**, de Tchaikovsky. E as canções e as marchas militares que todos os países possuem e delas se orgulham? Bem, isto daria outro ensaio quase tão extenso quanto o do escritor pernambucano.

Não chegarei a dizer que a “visão estética da guerra” apresentada pelo meu ilustre xará haja me fascinado. Mas, despertou-me o natural interesse que, pelo seu valor e estilo, não poderia deixar de exercer em quem tivesse qualquer preocupação com as coisas da cultura. Embora, na ocasião, fosse apenas aluno de último ano de ginásio, tinha já uma boa soma de leituras de narrativas militares, que — confesso — foram muito de meu agrado na adolescência. De fato, após os primeiros livros infantis — uma adaptação do **Robinson Crusoe**, o **Pinóquio** (ou **Pinocchio**, na forma italiana, como então se escrevia), os numerosos volumes editados pela Melhoramentos, bem como os primeiros livros de Monteiro Lobato,

que começavam a aparecer — foram as narrativas militares o tipo de leitura a que me entreguei. A começar pelas páginas do saudoso **Eu Sei Tudo** (quem, de minha geração, não se lembra desta revista ?), onde sempre havia lugar de destaque para as guerras da Europa dos séculos XVII e XVIII ou para a guerra civil dos Estados Unidos; depois, os diversos livros de Gustavo Barroso (**A Guerra do Lopez, A Guerra do Flores, A Guerra do Rosas...**); depois, as **Narrativas Militares** e, principalmente, **A Retirada da Laguna**, de Taunay. Este, impressionou-me deveras e interessou-me particularmente. Achava extraordinário que o livro houvesse sido escrito em francês, para que pudesse ser divulgado na Europa, bem como o interesse que despertou em França, a deduzir-se dos prefácios de Xavier Raymond e Ernest Aimé, antepostos à edição francesa. O deste último, escrito quando a nação francesa mal se curara do desastre da guerra franco-prussiana, é bastante significativo: “Não receamos predizer à **Retirada da Laguna** imenso êxito em França e disto nos alegamos; pois poderá entre nós despertar este generoso patriotismo, cuja ausência constituiu o melhor dos fáceis triunfos da Prússia na guerra de 1870. Se as nossas tropas tivessem conservado este espírito inabalável de disciplina, que admiramos nos heróis brasileiros; se nossas aldeias e cidades, com o intuito de salvarem riquezas, em vez de se entregarem ao primeiro ulano aparecido, houvessem, como este valente Lopes, tudo sabido sacrificar para repelir o invasor, não estaria a nossa história maculada por humilhações, aos nossos pais desconhecidas”.

Mas não era só a literatura. O cinema contribuía, de seu lado, para a motivação em torno de temas militares. A guerra civil norte-americana deu origem a inúmeros filmes, ainda ao tempo do cinema mudo, a começar pela **Cabana do Pai Tomás**, extraído do famoso romance de Beecher Stowe. E quantos filmes sobre a guerra de 1914/18 ? Todavia, o que mais me impressionou — embora bem mais recente, já de 1935 ou 36 — foi **A Carga da Brigada Ligeira**. Quem, tendo visto o filme, não se lembra dos belíssimos versos, apostos à tela na cena final, do poema famoso de Lord Tennyson, que deu título ao filme ? Este tema me faz até hoje pensar em algo contrastante: a Guerra da Criméia motivou a mais famosa e ousada “carga” de cavalaria de que se tem notícia, para tomar as colinas de Balaklava (que defendiam Sebastopol), e na qual se destacou de maneira incrivelmente heróica o 27º de Lanceiros da Índia (vingança contra o Surat Khan, mandante do horrível massacre de Chukote e que na Criméia se aliara aos russos ?), mas ao mesmo tempo foi dessa guerra que saiu Florence Nightingale (o “Anjo de Piedade”), com sua obra humanitária de enfermagem, que se acabou transformando na Cruz Vermelha Internacional...

Sempre houve guerras (infelizmente !) e sempre houve (felizmente !) quem sobre elas escrevesse. Eis por que a literatura militar

ocupa lugar de grande destaque e interesse no campo da historiografia. Costumo insistir, junto aos meus alunos, na importância das narrativas militares (como das religiosas) como uma das formas primitivas de apresentação da História. E muitas vezes tais textos constituem primícias para o conhecimento de povos e regiões. Quem ignora, a este respeito, a obra de Júlio César sobre a conquista da Gália, a de Tácito sobre os germanos, a **História da Guerra do Peloponeso**, de Tucídides (há pouco traduzida e publicada pela Universidade de Brasília), as narrativas de Xenofonte ou as biografias de Cornélio Nepos? Mais ainda: boa parte das crônicas medievais refere-se a guerras e bastaria lembrar o que significaram, por exemplo, as Cruzadas ou a Reconquista como fonte não apenas para a historiografia, mas para a própria literatura. Não pretendia a Cavalaria tanto a formação do cidadão como do guerreiro, ou seja do **cavaleiro** e do **cavaleiro**? Não estão, pois, os romances de cavalaria preñes de episódios guerreiros tanto quanto de ensinamentos do mais alto alcance moral?

Na vasta historiografia militar há a considerar trabalhos de três naturezas: 1. impressões e recordações, escritas por participantes das campanhas militares; 2. estudos críticos sobre as guerras, escritos muitas vezes até séculos mais tarde, necessariamente baseados em documentação sólida e adequada e implicando, não raro, verdadeiros processos de revisão dos eventos estudados; e 3. biografias de figuras militares ou mesmo civis, de participação decisiva nos acontecimentos bélicos. Qualquer leitor mais ou menos familiarizado com a bibliografia histórica poderá arrolar numerosos exemplos de cada uma das modalidades indicadas.

Quando comecei a lecionar História no curso secundário, ainda na vigência da Reforma Francisco Campos, lembro-me de que a quinta série era dedicada à História Contemporânea. Os manuais franceses, tipo Malet-Isaac, davam incrível ênfase às campanhas militares do século passado e, mais ainda, à Grande Guerra de 1914 a 1918. Com relação a esta, o velho Malet-Isaac estampava até os planos das grandes batalhas da região do Marne, como se os estudantes do primeiro ano (na época, a seriação do ginásio francês era invertida: os alunos entravam no sétimo ano e saíam no primeiro...) estivessem preparando-se, todos eles, para o ingresso em alguma Academia Militar. Um autor brasileiro, o saudoso Alfredo Ellis Júnior, que elaborou também uma série de manuais para o curso ginasial, fez até mais que os autores franceses: dois terços de seu volumoso livro para a quinta série encerravam um excelente estudo crítico da conflagração que enlutara o mundo de 1914 a 1918, com as referências bibliográficas mais expressivas, onde não entravam apenas os grandes clássicos tipo Clausewitz, mas até estudos especializadíssimos das campanhas em que aliados e alemães se engalfinharam. Não sei se em alguma escola militar se encontraria, na época, livro mais detalhado que o do autor paulista. Pouco depois, o grande humanista que foi Antônio Piccarolo, italiano, mas

vivendo em São Paulo havia mais de trinta anos, publicou em "O Estado de S. Paulo" enorme série de artigos, reunidos depois em livro, com o título **A Guerra e a Paz na História**. Livro que valeria a pena ser reeditado, ainda que talvez um tanto desatualizado, pois apresentava excelente panorama, de leitura agradável, daquilo que seu título implicava.

Possui o Brasil uma significativa literatura militar de alto interesse para a historiografia. Desde o período colonial, com as lutas contra os holandeses, até o século passado com a Campanha da Cisplatina e, sobretudo, a guerra contra o ditador do Paraguai. Imensa biblioteca poderia ser formada só com o que se escreveu sobre as campanhas militares em que o País se envolveu. Os clássicos mais valiosos dessa literatura estão ao nosso alcance, às vezes até em edições modernas: o **Valeroso Lucideno**, os **Desagravos do Brasil**, a **História da Guerra Brasílica**, o **Castrioto Lusitano**, este último mais difícil de ser encontrado. Os clássicos holandeses — Barleu, João de Laet, Nieuhoff, van der Dussen — encontram-se traduzidos e, com exceção de Laet, em edições modernas. Da mesma forma, a literatura dos mercenários alemães contratados para a Cisplatina e para a guerra contra Rosas: Seidler, Boesche, Schlichthorst, Seweloh, Sibers, Leenhof, Lammers-Damforth. O importante livro do Padre Gay sobre a invasão paraguaia mereceu recente reedição por uma editora gaúcha. As obras, também clássicas, de Bormann, Schneider e Titara mereceram igualmente edições recentes. A grande obra de Tasso Fragoso sobre a Guerra do Paraguai, embora não reeditada, é encontrável nas melhores bibliotecas. E no capítulo das reminiscências, aí estão os escritos do Conde d'Eu, de Taunay, Dionísio Cerqueira, Jorge Maia, Pinheiro Guimarães, entre outros. Inúmeros autores dedicaram-se à história militar (geral) do Brasil, desde o clássico Mirales, do século XVIII, mas só publicado neste século, a Genserico de Vasconcelos, Gustavo Barroso e Nelson Werneck Sodre, este último não com o caráter descritivo dos demais, mas de alto espírito crítico.

Mas, a guerra não interessa apenas à historiografia. É um "fenômeno biológico, social e jurídico" e, como tal, interessa ao direito, à sociologia, à política, à economia, à técnica, à psicologia social, à moral, à religião... De tudo isto, nos dá conta o Professor Almir de Oliveira, ilustre jurista e historiador de Juiz de Fora, membro da Academia Mineira de Letras, no belo estudo que, a seguir, se publica. Trata-se de conferência, que tive a honra e o prazer de ouvir, proferida no auditório da Academia de Comércio, da importante cidade mineira, em setembro de 1983. Ao ouvi-la, fiquei a pensar no quanto sua publicação seria de valia aos leitores desta revista. E seu autor, gentilmente, concedeu à NBH a honra de ser a primeira a divulgá-la.

A GUERRA: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

Almir de Oliveira

Sumário

1. A guerra como fenômeno biológico, social e jurídico. 2. As causas da guerra. 3. As conseqüências da guerra. 3.1. Tecnológicas: antes da deflagração – aprimoramento tecnológico acelerado, visando à guerra; depois da deflagração – aplicação de novas tecnologias com finalidades pacíficas; ciências aplicadas; engenharia; transportes; medicina; cirurgia. 3.2. Econômicas: a) demográficas; b) na produção e consumo de bens; c) nas finanças públicas e particulares. 3.3 Políticas: a) territoriais; b) institucionais. 3.4. Militares: a) positivas – aperfeiçoamento do material, da tática e da estratégia; intensificação do sentido da camaradagem e da solidariedade da classe; b) negativas – as mutilações; as perturbações psíquicas; as baixas. 3.5. Psicossociais: sobre os costumes em geral; sobre a vida sexual; sobre a religião; sobre a psicologia social. 4. Conclusão.

1. A Guerra como fenômeno biológico, social e jurídico.

Nenhum fenômeno social terá impressionado o espírito do homem tanto quanto a guerra. Da Antiguidade aos nossos dias, em todos os quadrantes da terra, onde haja medrado a civilização e onde o homem tenha dedicado um momento à observação e à meditação sobre os fatos humanos, a guerra foi objeto de suas cogitações e de sua palavra.

Poetas enalteceram-na, movidos pela valentia dos combatentes, ou lastimaram-na, sensibilizados pela sua crueldade. Escultores talharam-lhe monumentos para glorificar-lhe os grandes chefes, ou os bravos batalhadores. Pintores largaram nas telas e nos murais o retrato de batalhas famosas e de guerreiros insignes. Músicos compuseram canções, hinos e sinfonias, com o que exaltaram soldados desconhecidos e generais eminentes. Romancistas e teatrólogos escreveram dramas, tragédias e comédias com o material terrível dos campos de batalha. Teólogos buscaram explicá-la à luz das doutrinas que relacionam Deus com os homens. Filósofos procuraram-lhe o sentido nas profundezas da natureza humana. Naturalistas investigaram-lhe as raízes biológicas e estudaram-na como fenômeno da vida animal. Sociólogos indagaram-lhe as causas e as conseqüências nas relações da vida social. Historiadores encheram páginas numerosas com o relato e a interpretação dos acontecimentos bélicos. Políticos usaram a guerra como instrumento de suas aspirações. Militares

trataram-na como arte e, como técnica, deram-lhe doutrinas e fizeram dela profissão regular com foros de dignidade. Juristas definiram-na como ato jurídico, doutrinaram sobre seus efeitos nas relações interestatais e deram-lhe normas, visando a contê-la em certos limites. O homem divinizou-a e execrou-a, mas, sobretudo, sofreu-a no decorrer das idades.

A presença da guerra na sociedade humana, desde os mais remotos grupamentos sociais, até os mais desenvolvidos no quadro da civilização, autoriza-nos a parodiar o velho aforismo jurídico e a afirmar: **ubi societas, ibi bellum**. Sua permanência na história de todos os povos mostra-a como fenômeno natural, próprio do homem como ser social, e parece definir a espécie humana como belicosa por natureza.

Não foi à toa que SPENGLER afirmou ser o homem um “esplêndido animal de rapina”, “que vive de atacar, de matar, de destruir”, e que JEFFERSON anotava, espantado, não se lembrar de família alguma, no reino animal, que se empregasse, como o homem, constante e sistematicamente, na própria destruição.

Afirmou Julian HUXLEY, durante a última conflagração mundial, que “a guerra não é uma lei geral da vida, mas, um fenômeno biológico extremamente raro”, ocorrente apenas entre os homens e as formigas coletoras das regiões áridas”. Isto serve simplesmente para dar maior ênfase à conceituação da guerra como fenômeno natural, próprio do homem, e, para nosso desencanto, de algumas formigas... Diz o mesmo cientista que a guerra está sempre ligada à questão da propriedade e aos direitos territoriais, o que só se verifica entre os homens e as ditas formigas. Mas, tratando da tese darwiniana, que dá a guerra como forma de luta pela vida, de que resulta a seleção natural da espécie humana, pela sobrevivência do mais forte, o biólogo britânico põe em dúvida a verdade dessa “seleção natural”, de sua utilidade e eficácia para a melhoria da espécie. Textualmente: “Em primeiro lugar, é evidente que a guerra constitui um exemplo de competência intra-específica, de um conflito físico entre grupos da mesma espécie. Como tal, pode ser não somente inútil, mas igualmente danoso para o conjunto da espécie”. Adiante, abre uma clareira de esperança para afirmar que a guerra não é um fenômeno inevitável da vida humana, porque “se produz em determinadas circunstâncias e não se produz em outras”. Uma afirmativa de HUXLEY, entretanto, foge à realidade: a que dá a guerra como ausente do seio da humanidade pré-histórica. O que se sabe da vida dos povos selvagens, ainda hoje existentes e a viverem na pré-história, atesta que a guerra não é um fenômeno raro entre eles. Por isto, podemos afirmar que ela tem sido uma constante na vida da humanidade, como dissemos no início, fundado no exemplo de recíproca destruição, que nos oferecem as tribos americanas. Embora Arthur NUSSBAUM observe que dentre essas tribos primitivas “algumas não chegaram à noção de luta coletiva e organizada, tal como se

caracteriza a guerra, enquanto outras vivem em permanente estado de alerta ou latente hostilidade com as tribos vizinhas”, o indiscutível é que, entre todas elas, a luta pelo extermínio ou pela dominação de um grupo por outro sempre se praticou e se pratica ainda.

Não foi, pois, infundadamente, que o padre BRUCCULERI, S. J. asseverou ser a guerra “uma das manifestações mais características da luta inerente à vida” e que Bertrand RUSSELL — embora campeão do pacifismo — não vacilou em dizer que “a guerra, em si mesma, é uma realização de parte de nossa natureza”. Não creio possa dizer-se com Joseph DE MAISTRE, no seu entusiasmo pela guerra, que ela seja “o estado habitual do gênero humano”, cujo sangue, a seu ver, “deve escoar ininterruptamente sobre a terra, aqui ou alhures”, como uma fatalidade irremediável. Mas, talvez não falte razão a Émile FAGUET para asseverar que “a humanidade é constituída de tal modo, que traz, por assim dizer, a guerra no seu íntimo”.

Essa conceituação da guerra como fenômeno natural da espécie humana é antiga. Hugo GRÓCIO buscou a opinião de escritores eminentes do mundo clássico para demonstrar, com eles, que “entre os primeiros princípios da natureza, não há nada que se oponha à guerra, mas, ao contrário, todos a favorecem; já porque o fim da guerra — a conservação da vida e dos membros e a retenção ou a aquisição de coisas úteis para ela — está muitíssimo conforme com esses princípios naturais; já porque o uso da força para isso, se necessário, nada tem de contrário aos primeiros princípios naturais, posto que a natureza dotou cada um dos animais de forças que lhes permitam defender-se e ajudar-se.” O jurista holandês mostra que ARISTÓTELES, PLÍNIO, XENOFONTE, CÍCERO, ULPIANO e outros pensadores da Antiguidade convergem no mesmo conceito da guerra como fenômeno natural.

Que é, porém, esse fenômeno impressionante, que todos consideram conforme com a natureza humana, próprio de nossa espécie, filho legítimo da sociedade dos homens ?

O citado biólogo britânico oferece-nos esta definição, desde logo procurando distinguir a guerra de toda e qualquer outra forma de conflito ou disputa: “A guerra não é a mesma coisa que um conflito ou matança. Significa algo muito definido: um choque físico organizado entre grupos de uma mesma espécie. As disputas individuais entre membros da mesma espécie não são guerras, embora nelas haja derramamento de sangue e morte.” De imediato, há que distinguir entre a guerra e os demais tipos de conflitos humanos, entre ela e os demais choques físicos de grupos da espécie humana: a guerra contém o sentido de **organização** para a luta armada, o que implica a existência de um **objetivo** e de uma **técnica**.

Com essa conceituação biológica de guerra confere sua noção sociológica, oferecida por Charles J. BUSHELL, nesses termos: “Luta

armada entre massas humanas organizadas que se consideram soberanas politicamente e, do ponto de vista ético, autorizadas a fazer valerem seus direitos pela força, direitos que, segundo eles, não são reconhecidos por seus adversários armados.”

Tanto na definição biológica, dada por HUXLEY, quanto na sociológica, oferecida por BUSHELL, a idéia de **organização** está presente como elemento definidor da guerra, aparecendo na segunda elementos subjetivos representados pela idéia de **soberania do grupo** e pela de um **direito** a ser defendido ou conquistado pela força.

É com essas características de luta organizada entre grupos humanos convictos de sua soberania e imbuídos da certeza de um direito, ou movidos por forte necessidade, que a guerra existe desde os albores da sociedade humana, antecipando-se à História. E tem-se repetido de tal sorte, no tempo e no espaço, entre povos da mais diversa formação cultural, que induz à certeza generalizada da impossibilidade de seu definitivo banimento da face da terra.

Fenômeno biologicamente raro, mas constante na vida de todos os povos, ganhou ela o conceito de acontecimento natural, concorde com a própria natureza do homem, desta mesma decorrente e intimamente ligada à essência da sociedade.

Assim deve ser vista, aceita, estudada, como problema humano dos mais graves, para, sob tal conceito, tentar-se sua solução, pois nem mesmo teólogos da envergadura de Sto. AGOSTINHO lhe negaram legitimidade, mas legitimaram-na como meio de obter-se a paz. Na “Cidade de Deus”, lê-se que “com intenção da paz se sustenta também a guerra”, porque “a paz é o desejado fim da guerra”.

Que a guerra é procedimento lícito e autorizado por várias passagens dos Evangelhos, afirma-o o padre Francisco VITÓRIA, para concluir incisivamente: “é lícito aos cristãos fazer a guerra.” Também o padre Francisco SUAREZ considerou a guerra expediente legítimo para dirimir contendas entre Estados, no caso de violação de direitos ou de ameaça de vida de um Estado por outro, dada a impossibilidade, nesses casos, de uma “appellatio”, que é “actus inferioris ad superiorem”, pela inexistência da autoridade superior aos Estados.

Ao espírito do jurista, a guerra aparece como fenômeno social a exigir conceituação e definição à luz da Ciência do Direito. Ocorre-lhe o problema da legitimidade. Interessa-lhe a questão das normas que a devam regular e dos seus efeitos jurídicos, tanto entre os Estados quanto entre os indivíduos.

A definição de **luta armada entre dois Estados, que procuram, pela força, resolver uma questão que não puderam solucionar pacificamente**, é a corrente e parece dizer de modo claro, e a contento do Direito, o que é a guerra.

Para o Conselheiro LAFAYETTE, nenhuma definição será completa sem a referência ao objetivo: “deve exprimir o fato e a sua intenção jurídica”.

A definição dada atende a tais requisitos: dá o fato — “luta armada entre dois ou mais Estados”, e sua intenção jurídica — “resolver uma questão que não puderam solucionar pacificamente”.

Há quem negue à guerra a qualidade de instância jurídica, pela razão de ser a força a base da decisão.

Seja como for, ela decide uma disputa em torno de um direito, ou de uma pretensão. Pouco importa seja injusta a decisão resultante do poder do mais forte. As instâncias judiciais sóem ser também injustas nos seus vereditos. Por vários motivos. Nem por isto deixam de ser instâncias, universalmente reconhecidas como tais.

Juridicamente considerada, a guerra é um modo de resolver os litígios entre Estados. Um terrível modo — “a terrible litigation”, no dizer de PHILLIMORE. Pode ser representada pelo gesto de ALEXANDRE diante do nó górdio: é o argumento da força física onde falhou o engenho, onde malogrou a razão, onde dominou o instinto, onde não coube a paciência, onde não entrou a boa fé e de onde desertou a compreensão.

2. As causas da guerra

Quem percorre a literatura sobre a guerra depara com um variado número de explicações das suas causas. Alguns autores consideram o fenômeno na superfície e contentam-se com apontar-lhe as causas aparentes, ou ostensivas: as disputas econômicas, políticas e religiosas. Outros enveredam pelo caminho da indagação filosófica, ou sociológica, ou científica: vão ao caráter da guerra e sua natureza íntima, com o que procuram explicar seu aparecimento nas relações internacionais.

Dentre os primeiros, encontraremos dificuldades às vezes invencíveis, pois nem sempre é fácil determinar a natureza da principal causa, ou da causa aparente de tal ou qual guerra.

Em geral, a guerra é deflagrada sob um complexo de alegações e pretextos, que, na sua maioria, apenas buscam ocultar a razão verdadeira do conflito.

Sem aderir ao determinismo econômico de certa corrente marxista, será difícil recusarmos a presença do fator econômico no preparo

e no desenvolvimento das guerras. Aquelas que se fizeram sob a bandeira de uma crença religiosa, como as do Islamismo e as Cruzadas, não ficaram isentas da influência dos interesses econômicos.

As causas políticas mal escondem os motivos econômicos, porque, em assuntos políticos de maior envergadura, como os que levam os povos à guerra, o fator econômico atua tão fortemente, que não pode ser disfarçado. Desta sorte, é difícil distinguir uma guerra econômica de uma política. Quando Roma investiu sobre Cartago, fê-lo em nome de tudo, menos da economia, que lhe estava latente. Era uma guerra propalada contra Moloch, em favor da segurança de Roma etc., menos contra a concorrente comercial na Sicília e jamais com o fim de dominar as terras norte-africanas. Não foi somente pela liberdade do Santo Sepulcro que os reis europeus se fizeram cruzados e marcharam sobre a Terra Santa, mas, também, porque o comércio com o Oriente Médio e a Índia estava nas mãos dos muçulmanos. As grandes guerras dinásticas da Idade Moderna, como a das Duas Rosas, a dos Trinta Anos, tinham um caráter político declarado, mas a política definida era a do domínio de fontes de riqueza européia pelas casas reais em luta. A Primeira Guerra Mundial foi a luta pelos mercados do mundo entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e seus aliados. A segunda, mera continuação da primeira, uma guerra pelo domínio econômico, pelo "espaço vital" pretendido pela Alemanha, embora os litigantes alegassem menos isso do que razões mais aptas a sensibilizar os respectivos povos. É ver, no entanto, os resultados da cartografia do mundo e compreender. Os promotores desses conflitos, e os que neles se envolveram, todavia, têm repetido a farsa de Roma: guerream em nome de princípios nobres, altos princípios, em nome da civilização. É verdade que muitos vão à guerra convencidos desses princípios, e de envolta com os interesses econômicos, têm defendido a civilização contra certas forças barbarizantes, como o nazismo. E, se amanhã — Deus nos livre disto — abrir-se uma nova trincheira entre a civilização ocidental e a oriental, cada um de nós, daqui e de lá, estará defendendo a **sua civilização**. Na verdade, estará lutando pelo domínio dos mercados, que Oriente e Ocidente cobiçam. Mas, nós diremos que defendemos a **civilização ocidental e cristã, as liberdades fundamentais do homem, os princípios da democracia contra a barbárie soviética e o materialismo grosseiro, a escravidão do homem pelo Estado totalitário**. E eles nos contradirão, dizendo que lutam **contra a opressão capitalista, a exploração do homem pelo homem, o imperialismo belicista e colonizador, em favor das massas operárias oprimidas, contra o obscurantismo religioso, pela libertação dos povos de todo o mundo**.

Aqueles que têm indagado sobre as causas da guerra, desprezando essas razões aparentes ou ostensivas, afirma, como Bertrand RUSSEL, que "ela nasce antes de um impulso, do que de um cálculo sobre

as vantagens que dela advirão”. Porque, diz ele noutro passo, “ao lado das forças conscientes e deliberadas que levam à guerra, há sentimentos inarticulados no homem comum, o qual, na maioria dos países civilizados, está sempre pronto a arder em febre guerreira ao chamado dos estadistas”. Adiante, o filósofo britânico, que experimentou horas amargas, devidas ao seu pacifismo impenitente, escreveu: “O motivo fundamental, de que a guerra decorre, não é econômico ou político, nem repousa sobre qualquer dificuldade mecânica de inventar meios para a solução pacífica das disputas internacionais. É, isto sim, o fato de que a grande proporção da humanidade tem antes um impulso ao conflito, do que à harmonia, e apenas pode ser levada a cooperar com outros para resistir ou atacar a um inimigo comum”. Como se vê, o filósofo inglês assenta seu juízo na base de uma observação da psicologia do homem e da sociedade, e, coerente com o seu conceito de guerra, atribui à própria natureza humana a causa fundamental do fenômeno bélico. Para ele, o homem guerreará sempre que for a isso convidado em termos assaz adequados. Basta lhe sejam despertadas as paixões, provocado seu instinto belicoso. Basta lhe falem no patriotismo, no orgulho nacional, ou lhe ofereçam motivos ideológicos capazes de inflamar-lhe o espírito. E ele marchará ao som das bandas marciais para sucumbir ao das metralhas inimigas. Mandará seus filhos e exultará por poder dizer que ofereceu à Pátria o tributo de seu sangue ! Por isto, serão baldados todos os apelos à vida pacífica sobre a terra. O homem não os ouvirá, não os compreenderá, sempre que suas paixões forem habilmente exploradas pelos dirigentes com o fim de lançá-lo na voragem de Marte, em defesa de interesses de alguns. Eis a conclusão melancólica a que se chega em face das palavras de RUSSELL, que, apesar delas, já aos 90 anos de idade, ainda dirigia ao mundo angustiado mensagens de paz.

Outra explicação, esta de caráter moral, é a que oferece W. C. BULLIT: “A guerra — diz ele — é sintoma e não causa da enfermidade moral do gênero humano. A causa é que os homens ainda não aprenderam a basear suas relações na verdade segundo a qual cada homem tem um dever infinito a cumprir para com os seus congêneres de todas as raças, de todas as nações e de todos os credos”. Adoecido moralmente, esquecido de seus deveres morais para com seu semelhante, o homem engaja nos exércitos, vai à guerra. A razão não importa: para defender a civilização, a liberdade, a raça, a religião, a independência da Pátria, a riqueza nacional, a integridade territorial do País, a soberania do povo etc., ou para conquistar novos mercados, assegurar os conquistados, engrandecer o império, glorificar a Nação.

Outro, que dá à guerra causas de ordem moral é H. M. WRISTON, para quem a guerra sucede, à paz, não a destrói: “A paz — acentua ele — ficou destruída antes que sobreviesse a guerra. A razão

fracassou, a justiça foi abandonada, a moral desintegrou-se antes que se recorresse à força. A guerra não é a causa do fracasso da paz, é antes a consequência desse fracasso". Há um processo, segundo WRISTON, de decomposição moral, que precede a guerra. Esse processo liquida o estado de paz e enseja a luta armada. Perdidos o comando da razão, o senso de justiça e a inteireza moral no trato dos negócios internacionais, a guerra vem como resultado, seja qual for o motivo, porque o instinto se liberta dessas peias, o homem atua como animal, como o "esplêndido animal de rapina" de SPENGLER.

Ninguém poderá negar razão a todos esses que examinam o fenômeno da guerra e lhe dão tais ou quais fundamentos, essas ou aquelas causas superficiais ou profundas. As posições dos escritores citados está ligada à conceituação da guerra como fenômeno natural. Em última análise, todos estão convencidos de que o homem guerreia porque é um animal que tem inato o germe da disputa. E disputará sempre, sob várias modalidades, por vários motivos ou interesses, usando os processos que sua inteligência lhe puser ao alcance.

Não será preciso, entretanto, negar-lhes razão para concluir com Emery REVES, para quem a guerra é, afinal, o resultado da ausência de uma autoridade superior aos contendores, uma autoridade capaz de impor-lhes normas reguladoras das respectivas relações e de submeter-lhes as divergências ao regime de decisão de tribunais instituídos para operar acima dos interesses nacionais, visando apenas à paz baseada no Direito e na Justiça, e cujas decisões se façam cumprir, do mesmo modo, pelo qual se cumprem as decisões dos tribunais dos Estados na ordem interna, sob a garantia da força física mantida por estes a serviço do Direito.

O arguto escritor de "Anatomia da Paz" demonstra que a guerra sempre ocorreu "quando e onde quer que unidades sociais não integradas, sendo igualmente soberanas, entrem em contato". De fato, assim tem sido. A História ensina-nos que, sempre que essas unidades perdem sua soberania para outra politicamente mais forte, que as coordene, deixam de guerrear-se. Exemplo típico é o das cidades-estados helênicas: soberanas, bateram-se umas com as outras numa luta constante pela hegemonia, até que as unificou o poder militar e político de Alexandre. Hoje, será impossível pensar-se numa guerra entre Esparta e Atenas, meras unidades não-soberanas de um todo soberano, que é o Estado grego. Outro exemplo é o das cidades italianas da Idade Média e do Renascimento, antes tão inimigas e desejosas de destruírem-se reciprocamente e hoje submetidas ao poder único do Estado italiano. Por isto afirma com acerto Emery REVES: "As guerras sempre desapareciam quando uma unidade superior estabelecia sua própria soberania, absorvendo a soberania dos grupos sociais menores em conflito. Depois dessas transferências de soberania, seguia-se um período de paz, que apenas

durava até que as novas unidades soberanas entrassem em contato". Caso típico, ainda, o dos reinos ibéricos, que se moveram guerras até o momento em que foram unificados sob a soberania da Espanha. Também o dos reinos e grão-ducados alemães, que viveram em demoradas guerras, como a dos Trinta Anos, até o instante em que a espada de BISMARCK lhes impôs a soberania de um Estado alemão único.

É impossível discordar do autor de "Um Manifesto Democrático". A História de todos os povos dá-lhe razão. Fundado nos exemplos históricos conhecidos, Emery REVES conclui: "1 — As guerras entre grupos humanos formando unidades sociais sempre ocorreram quando essas unidades — tribos, dinastias, igrejas, cidades, nações — exercem um poder soberano irrestrito. 2 — As guerras entre essas unidades sociais cessam no momento em que o poder soberano é transferido para uma unidade maior ou superior".

Estas observações e conclusões de Emery REVES remetem-nos imediatamente à definição sociológica de guerra, dada por BUSHELL, que menciona a idéia de soberania dos grupos em conflito como um dos elementos do conceito de guerra. Se esses grupos não estão ciosos de sua soberania, e convictos de que ela lhes possibilita livre deliberação, não se guerrearão. Se, acima deles houver poder superior, que lhes impeça a ação bélica, encaminharão o problema à solução em termos pacíficos: ou voluntariamente, ou compelidos pela força desse poder superior.

Não pensa de modo diferente o biólogo HUXLEY, já citado, quando afirma que "não há obstáculo teórico à abolição da guerra", e que "o primeiro passo necessário é a classe acertada de organização internacional capaz de estabelecer "sanções contra os agressores, a reconciliação pacífica dos interesses nacionais em um sistema cooperativo internacional, uma força policial internacional".

Convencido, de certo, também disto, o padre BRUCCULLERI S. J. escreve: "As nações lutarão sempre entre si, porque haverá sempre divergências de interesses e de idéias: mas a forma cruenta dessas lutas que não é o único meio nem muito menos, certo, para o triunfo do direito, poderá ser substituído por formas racionalizadas e dignas do homem com a criação de novos quadros políticos".

3. As conseqüências da guerra

Como todo acontecimento social, a guerra produz conseqüências. Por suas peculiaridades e pela constante possibilidade de sua deflagração, suas conseqüências costumam precedê-la. Até mesmo para tentar evitá-la, os povos se preparam para ela, agem em razão dela. Como quem se vacina contra uma doença, inoculam no seu corpo os vírus dessa mesma doença.

Essas conseqüências atingem todos os aspectos da vida humana, compreendendo as atividades tecnológicas, as econômicas, as militares, as políticas, as psicossociais e as artísticas. E isso ocorre não-somente depois de deflagrado o conflito e durante o seu desenvolvimento. Ocorre antes dele, como preparação para ele.

3.1. **Tecnológicas.** O fato a que se convencionou chamar **corrida armamentista** é dos mais expressivos exemplos das conseqüências da guerra na vida da sociedade humana. É fenômeno dos mais antigos e vem de longe o aforismo — **Se vis pacem parabellum**, significando que a manutenção da paz requer constante preparação para a guerra. É que, como se viu anteriormente, todos os Estados são potencialmente adversários que, num dado momento, podem terçar armas em defesa de seus interesses. Assim, cada qual cuida constantemente de preparar-se para a eventualidade de um conflito armado. O mundo de nossos dias está muito marcado por aquilo a que se denominou bipolaridade, isto é, conjuntos de forças políticas, econômicas e militares que se opõem e podem, a qualquer momento, chegar a confronto pelas armas. Daí a intensa atividade tecnológica endereçada a uma guerra provável. É, como nos revela a História, um velho fenômeno, apenas com outros componentes, que lhe foram incorporados no século em vias de encerramento. A Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia são, nos dias de hoje, reprodução ampliada e mais complexa das posições de Roma e Catargo na Antigüidade .

Todo o engenho humano, desde Arquimedes, vem sendo utilizado na invenção e no aperfeiçoamento de armas e instrumentos destinados à guerra. Uma indústria altamente sofisticada é posta ao serviço de novos meios de destruição e de defesa, adaptando à arte da guerra tudo quanto a inventividade humana tem criado. Raro é o instrumento criado para o progresso pacífico, que não tenha sido adaptado e desenvolvido para a guerra. A pólvora, de simples material destinado a espocar os foguetes das festas chinesas, veio a constituir eficaz agente de destruição, aplicada às armas de fogo. E o inocente foguete chinês veio a ser os modernos foguetes teleguiados, com os quais se leva à distância a destruição e a morte. O aeroplano que Santos Dumont inventou por simples espírito desportivo, veio a ser, para desespero seu, outro instrumento de destruição e de morte. O telégrafo, o telefone, o rádio, criados para aproximar os homens, são eficientes equipamentos da guerra contemporânea. O navio, desde a Antigüidade, é usado na guerra, quando é certo que sua utilidade primeira é a de transportar homens e coisas na paz, para o progresso dos povos. O automóvel, de que as antigas carretas e carruagens são os protoavós, veio a ser transformado em carro de assalto e noutros veículos de guerra.

As possibilidades de guerra têm, ao longo dos tempos, desenvolvido técnicas que, depois, são aplicadas à paz. Saliente-se o que

ocorre com os meios de transporte, com a cirurgia e com outros aspectos da medicina, com a física e a química. Orestes ARAÚJO, no seu livro "Sociologia da Guerra", afirma com indiscutível procedência: "A primeira fase importante no progresso da máquina levou-se a cabo devido à introdução da pólvora na Europa Ocidental. A conseqüente fabricação de armas de fogo exigiu o uso do ferro em grande escala, tanto para canhões como para os projéteis em uma oficina manufatureira para a qual eram inadequados os velhos métodos do artesanato. Basta assinalar que, na França, os altos fornos não foram construídos antes de 1850, e em fins desse século existiam já treze fundições dedicadas todas à manufatura de canhões. Em segundo lugar, o fuzil foi o ponto de partida de um novo tipo de máquina geradora de energia: a de um cilindro interno de combustão, primeira forma do motor moderno a gasolina." E não nos esqueçamos de que a tecnologia nuclear teve na guerra seu principal fator de desenvolvimento, antes que a energia atômica viesse a ser empregada para fins pacíficos. Lembremo-nos de que o desenvolvimento da arquitetura e da engenharia de estradas muito deve às preocupações de ordem militar. Tenhamos em conta, ainda, que a conquista do espaço exterior é também fruto de estudos que se desenvolveram para a criação da bomba V-2 de Von Braun, e que a febricitante corrida espacial em que se empenham Estados Unidos e União Soviética não passa de um reflexo da guerra possível entre essas duas superpotências polarizadoras da política mundial.

3.2. **Econômicas.** No plano econômico, a guerra sempre produziu efeitos de grande relevância. Motivo principal dos conflitos armados, a economia recebe deles os influxos de modo permanente. Orestes ARAÚJO, aqui referido, assinala que "os efeitos econômicos da guerra não aparecem apenas depois que ela terminou, mas que se fazem sentir antes da deflagração, no período preparatório da mesma, quando ainda se está em tempo de paz". É que, se observarmos o quanto se tem passado neste mundo e continua a passar-se, verificaremos que a guerra é uma presença constante, ainda mesmo que não se esteja travando nenhum combate, não se estejam deslocando tropas para combater, ainda mesmo que todos os soldados do mundo estejam tranqüilos nos seus quartéis. Principalmente depois que a guerra assumiu, por duas vezes, no curso de uma geração, o caráter de um conflito mundial, sentimos-lhe a presença como força impulsionadora de atividades econômicas. A preparação para a guerra tornou-se rotina industrial rendosíssima no mundo capitalista, mas, desde a Antigüidade, ela é um fato, como demonstrou Richard LHEVELIN em seu livro: "Les profiteurs de la guerre". A hipótese da guerra levou à montagem da grande indústria bélica. Esta, por sua vez, passou a ter interesse em que não se apague do espírito dos povos o fantasma da guerra, pois uma paz permanente lhe será ruïnosa. Seu interesse é produzir e vender armas, munições, equipamentos e material logístico, do que resulta sua permanente ação no sentido de manter acesas

as divergências entre os povos. Note-se que não há diferença entre os processos de modernização do material bélico em geral e o de automóveis de passeio, ou de roupas, por exemplo. Há uma verdadeira **moda** em matéria de material destinado às forças militares. Os industriais que se ocupam desse fabrico têm que se manter. Daí a constante introdução de novidades técnicas em todo o instrumental bélico do mundo, novidades que vão obsolescendo o instrumental anterior, que, ou é vendido aos povos menos desenvolvidos, ou simplesmente é vendido como sucata. Há alguns anos, publicou-se nos Estados Unidos um pequeno livro, muito impressionante, que, traduzido no Brasil, recebeu o título — “A paz indesejável”. Por ele se vê que não interessa ao mundo econômico a paz permanente, que tem sido o sonho de filósofos, de estadistas e do homem comum. Esse mundo reúne não só fabricantes de armas e munições, mas, todo um complexo industrial e comercial, que se alimenta da guerra: fabricantes de roupas de toda espécie, de veículos e seus acessórios, de alimentos, de uma variada gama de instrumentos aplicados na prática da guerra. Essa atividade exigiu altíssimos investimentos em dinheiro, compreende um vasto campo de atividades científicas e técnicas, emprega milhões de pessoas em todo o mundo. São capitalistas, operários, engenheiros, técnicos, físicos, químicos, economistas, administradores, advogados, médicos, burocratas, pessoal de serviços subalternos, todo um complexo humano empregado na indústria bélica, dela vivendo em todo o mundo.

Essa indústria pesa na balança orçamentária de todos os Estados, contribuindo, ao mesmo tempo, para a receita, com os tributos que paga, e para a despesa, com o material que vende aos governos respectivos, ao mesmo tempo em que são fontes de divisas, com o que influem no desenvolvimento econômico dos povos.

Em tempo de paz, as forças armadas consomem boa parte do orçamento público para sua manutenção. São gastos com a aquisição, renovação, atualização, conservação e substituição do armamento, do equipamento e da munição, em constante consumo nos exercícios de treinamento; com a alimentação e o fardamento das tropas, de reposição diária; com o consumo de combustíveis; com a construção e a conservação de quartéis e outras instalações; com a burocracia administrativa. Tudo isso exige um gasto considerável de dinheiro público. Nos momentos críticos, que antecipam a deflagração da guerra, esses gastos crescem de volume com mobilização das forças de terra, de mar e do ar. E, se o conflito armado estala, esses gastos aumentam ilimitadamente, porque o esforço é multiplicado, os contingentes crescem de número, o consumo de tudo desmesura.

Em contrapartida, esses gastos militares, em tempo de paz, repercutem na vida econômica também favoravelmente. Consumidores de tudo quanto se disse aqui, as forças armadas estimulam os diversos setores

de atividade produtiva industrial e agropecuária, onde vão buscar todo o material de que precisam para manter-se. A rigor, não há setor de produção que esteja afastado da influência das necessidades militares. Conseqüentemente, toda a vida comercial tem interesses ligados à sustentação das forças armadas, excelentes consumidores. Os militares formam hoje, em todo o mundo, uma categoria profissional permanente, que recebe dos erários públicos os seus vencimentos e contribui para a alimentação do comércio comum, como qualquer outra categoria de trabalhadores.

Tudo isso ocorre sob a influência da guerra, mesmo quando ela, como velho vulcão adormecido, parece ter desaparecido.

Uma vez deflagrada, a guerra abate-se sobre a sociedade com terrível ferocidade. Modifica imediatamente o comportamento coletivo, impondo-lhe rigorosa disciplina no consumo de toda sorte de bens, a partir da alimentação. Em conseqüência, os preços das utilidades aumentam descontroladamente, o mercado negro de bens de consumo desenvolve-se, cresce a inflação, enquanto as fontes de produção sofrem pesados danos, porque os adversários procuram destruí-las para levar a fome um ao outro como meio de abreviar a vitória. Bombardeiam-se fábricas, usinas elétricas, campos de cultura, celeiros, depósitos de víveres, para apressar a destruição física e moral do inimigo e precipitar-lhe a rendição. Os países ocupados têm suas finanças desorganizadas pelo inimigo com introdução de “moedas de ocupação” e com requisição de tudo quanto aproveita às tropas de ocupação. Os vencidos são obrigados a pesadas dívidas de guerra, que agravam suas obrigações internacionais, muitas vezes já afetadas pela importação de armas e equipamentos militares. E, ao final, a desmobilização vem tornar mais agudo o problema do desemprego, tanto nos países vencidos quanto nos vencedores. Por outro lado, a mão-de-obra procedente dos campos de batalha vem marcada pela neurose e pelas mutilações, concorrendo em situação desfavorável com a que ficou nas retaguardas. Além disto, há uma apreciável massa de inválidos, que vem tornar mais difícil a situação econômica, pois se constitui numa categoria de consumidores inteiramente improdutivos.

A I Guerra Mundial teve como conseqüência relevante o surgimento de sistemas de economia dirigida, com o Estado assumindo de modo mais enérgico o controle das atividades produtivas, estendendo o monopólio a vários campos de produção e, em alguns casos, até da distribuição de bens e serviços. Salientaram como padrões desse tipo de Estado intervencionista o fascismo e o socialismo soviético, difundido este muito mais depois da II Guerra Mundial. Economia dirigida implica redução ou até mesmo supressão da iniciativa privada no campo econômico, o que enseja a extensão do controle do Estado a outros setores da atividade humana. Assim, pode-se dizer que a guerra tem como

conseqüência uma geral ampliação dos poderes do Estado e uma recíproca redução das franquias individuais.

Mas, a guerra, porque é uma grande devoradora de bens de consumo e muito exigente quanto à eficiência dos homens em ação, acaba por incentivar a criatividade e estimular a pesquisa, visando a tornar menos difícil a assistência aos combatentes, mais rápido o deslocamento das tropas, mais eficazes as operações militares. Essa exigência atinge todos os setores da atividade técnica e científica, que se mobilizam para fins militares com mais intensidade e rigor. Disto resultam inventos e descobertas, que, mais tarde, vão ser aproveitados nas atividades pacíficas. Exemplos são numerosos, mas, lembremos o aparecimento do leite condensado durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, dos alimentos desidratados, ou liofilizados, e certos tipos de veículos adaptáveis a terrenos acidentados, como o "jeep", durante a II Guerra Mundial, hoje de largo emprego no meio rural.

Cita-se ainda como exemplo de conseqüência benéfica da II Guerra Mundial a modernização repentina do parque industrial da Alemanha Ocidental, que, logo após o término do conflito, aproveitou projetos que aguardavam oportunidade para execução. E, quando se supunha que a Alemanha, a Itália e o Japão, vencidos pelas potências aliadas, sucumbiriam economicamente, eis que vieram a ser participantes, em poucos anos, do grupo dos mais ricos, ombreando hoje com os adversários de ontem.

Por causa desses aspectos econômicos positivos da guerra, antes de sua deflagração e depois de ensarilhadas as armas, é que não faltam aqueles que a estimam e vêem nela um fator de progresso no mais amplo sentido. Os danos, dizem seus apologistas, são transitórios, enquanto os benefícios são conquistas definitivas do progresso e têm alta relevância social.

3.3 Política — As mais antigas conseqüências políticas da guerra, de que temos notícias, são as de natureza territorial. Os mapas do mundo vêm sendo alterados desde a Antigüidade pelas guerras, pois os vencedores sempre cobraram aos vencidos o preço das vitórias em termos de incorporação de terras. Muitas vezes, países inteiros foram absorvidos, Estados destruídos pelo inimigo vencedor. Reinos e impérios desapareceram, incorporados a outros e nações tiveram seus nomes apagados dos mapas do mundo em conseqüência de guerras. Por outro lado, as guerras de independência deram origem a outros Estados e fizeram nascer novas nacionalidades. Quem passa os olhos pelos mapas da Europa, por exemplo, vêm como mudaram as fronteiras nestes últimos mil anos, naquele Continente. Quem contemple o mapa da África de após a II Guerra Mundial, vê um grande número de novos Estados, que surgiram em decorrência dela. No Oriente asiático ocorreram mudanças relevantes nos

quadros da Geografia política. Tivemos que reaprender nesse setor de conhecimento, como antes tiveram nossos antepassados de reaprender, quando o Continente Americano começou a emancipar-se, oferecendo ao mundo novas unidades políticas soberanas, sempre resultantes de guerras movidas contra as metrópoles.

Não é só no que tange aos territórios, nem à formação e desaparecimento de Estados que a guerra influi, alterando a face do mundo. Também no que diz respeito às instituições políticas.

Durante as guerras, o poder do Estado tem-se acentuado como necessidade indiscutível. Torna-se mais rígida a autoridade para que possa exercer maior controle da sociedade empenhada no conflito armado. Acentua-se a vigilância a fim de evitar que o inimigo penetre as retaguardas pela espionagem e a sabotagem. A idéia de segurança torna-se mais severa. O já citado Orestes ARAÚJO escreveu em seu livro referido: "O aumento do poder do Estado tem constituído um fato invariável desde a guerra de 1914, geralmente traduzido em aumento do poder dos órgãos executivos. Enquanto que nos regimes democráticos ele se aguça ao ter início a guerra, nos sistemas autoritários esse processo de concentração do poder evolui no sentido da implantação de ditaduras. A rapidez e o segredo das decisões, bem como o conhecimento técnico das soluções, explicam e justificam fartamente a abdicação de muitos princípios". Passada a fase bélica, os órgãos que concentraram poderes não se dispõem a abrir mão deles, enquanto o povo, acostumado aos rigores do período, acaba por acomodar-se. Muitas vezes, ainda que inconformado, fica inerte diante do sistema de poder instituído, ou, quando reage, é a duras penas que reconquista as franquias perdidas. A ascensão da classe militar na vida política tem sido obra constante das guerras. A aristocracia européia, formada durante a Idade Média, era composta de guerreiros ilustres, que tinham como prêmio de seus feitos o domínio de vastas porções de terras e uma titulação nobiliárquica. O mesmo ocorreu no Japão medieval. A guerra do Paraguai acentuou o prestígio da classe militar brasileira e conduziu-a à proclamação da República. Depois da I Guerra Mundial, essa mesma classe, no Brasil, retomou suas atividades políticas. As revoluções de 1922, 1930 e 1932 são nítidas manifestações dessa ascensão política. Ao amparo de conspícuos chefes militares, instalou-se em 1937 o Estado Novo, de forte colorido autoritário. A II Guerra Mundial, da qual as forças militares brasileiras participaram com denodo e eficiência, acentuou-lhes ainda mais o prestígio, a ponto de termos eminentes oficiais-generais disputando a Presidência da República, nas primeiras eleições que se seguiram àquele conflito. A presença militar na política brasileira manteve-se constante até nossos dias, acentuando-se de modo singular a partir de 1964. A Escola Superior de Guerra é uma instituição onde políticos e industriais, comerciantes e intelectuais, professores e cientistas

aprendem doutrinas em que há uma forte preocupação com a segurança interna e externa do País. A atual Constituição brasileira chegou a definir a segurança nacional como um dever de cada um dos brasileiros, mostrando até que ponto temos os olhos voltados para a hipótese de uma guerra. A própria noção de guerra, que hoje aprendemos, não se contém nos clássicos limites. Não é mais uma luta armada entre dois ou mais Estados. Fala-se de guerra psicológica, de guerra subversiva. Há um estado de guerra latente em todo o mundo sob a denominação de "guerra fria", uma guerra que não se deflagrou, mas que está presente em manobras estratégicas, na busca de alianças políticas, econômicas e militares, no estabelecimento de bases militares, na aspereza das declarações de chefes de Estado ou de Governo. Todo esse clima psicológico contribui para que o poder político seja cada vez mais centralizado, para que as franquias democráticas se reduzam, para que o Estado se agigante e estenda seu domínio a áreas outrora entregues à atividade privada. O fenômeno atinge o mundo inteiro, não escapando a ele nações como os Estados Unidos, onde hoje há uma acentuada influência do poder militar sobre o mundo político e econômico. O que aconteceu na antigüidade romana, por motivo das constantes guerras, que deram aos chefes militares amplo prestígio, acontece no mundo de hoje.

Não é só nesse processo de reforço do Executivo e de enfraquecimento do Legislativo, nem é só nessa ascendência da classe militar que têm consistido os efeitos das últimas Guerras Mundiais. Na própria reformulação estrutural do Estado têm-se verificado esses efeitos, e, mais do que nisso, na conceituação mesma do Estado e no seu comportamento em face do indivíduo e da sociedade. Depois da I Guerra Mundial, o mundo assistiu a uma sensível mudança na conceituação, na estrutura e no comportamento do Estado, que abandonou paulatinamente o liberalismo econômico-social para, sob a influência das idéias marxistas e da doutrina social da Igreja Católica, adotar modelo de Estado socialista ou de Estado social. Do primeiro modelo é exemplo o Estado soviético, e, do segundo, o Estado alemão resultante da Constituição de Weimar de 1919. Um terceiro modelo foi o criado pelo fascismo italiano, que se difundiu pela Alemanha, Espanha e Portugal, influenciando a Turquia, o Estado Novo brasileiro de 1937, o argentino de Juan Domingo Perón e outros menos expressivos. Depois da II Guerra Mundial, acentuou-se essa tendência, ampliando-se o número de Estados socialistas de inspiração soviética e Estados sociais inspirados no modelo de Weimar, enquanto os de modelo fascista desapareceram em alguns anos.

Essas mudanças não afetaram apenas os aspectos políticos e sócio-econômicos, mas atingiram igualmente o direito privado de modo sensível como decorrência das mesmas idéias já indicadas e das tendências das sociedades de após-guerra. É que a guerra, afetando o estado psicológico dos povos, leva-os a uma revisão dos valores estabelecidos e à

exigência de padrões diferentes com repercussão imediata nas instituições jurídicas de modo geral.

3.4. Militares. As conseqüências militares também podem ser catalogadas em dois grupos e distribuídas em três fases. São positivas e negativas e ocorrem antes, durante e depois do conflito.

Antes de sua deflagração, a guerra já influi no teor das forças armadas. É necessário criar um tipo de homem dotado de psicologia própria e adequada à missão que lhe poderá ser entregue a qualquer momento. Essa preparação exige não só a permanência de instituições de ensino especializado como uma didática e uma técnica de ensino apropriadas. Essa formação especial, regularmente ministrada em estabelecimentos a isso destinados, alterou a fisionomia do soldado: o antigo mercenário, que servia a qualquer rei, foi substituído por um homem comprometido exclusivamente com determinada nação e que luta não por interesse econômico imediato, mas, pela defesa de uma comunidade nacional, à qual se sente vinculado histórica e socialmente. Forma-se um profissional, e, como toda profissão, a das armas exige, daquele que a ela se dedica, padrões de comportamento especiais e a aquisição de conhecimentos técnicos especializados, que se vão sofisticando à medida que a arte da guerra passa por modificações decorrentes de novas descobertas científicas e de novos inventos. Fala-se de um **espírito militar**, que define o homem das armas, como se fala de um **espírito jurídico**, que define aqueles que lidam com o Direito. É o selo, que a formação profissional imprime em cada um, do que resulta um comportamento particular do homem em face da vida e da sociedade. A existência de uma categoria profissional permanente, definida por alguns caracteres próprios, é a primeira conseqüência da guerra, antes de que ela deflagre.

A manutenção de forças armadas regulares e permanentes, comprometidas com a segurança nacional, cuidadosamente preparadas para a eventualidade da guerra, é regra geral no mundo contemporâneo. A formação de uma consciência militar, vinculada imediatamente à idéia da defesa externa, é hoje indispensável em todos os países. Há uma educação para a guerra em toda parte, para a guerra que não se deseja nunca, e que é, no entanto, uma hipótese a considerar e para a qual todos devem estar preparados técnica e psicologicamente.

Dentre as conseqüências positivas da guerra, no campo militar, salientam o aperfeiçoamento material, o desenvolvimento técnico e científico, já apontados, com finalidades militares imediatas, tanto antes do conflito armado, quanto durante e depois dele. Por outro lado, a formação do soldado, tendo como um de seus objetivos dotá-lo do espírito de camaradagem e de solidariedade de classe, intensifica o culto de algumas virtudes individuais, tais como a lealdade, a coragem moral e física, o senso

de reciprocidade, o hábito de ação conjunta, a noção de ordem, de disciplina e de hierarquia de funções — virtudes essas que se aproveitam na vida civil, depois da desmobilização.

Dentre as conseqüências negativas, anotamos, em primeiro lugar, as baixas ocorridas nas fileiras com a morte e a mutilação de combatentes, assim como as perturbações psíquicas, frutos do terrível impacto que a morte e as deformações dos companheiros de armas opera nos espíritos menos robustos. As diversas modalidades de neuroses de guerra constituem problemas muito sérios, não só no curso da ação bélica, ensejando atos de cobardia, deserção e outros, como no pós-guerra, com a inutilização, muitas vezes definitiva, de ex-combatentes, tanto para a vida militar quanto para a civil.

3.5. Psicossociais. A começar pelas suas conseqüências biológicas, a guerra é um mal que tem atingido profundamente a espécie humana. Ao contrário do que pretendem os partidários dela como seleção natural, o que ocorre é o que Alceu AMOROSO LIMA chamou com propriedade de “seleção às avessas”, o que lembra a expressão “seleção negativa”, usada por Lothrop STODDARD, na obra “A rebeldia da civilização”, citada por SILVA MELLO. Afirma-se que é a vitória dos mais fortes, mas, as condições em que esses mais fortes voltam dos campos de batalha nem sempre são de molde que permita continuem a ser o que eram antes.

A guerra recruta o que há de mais saudável biologicamente na sociedade. É a flor da mocidade que se lança nos campos de batalha. São precisamente os mais aptos fisicamente, os mais bem dotados para a vida, que ela exige. E os destrói ou mutila, elimina ou inutiliza. Não se aceitam os velhos, os decrepitos, os doentes físicos e mentais. Nem os delinquentes. Reclama a parte biologicamente mais sadia da sociedade para adoecê-la, ou exterminá-la. Bertrand RUSSELL afirma que a guerra moderna “não tem sido mais destrutiva da vida humana do que as guerras de épocas menos científicas, pois o crescente efeito mortal das armas tem sido superado pelos progressos no campo da medicina e da higiene”. E, após referir os danos oriundos das pestes, das epidemias, que se seguiram às guerras antigas e mesmo durante elas, faz esta afirmação: “Todavia, em outros sentidos, os males da guerra aumentaram muito”.

Realmente, se a guerra moderna não tem o triste condão de trazer no seu rastro as epidemias, que se encarregavam de completar a destruição operada pelas guerras antigas, traz as neuroses a grande número de ex-combatentes, lança na sociedade numerosos desajustados físicos e mentais, em grande parte inúteis para a vida social.

O índice de criminalidade, resultante dos traumatismos psíquicos impostos pela guerra, aumentou em todos os países envolvidos nos últimos conflitos, como revelam as estatísticas. Já havia acontecido tal

fenômeno no século passado. O prof. Roberto AGRAMONTE recorda que, por efeito das guerras austro-prussianas e franco-prussianas, a criminalidade diminuiu nos países vencedores, mas aumentou nos vencidos. E assinala: “os delitos decrescem porque muitos criminosos em potencial se alistam e encontram na guerra o modo de satisfazerem, em forma de heroísmo, os seus instintos homicidas. Terminada a guerra, o delito costuma de novo aumentar, como ocorreu na França e na Alemanha depois de terminada a guerra de 70”. Dados recolhidos pelo prof. Hans Von HENTIG, mais recentemente, ratificam e esclarecem estas afirmações. Em 1912, segundo ele, a delinqüência feminina na Alemanha era de 19 para 100 delitos de autores masculinos; esse número, que decrescera em 1913, aumentou a partir de 1914, tendo atingido em 1919, ano agudo da guerra, a proporção de 59,9 para 100. Nos Estados Unidos, a delinqüência feminina aumentou fortemente nos anos de guerra: de 7,6 para 100 em 1939, chegou a 20,6 para 100 em 1944. Foram principalmente furtos e roubos, falsificações e fraudes, lesões corporais graves e homicídios, estes com índice quase igual ao do furto. O mesmo Von HENTIG informa que os delitos femininos na Alemanha contra a propriedade haviam aumentado até a culminação da guerra por causa da falta de dinheiro, de alimentos e de roupas. Na Inglaterra, ocorria fenômeno semelhante. A guerra trazia a miséria, que provocava a desorganização mental das populações. Ainda segundo o mesmo professor de Kansas City, um dos mais graves problemas da guerra é a delinqüência juvenil, devida à falta de supervisão dos pais: enquanto o pai estava no campo de batalha, a mãe estava numa fábrica de material bélico. Por outro lado, a propaganda de guerra enche o cérebro dos jovens de emoções e imagens, que, em tempo de paz lhes são evitadas, como as cenas violentas dos campos de batalha, que endurecem o espírito imaturo da juventude. Essa criminalidade juvenil, expressa em furtos, roubos e outras formas de exuberância e fantasia, segundo o mesmo autor, que nos fala da larga corrupção dos costumes juvenis ocorrida nos Estados Unidos ao tempo da última conflagração mundial. Isto, durante o desenrolar do conflito. No pós-guerra, às populações sacrificadas pela fome e pelo desconforto, irritadas pelas privações e pelos bombardeios, vêm juntar-se os soldados desmobilizados, com a mente ainda mais violentada pelas vicissitudes próprias das frentes de combate: são neuróticos, mutilados de todo gênero, lançados no meio social à cata de emprego, que não encontram, em busca de tranqüilidade, que não acham, em demanda da família, que não existe mais. Esses desgraçados, em grande parte, encaminham-se ao vício e ao crime. O autor de um livro sobre a vida nas prisões americanas, citado por Von HENTIG, sublinhava que, dos homens confinados na penitenciária de San Quentin, uma grande porcentagem era constituída de ex-soldados, cujos corpos foram salvos, mas cujos espíritos foram muito maltratados, homens que serão problemas sociais para o resto da vida. No mesmo sentido é o depoimento do Diretor da prisão de Sing

Sing: em 1928, mais de vinte por cento dos encarcerados naquela penitenciária tinha estado na guerra. Muitos haviam sido condecorados por atos de bravura e heroísmo. Na França, em 1945, o número de assaltos foi 15 vezes superior ao de 1939. No Rio de Janeiro, o número de crimes em 1947 foi superior ao de 1942 em 2.050. O professor PACHECO e SILVA explica deste modo esse fenômeno: “as últimas guerras, com todos os seus horrores, o emprego de poderosas máquinas de destruição humana, que espalham a morte por toda parte, o bombardeio aéreo de cidades abertas, o emprego de gases asfixiantes, as restrições alimentares, as privações e o êxodo de grandes massas, os quadros pungentes que se deparam, não só nas frentes de batalha, como na retaguarda, não podem deixar de atuar sobre o sistema nervoso, rompendo o equilíbrio instável dos predispostos, agindo sobre o espírito das mulheres e das crianças, cujo grau de impressionabilidade é maior. Diz ainda esse ilustre mestre da Universidade de São Paulo: “As armas psicológicas, que o povo denomina, acertadamente, ‘guerra de nervos’, compreendem uma série de meios cuja finalidade principal consiste em procurar desintegrar o espírito humano, em abater as mentalidades frágeis, em sugestionar os emotivos, em desgastar a energia dos fortes, em minar a resistência moral, em difundir o desânimo e o desalento, de forma que incuta o medo mórbido, que se propaga facilmente a toda a coletividade, gerando o estado de pânico, verdadeira psicose coletiva, cujos efeitos são os mais desastrosos possíveis”.

O capítulo final do magistral livro do professor Pacheco e SILVA, aqui usado, é uma demonstração impressionante de como a guerra, com o requintado processo de seleção dos combatentes, do ponto de vista da saúde física e mental, exige o sacrifício do que há de mais útil à sociedade, reforçando a tese contrária à dos que entendem ser ela uma seleção natural para sustentar que ela é, na verdade, uma “seleção às avessas”.

4. Conclusão

Do quanto aqui se disse, resulta que a guerra, ao mesmo tempo em que produz alguns benefícios de ordem material, estimulando o progresso técnico e científico, mantendo um grande número de empregos, incentivando a produção de bens de consumo e desenvolvendo algumas virtudes morais, traz à sociedade humana danos irreparáveis. É danosa do ponto de vista biológico pela destruição dos mais sadios elementos da sociedade. É danosa do ponto de vista moral, porque traz consigo a corrupção dos costumes. É danosa do ponto de vista econômico, porque destrói recursos que poderiam empregar-se para a felicidade do gênero humano, para a eliminação da miséria, da doença e da ignorância. Mata, mutila, desmoraliza, enlouquece, traz a miséria, desarticula a economia, vicia os orçamentos públicos, sobrecarrega as populações com encargos

financeiros destinados à manutenção de forças armadas e cujos gastos, se revertidos aos cuidados com a saúde e com a educação dos povos e ao incentivo da produção para fins pacíficos, produziriam um alto grau de felicidade na terra. Tem razão Bertrand RUSSELL, quando afirma que a guerra pôs a perder grande parte da liberdade ameaçando-a de extinção. Se as duas últimas guerras mundiais possibilitaram a emancipação de numerosos povos, não se pode negar que, por outro lado criou problemas graves, ainda não resolvidos, como a divisão da Alemanha em dois Estados, a ocupação dos países vencidos que já vai para quarenta anos, o estabelecimento de uma política internacional marcada pela chamada bipolaridade, o agravamento das divergências entre o Oriente social-marxista e o Ocidente liberal-democrático e outros. A liberdade, que o mundo ocidental desfrutava antes da primeira Guerra Mundial, sofreu, depois dela, as primeiras restrições com o advento do fascismo italiano e o comunismo russo. A segunda, levando à extinção os regimes fascistas, fortificou o comunismo, que se expandiu pela Europa e pelo Oriente, aniquilando, por toda parte onde se instalou, as liberdades fundamentais do ser humano. Sob a inspiração desses regimes totalitários, o próprio Estado liberal adotou medidas restritivas das liberdades individuais e acentuou a força do Poder Executivo, diminuindo as prerrogativas do Legislativo, tudo em nome de uma discutível doutrina de segurança nacional, de inspiração nitidamente castrense, como se ainda estivéssemos todos em guerra. Agigantaram-se as prerrogativas do Estado contra o cidadão, sobre quem pairam ameaças de um mais rígido controle. Tudo isso são conseqüências de duas guerras mundiais, que alteraram profundamente a face da civilização. A desconfiança internacional acentuou-se e produz a cada instante seus amargos frutos nas relações entre os povos. Problemas aparentemente simples complicaram-se de tal modo, que se transformaram em jogo tormentoso de palavras, que vão e vêm e cada vez mais ininteligíveis se tornam. Há uma inquietação universal, fruto de uma guerra que parece não ter chegado ao fim e que ameaça reabrir o pano para mais um ato dessa tragédia.

A par de tantos males — e talvez por força deles mesmos —, a guerra tem impellido os Estados ao trabalho acelerado no sentido do aperfeiçoamento de suas relações externas, visando à paz, e os juristas do mundo inteiro ao enriquecimento do Direito Internacional. Porque, assim como em conseqüência do crime surgiu o Direito Penal, em conseqüência da guerra nasceu o Direito Internacional. A primeira grande obra sobre esta disciplina jurídica trouxe o nome guerra no seu título e desta se ocupou longamente: foi o “De jure belli ac pacis”, de Hugo Grócio.

Todos os fenômenos sociais relevantes têm produzido um direito próprio, que avulta com o correr das idades, à medida que adquire importância e se tornam mais complexos. Assim ocorreu com a família, a propriedade, o trabalho, o comércio, o crime, a guerra. As normas

jurídicas, em geral, exceto as que se destinam ao crime e à guerra, visam à manutenção e ao aperfeiçoamento desses fenômenos sociais. As destinadas ao crime e à guerra, porém, têm por escopo o seu banimento da face da terra, ou quando isto não seja possível, a minimização dos seus efeitos danosos na sociedade.

No que respeita à guerra, além de medidas políticas, como a criação de organismos internacionais, como as Nações Unidas e suas agências especializadas, que trabalham incessantemente no sentido de encontrar meios para harmonizar os interesses em conflito, instrumentos jurídicos têm sido elaborados para eliminar-lhe os efeitos maléficos, ou, ao menos, para minorá-los.

As instruções do Governo de Washington, elaboradas por LIEBER para uso dos exércitos em campanha, durante a Guerra de Secessão, foram a base de numerosas convenções destinadas a disciplinar a guerra terrestre e marítima. A abolição do corso, a liberação das mercadorias inimigas navegando sob bandeira neutra e as neutras em tráfego sob pavilhão inimigo; a regulamentação do bloqueio; o trato de enfermos e feridos em campanha; o dos náufragos de guerra; a regulamentação da guerra marítima, envolvendo a captura, o regime dos navios mercantes inimigos no início das hostilidades e a transformação de navios mercantes em vasos de guerra, e o uso de minas submarinas; a neutralidade; a limitação do peso dos projéteis explosivos; o lançamento de explosivos de balões; o emprego de gases letais e métodos bacteriológicos; o tratamento de prisioneiros de guerra; a proteção das pessoas civis em tempo de guerra — eis algumas providências de natureza jurídica, que se tomaram, através de tratados e convenções internacionais, sempre modificadas e adaptadas aos novos tempos, todas com o objetivo de restringir os efeitos da guerra.

Estas medidas jurídicas e mais aquelas que figuram na Carta das Nações Unidas, que visam a evitar a guerra ou a pôr-lhe fim, representam um honroso esforço dos juristas de todo o mundo e exprimem resultados positivos da presença da guerra, como as leis penais significam o lado positivo da presença do crime na sociedade.

Não há dúvida de que muito mais desejável seria a ausência total e definitiva da guerra. É o sonho de muitos. Sonho de distante concretização. Para outros muitos, sonho irrealizável.

Os autores do aqui referido "Report from Iron Mountain", traduzido no Brasil sob o título de "A paz indesejável", considerando as funções econômicas, políticas, sociológicas, ecológicas e culturais que a guerra exerce na sociedade, propuseram-lhe substitutivo, que os governos poderão procurar, visando a afastá-la em definitivo. Os autores do "Relatório" consideraram que a guerra tem exercido na sociedade, além de

uma “função militar visível”, outros cinco: **econômico**, fornecendo “um sistema seguro de estabilização e controle das economias nacionais”; **política**, promovendo “a aceitação geral da autoridade política”, mantendo “as distinções de classes necessárias” e “assegurando a subordinação do cidadão ao Estado, em virtude dos poderes residuais da guerra, inerentes ao conceito de nacionalidade”; **sociológica**, “controlando de maneira indispensável os perigos da dissidência social, e as tendências anti-sociais destrutivas”, assegurando a “sujeição social” e garantindo “o grau de coesão social necessário à viabilidade das nações”; **ecológica**, mantendo “um equilíbrio ecológico satisfatório entre a população humana e os víveres disponíveis para sua sobrevivência”; **cultural e científica**, determinando os “padrões básicos de valor das artes criativas” e motivando de modo fundamental o “progresso científico e tecnológico”.

Por estas razões, entenderam os participantes do grupo de Iron Mountain que a supressão da guerra é inconveniente, a menos que a possamos substituir por algumas atividades, igualmente eficazes para a manutenção dessas funções relevantes, que ela desempenha na sociedade humana. Tais atividades seriam as seguintes, entre outras: **econômicas** — realização de gastos “de recursos em objetivos completamente não produtivos num nível comparável aos gastos militares”, o que se faria sob “controle político arbitrário”; por exemplo: “um gigantesco e ilimitado programa de pesquisa espacial, com base em alvos inatingíveis”; **políticas** — fazer “pressupor uma ameaça externa generalizada, de natureza e grau suficientes para exigir a organização e aceitação da autoridade política”; por exemplo: “uma ameaça externa estabelecida e reconhecida; poluição ambiental global maciça; inimigos substitutivos fictícios”; **sociológicas** — desenvolvimento de “novas instituições que controlem, efetivamente, os segmentos socialmente destrutivos da sociedade”; geração de “um medo de destruição pessoal onipresente e prontamente entendido”; por exemplo: “uma forma moderna e sofisticada de escravidão”; “poluição ambiental intensificada”; “novas religiões; ou outras mitologias”; “jogos sangrentos socialmente orientados”; **ecológicas** — estabelecimento do controle demográfico, que assegure a sobrevivência da espécie “em termos de sua relação com o suprimento ambiental”; por exemplo: “um programa amplo de eugenia aplicada”, compreendendo a limitação compulsória da natalidade das populações pobres, esterilização obrigatória de pessoas eugenicamente fracas, de alcoólatras e toxicômanos, difusão de processos anticonceptivos, legalização do aborto; **científicas** — “adoção de um gigantesco programa de pesquisa espacial” ou de “um programa de controle eugênico”.

Eis a que chegou a sociedade humana diante das conseqüências da guerra, considerada “a principal base de organização sobre a qual todas as sociedades modernas estão construídas”, na fria conclusão desse curioso

e estranho Grupo de Iron Moutain. E agora, advertidos por esse inquietante "Relatório", se nos pusermos a confrontá-lo com o noticiário cotidiano dos meios de comunicação, haveremos de perceber, sem nenhuma dificuldade, que todas as suas propostas estão em curso, tanto no campo econômico quanto no político, no sociológico quanto no ecológico e no científico. E estão em curso tanto no mundo capitalista quanto no mundo socialista, entre os povos superdesenvolvidos e entre os subdesenvolvidos.

A indagação que fica, no entanto, é esta: serão as medidas propostas preferíveis à guerra? Algumas possivelmente.

*

"A MULHER NA MEDICINA"

Lycurgo Santos Filho

O estudo da senhora Diva Machado Pereira Kaastrup (Porto Alegre, Martins, 1983) sobre a atividade médica exercida pela mulher desde os tempos antigos até a época atual, é de singular valia. Certamente por falta de bibliografia suficiente — como confessou a Autora em as "conclusões" — e não por ausência de interesse, foi a "vol d'oiseau" que se aludiu à incursão da mulher na Medicina, na Europa e na América. É uma sucinta evocação do papel de precursora, na enfermagem, exercido por Florence Nightingale e por Ana Nery, no Brasil, ressentido-se da carência de melhores informações, enquanto madame Curie é lembrada como pesquisadora, porque de fato a sua vida não se marcou pelo exercício da medicina.

Baseada principalmente em as publicações dos brasileiros Alberto Silva e Vamberto Morais, a Autora discorre sobre as primeiras médicas na Inglaterra, na Itália, na Dinamarca e em outros países, todas elas vítimas de preconceitos e dos grosseiros ataques da sociedade de então. Segue-se a condensação da comovente história — uma verdadeira odisséia — da médica Pierra Hoon (Vejjabul), que lutou bastante e terminou se fazendo respeitar em sua terra, a Tailândia. Tal relato, não obstante desequilibrar o encadeamento da rememoração generalizada, prende sobremaneira a atenção do leitor. Sobre a Rússia, refere a Autora que não mereceu resposta à solicitação feita à embaixada soviética de informes sobre a mulher nos Serviços de Saúde. Essa descortesia não é estranhável, e está bem de acordo com a arrogância que mascara a desconfiada insegurança do urso moscovita. Na América do Sul são apenas relacionadas as primeiras médicas do Chile, da Argentina e do Uruguai, havendo, entretanto, destaque para a brilhante carreira da uruguaia Paulina Luisi.

Chega-se, afinal, às pioneiras brasileiras, que mereceram longa digressão, praticamente todo o livro, à exceção do capítulo primeiro. Há especial menção ao apoio decisivo do imperador D. Pedro II, que subsidiou os estudos e a formatura da carioca Maria Augusta Generoso Estrela, a primeira mulher brasileira a se formar em medicina. Fê-lo em 1881, nos Estados Unidos. Já então vigorava no Brasil a reforma Leôncio de Carvalho (194-1879), a penúltima do regime monárquico e a melhor de todas, que permitia a matrícula de mulheres nos diversos cursos das Faculdades do País. Após a biografia de Maria Augusta, passou a Autora a se ocupar da

primeira mulher brasileira a se doutorar em escola médica nacional, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes, natural da cidade do Rio Grande. Muitos dados biográficos são revelados. O primeiro ano médico foi realizado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e os demais na do Salvador da Bahia, onde a gaúcha completou o curso em dezembro de 1887. Também com muitas notícias só agora trazidas a lume, é biografada a primeira mulher que se doutorou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a também gaúcha Ermelinda Lopes de Vasconcelos. À página 57 há um lapso quando se diz que o curso médico "então era de 4 anos de duração". Não ! Sempre foi de 6 anos, a partir de 1832. Outro engano aparece à página 71, onde se infere que a reforma Leôncio de Carvalho foi a última a efetuar-se no Império. Não ! Foi a penúltima. Depois dela houve a elaborada pelo Visconde de Sabóia (25-10-1884), professor e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E se for possível nova edição deste livro, convirá que dele seja retirada a informação de que o barão de Goiana, José Correia Picanço, formou-se em medicina em Paris (página 70). Eu também incorri nesse erro relativo à formatura do cirurgião-mor do Reino em escola francesa, quando em 1947 publiquei a **História da Medicina no Brasil** (vol. 1º, rodapé da página 301). Após exaustiva pesquisa, o historiador da Medicina, Divaldo Gaspar de Freitas, de São Paulo, desfez o engano. Picanço não se formou em Coimbra, e nem em qualquer outra faculdade médica européia.

Foram a seguir citadas outras mulheres brasileiras diplomadas nas duas escolas do Império e em outras, também médicas, que surgiram no período republicano. Relembra-se, então, Carlota Pereira de Queirós, por sinal que prima de quem escreve esta Nota, médica natural de São Paulo (13-2-1892), deputada federal, autora de dois documentários que são história social paulista, e que faleceu em São Paulo a 17-4-1982, aos 90 anos, cega, visitada apenas por parentes mais chegados.

Um capítulo todo, o quinto, é dedicado à enumeração de profissionais naturais do Rio Grande do Sul, das quais se destaca Maria Clara Mariano da Rocha, catedrática de pediatria da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, uma expoente da profissão médica no sul do País. O capítulo de informações complementares contém uma notícia estapafúrdia (página 143), fornecida por Bruno de Almeida Magalhães, a de que Judith Maurity Santos, filha do professor de Anatomia Luís Antônio da Silva Santos, fora a primeira mulher diplomada na Faculdade do Rio de Janeiro. A Autora sabe que essa é uma informação inverídica.

Nas conclusões, avaliou-se o papel da mulher na profissão médica, onde ela se mostra tão capaz quanto o homem. A princípio restrita a certas especialidades, e encarada com desconfiança e

discriminação, a mulher venceu os preconceitos, sobrepujou as resistências e terminou triunfando, integrando-se no exercício pleno da Medicina, sem qualquer prejuízo para a condição de esposa e mãe.

Este é um livro útil e que deve ser incorporado à bibliografia médico-histórica nacional. Já o incluí na relação bibliográfica do 29 volume, no prelo, de minha **História Geral da Medicina Brasileira**.

*

MESTRE JOÃO RIBEIRO, MEIO SÉCULO DEPOIS

Ernani Silva Bruno

Vale a pena lembrar, meio século depois de sua morte, essa extraordinária figura do mundo intelectual brasileiro que foi João Ribeiro — historiador, ensaísta, folclorista, filólogo, crítico, ficcionista e até poeta, embora ele próprio costumasse dizer, ironicamente, que no Brasil o difícil não era fazer versos, mas deixar de fazê-los. E que, em virtude mesmo dessa versatilidade, nunca pôde ser devidamente catalogado — como observou um crítico — em determinado cubículo de nossa história literária.

Versatilidade que se devia, obviamente, à sua insaciável fome de saber, que o levara na mocidade a se matricular na Faculdade de Medicina da Bahia e na Politécnica do Rio de Janeiro. A prestar concurso para a cadeira de Português do Colégio Pedro II e ser nomeado para a de História Universal. E até a estudar pintura, por mais de um ano, durante sua estada na Alemanha.

João Ribeiro era “curioso, original e forte” — escreveu Tristão da Cunha — em tudo o que produziu. Esse tudo era a série imensa de colaborações publicadas nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e algumas dezenas de livros em que se destacam — além de seus clássicos compêndios de Gramática Portuguesa e de História do Brasil — “O Fabordão”, “Frases Feitas”, “A língua nacional”, “O elemento negro” e “Páginas de Estética”.

O livro que sobre ele, há tempos, escreveu seu filho Joaquim Ribeiro (com o sugestivo título de “9.000 dias com João Ribeiro”) revela que, na intimidade, aquele homem que vivia mergulhado na leitura de severos livros e na busca incessante dos meandros e dos segredos da História e da Língua, sabia ser um conversador vivo, irônico e até brincalhão. Como quando contava o caso do matuto sergipano que conhecera em seu tempo de meninice e que ele considerava um precursor de Santos Dumont. Porque de vez em quando ia roubar cocos do coqueiral de uma fazenda, à beira de um rio. E quando descoberto no alto de uma árvore e ameaçado pelo fazendeiro, agarrava-se a duas palmas que lhe serviam de asas gigantescas e, atirando-se lá de cima, ia cair são e salvo na outra margem.

Conta-se que na Academia Brasileira de Letras, em uma tarde em que se conversava sobre quem teria ali a pose perfeita de um

acadêmico, João Ribeiro, consultado, fingiu vacilar na resposta: — “Eu não sei se é o Gustavo Barroso ou o Fidelis”. Fidelis era o porteiro da Academia.

Por ter nascido no dia 24 de junho, Humberto de Campos chamava-o de São João Ribeiro e lamentava que ele fosse obrigado a dispersar sua atividade e seu talento para sobreviver. “Em um país de acurada cultura, um homem de sua estatura intelectual seria o ídolo de todos os homens de pensamento”.

Mas o próprio Humberto de Campos reconhecia que João Ribeiro — mesmo neste Brasil sem acurada cultura — não perdera, já idoso, seu prestígio perante as gerações novas de seu tempo. Talvez porque seu equilíbrio e sua imensa erudição não permitiam que ele se fossilizasse. Lembre-se que sua “História do Brasil”, aparecida em 1900, apoiava-se em uma visão científica da historiografia, ultrapassando o nível tradicional do registro apenas fatural das coisas. E que, sendo uma das maiores e indiscutidas autoridades no conhecimento da língua portuguesa — como escreveu Tristão de Ataíde — foi ao mesmo tempo um partidário da inovação brasileira do velho idioma. Não perdoava um gramático arcaizante de seu tempo, chamado Melo Carvalho, que usava e abusava de palavras e frases obsoletas, como **avondança**, **porende** e outras. E que, censurado por João Ribeiro, dissera que tais palavras não eram invenções suas, pois estavam nos dicionários e nos autores. Ao que João Ribeiro respondia sarcasticamente: — “O que eu estranho é que estejam em Melo Carvalho, que nem é dicionário, nem autor...”

Com seu espírito aberto às inovações, foi capaz de se mostrar, já com mais de 50 anos de idade (nascera em 1860 em Laranjeiras, Sergipe) simpático às experiências de renovação literária que se esboçavam no Brasil, na segunda década do século atual, intimando seus companheiros de parnasianismo, Bilac e Alberto de Oliveira, a renovarem sua poética sob pena de serem ultrapassados pelos novos da época.

Foi ainda Humberto de Campos — um ano antes da morte de João Ribeiro — quem lhe pintou o retrato da velhice e o vulto de sua erudição, nestas comovidas palavras: “Quem o vê atravessar a cidade, as mãos cruzadas nas costas, o passo tardio e cansado de quem carrega aos ombros, em um saco, todas as idéias do século, mal adivinha o homem que ali vai e a fortuna de que é depositário descuidado”.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI: UM AUTOR A SER REDISCUTIDO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP – Campus de Franca

Interessante a abordagem realizada por Héctor Alimonda, professor da UNESP, em seu recente trabalho – José Carlos Mariátegui – publicado pela Editora Brasiliense em sua Coleção “Encanto Radical”, nº 36. Trata-se de primeiro estudo unitário publicado em nossa língua, com excelentes indicações bibliográficas sobre e de Mariátegui.

Em cada passo do estudo realizado, o Prof. Alimonda procura enfatizar os traços marcantes da personalidade do jornalista e autodidata peruano Mariátegui quais sejam o seu caráter irreverente e acre, ao mesmo tempo que satírico, inquieto, curioso e místico, ao lado de sua maneira peculiar de aperceber-se da sua realidade política numa leitura *sui generis* da proposta marxista, já que a via como “um caminho para o esclarecimento da especificidade de uma realidade, um guia para uma ação eficaz, e não a repetição de dogmas que forçam a realidade a entrar em modelos já prontos e acabados” (p. 24).

Via no socialismo a reconciliação da sociedade humana consigo mesma, e nele o veio imprescindível para a recuperação latino-americana, numa ação conjunta contra o imperialismo yanque e a crescente nacionalização da terra e das indústrias, mesmo porque cria que toda a força humana era feita de homens e idéias.

Ao proceder as sínteses das obras de Mariátegui, faz-nos o A. interessante abordagem da obra mais divulgada na América pelo grande “boêmio intelectual peruano” dos anos 1928 – os **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana** – mostrando-nos ser esta “a primeira análise marxista sistemática do conjunto da evolução histórica de um país latino-americano, na medida em que o método é utilizado para revelar uma especificidade...” (p. 57).

Embora Mariátegui tenha visto sua proposta “socialista” derrocada, principalmente pelo fato de sua geração tê-la entendido por demasiadamente literária e ideológica, e ainda hoje possamos ver no “mariateguismo” uma profusão de idéias provenientes de inúmeras fontes, com várias e generalizadas controvérsias teóricas e práticas, a tal ponto que chegou a confundir o problema nacional com o agrário, é importante o conhecimento, a análise e a discussão de sua obra para que a justiça por ele proposta, possa, quem sabe ? ... algum dia, concretizar-se...

REMINISCÊNCIAS CORNELIANAS

Roberto Machado Carvalho

A vida de Cornélio Pires é um poema de amor à sua terra e sua gente, bem como eloqüente prova do que pode realizar a persistência humana em busca de um ideal, a divulgação da cultura popular caipira de São Paulo. Na passagem do centenário de seu nascimento, vem à lembrança sua luta heróica contra um meio, quase sempre adverso, e suas conquistas na árdua batalha de oferecer um “lugar ao sol”, ao nosso sofrido homem do campo, o autêntico caipira e seu linguajar, seus usos e costumes.

Em maio de 1957, nove meses e meio antes do falecimento de Cornélio Pires, ocorrido em São Paulo aos 17 de fevereiro de 1958, fui conhecer — e nela permaneci por cinco anos — a terra natal do saudoso e incomparável poeta e prosador da paisagem rural paulista, a encantadora e hospitaleira cidade de TIETÊ, a velha Curuçá dos bandeirantes. Foi ali, bem pertinho do limite urbano, numa casa situada no sítio do Sapopema, bairro do Garcia, que nasceu, a 13 de julho de 1884, o fraternal amigo de nossa gente, simples e boa, dos sítios e fazendas. Próximo à minha residência da Rua Júlio dos Reis, centro da cidade, morava um professor de História do então Instituto de Educação Estadual “Plínio Rodrigues de Moraes” e que, nas horas disponíveis, lia e escrevia. Chamava-se Joffre Martins Veiga, professor, jornalista e escritor, natural do Recife, mas, radicado há muitos anos em Tietê. Falava constantemente, e com entusiasmo, num vate e prosador tietense que, havia alguns anos, voltara a residir em Tietê. Era Cornélio Pires. Gabava-se, então, de suas constantes entrevistas com o poeta. Além disso, era boa a documentação que possuía — após longas pesquisas — sobre o criador de Joaquim Bentinho. Vivia, por tudo isso, radiante com os originais que rascunhava. Pretendia escrever o primeiro livro biográfico sobre o famoso tietense. Percebia-se em Joffre um inconformado. Sim, inconformado pelo esquecimento que havia caído sobre a vasta produção corneliana, um total de vinte e três livros. Achava incrível que jornalistas e escritores, incluindo os folcloristas, com raras exceções, nem sequer citassem Cornélio Pires e sua farta contribuição ao conhecimento de nossa gente e nossa paisagem campestre. E, para firmar sua insatisfação, escreveu uma série de artigos com o título geral **Cornélio Pires, o escritor esquecido**. Levou-os à antiga e boa “A Gazeta” e ofereceu-os para publicação. Houve relutância. O editor considerou o título um tanto pesado e desagradável. Joffre insistiu. Afinal, conseguiu quebrar a resistência e os artigos, em estilo de reportagem, foram publicados nas edições de 31 de janeiro e primeiros dias de fevereiro de 1958. Assim, após muitos anos — o último livro de Cornélio tinha sido

editado em 1945 — aparecia, na imprensa paulistana, alguns dados sobre a vida e obra do escritor tieteense. Foi, nesse quadro, que nasceu o livro: **Antologia Caipira: prosa e poesia de Cornélio Pires** de Joffre Martins Veiga, Edições O Livreiro Ltda., São Paulo, 1960. Os direitos autorais da obra foram destinados à Sociedade Granja de Jesus de Tietê, entidade de assistência e amparo aos menores necessitados, cuja sede, fora construída em terreno doado por Cornélio, pouco antes de seu falecimento. Aliás, o único bem material deixado pelo escritor.

Na **Explicação** de seu livro pioneiro, datado de Tietê, setembro de 1959, escreveu Martins Veiga: “O objetivo desta coletânea é oferecer, aos leitores que desconhecem a obra do **mais popular escritor do passado**, pequena parcela daquilo que foi lido, com avidez, há quase trinta anos, por todo o Brasil” (o grifo é nosso). E, na ânsia de contribuir para a recuperação do longo tempo de esquecimento da vida e obra do poeta e prosador, lança, um primeiro estudo sistemático e sério, embora não definitivo, sobre o popular escritor das décadas de 20 e 30, intitulado **A Vida Pitoresca de Cornélio Pires**, Edições O Livreiro Ltda., 1961. Estava aberto o caminho para novas e esclarecedoras pesquisas sobre o autor de **Cenas e Paisagens de Minha Terra**.

De Tietê, a querida terra natal, partia um clamor pela restauração da memória cornelianiana. Além daquelas duas obras, os tieteenses e amigos da cidade trataram de conservar a casa onde nasceu o poeta, deram seu nome à uma praça e à Rodovia Tietê-Piracicaba, ergueram uma herma na Praça Dr. Elias Garcia, a principal da cidade, inaugurada em 1958, cumpriram dispositivo testamentário de Cornélio, construindo a Granja de Jesus, atual Casa dos Meninos, para abrigo e formação de menores órfãos e abandonados e organizaram, em julho de 1959, a primeira “Semana Cornélio Pires”. Todos esses eventos, noticiados largamente pela imprensa, tiveram, na época, repercussão nacional. Em “A Gazeta” e a propósito da herma, escreveu Rubens do Amaral que “Tietê resgatou sua dívida para com Cornélio Pires, erigindo, na praça pública, uma bela herma, em solenidade de que os leitores têm ampla notícia. Foi mais uma demonstração de que os paulistas pensam também nas letras e nas artes, rendendo preitos a patrícios ilustres que não foram poderosos na política ou na finança, mas fulgiram apenas pela luz de seu talento”. Não foi por outra razão que o venerando acadêmico Menotti Del Picchia, ao escrever sobre a Primeira Semana — e ele foi o conferencista na sessão de encerramento — enalteceu Tietê, lembrando que a cidade “tão genuinamente bandeirante — um templo de paulistanidade — foi berço de Cornélio e estabeleceu o culto de seu glorioso filho”. Justo e merecido elogio à cidade que restituía, aos paulistas, a figura ímpar e a obra perene de um de seus rebentos maiores — Cornélio Pires.

Desde a infância, Cornélio revelou gosto pelas coisas do campo. Menino peralta, passava os dias em correrias pelas margens do Tietê, caçando, brincando e entrando em contacto com o caboclo. Aprendeu as primeiras letras em Tietê. Depois, não frequentou nenhum curso regular. Vindo para São Paulo, com 17 anos, hospedou-se na pensão de sua tia Belisária à Rua da Quitanda. Logo começou a frequentar as rodas boêmias do Café Guarany, na Rua 15 de novembro, onde conheceu Monteiro Lobato, Ricardo Gonçalves, Godofredo Rangel e outros. Por intermédio de seu primo e amigo Amadeu Amaral, ingressou no jornalismo, trabalhando em "O Comércio de São Paulo", na "Tribuna de Santos" e em "O Estado de São Paulo". Seus "causos" e versos, de inspiração caipira, apreciados pela crítica, foram publicados em revistas e jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. De 1910 a 1945, sua produção literária não cessou, alcançando vinte e um livros folclóricos e dois, de fundo espírita: **Musa Caipira** (1910), **Versos** (1912), **Versos Velhos** (1912), **Cenas e Paisagens de minha terra** (1912), **Monturo** (1915), **Quem Conta um Conto** (1919), **Conversas ao Pé do Fogo** (1921), **Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho, o Queima Campo** (1924), **Continuação das Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho** (1925), **Tragédia Cabocla** (1926), **Patacoadas** (1926), **Seleta Caipira** (1927), **Mixórdia** (1927), **Meu Samburá** (1928), **Sambas e Cateretês** (1932), **Tarrafadas** (1932), **Chorando e Rindo** (1933) **Só Rindo** (1934), **Quem Conta um Conto... e outros Contos** (1934), **Tá no Bocó** (1935), **Onde estás, Ó Morte!** (1944), **Coisas do Outro Mundo** (1944) e **Enciclopédia de Anedotas e Curiosidades** (1945).

Lamentavelmente, este primeiro centenário de nascimento de Cornélio Pires, embora comemorado, passará sob o signo de uma grande e imperdoável lacuna. Trata-se de uma surrada lembrança, isto é, a exigência da reedição das obras cornelianas, para não dizer da centena de discos e da restauração de dois filmes sobre suas viagens pelo País: **Brasil Pitoresco**, uma viagem ao Nordeste, realizada em 1923 e **Vamos Passear**, de 1934, focalizando cenas do folclore paulista. Afinal, a obra de Cornélio Pires identifica-se com a nossa cultura popular. Na verdade, não é possível estudar a história econômica, social e cultural de São Paulo, durante um largo período, sem abrir um capítulo sobre a linguagem, os usos, os costumes, as credences, as artes e o trabalho das populações rurais, formadoras da civilização caipira. E, sob esses aspectos, o conhecimento da obra de Cornélio Pires é fundamental.

TEMAS, AUTORES E OBRAS NA HISTORIOGRAFIA NORDESTINA

José Octavio

Em sugestiva monografia intitulada **Historiografia do Nordeste** (São Paulo, 1979), a professora Suely Robles Reis de Queiroz procura explicar a abundância da historiografia nordestina dos séculos XVII e XVIII com o argumento de que, constituindo o Nordeste desse período a mais importante área econômica do País, a Historiografia, aqui significando basicamente a produção que condensa a versão não apenas factual mas ideológica atribuída aos eventos históricos, teria de seguir-lhe os passos, refletindo-lhe a importância.

Apogeu, declínio e renascimento numa Historiografia

Da íntima correlação entre História e Historiografia assacada pela lúcida **scholar** paulista — honoriana de boa cepa, inclusive — deriva o restante do raciocínio, segundo o qual, ante o declínio da região nordestina, afetada já no século XVIII pela concorrência do açúcar antilhano e, no seguinte, pelo deslocamento do eixo da economia brasileira para o centro-sul, esvaír-se-ia a produção historiográfica regional, rapidamente ultrapassada por sua congênere centro-sulista.

De acordo ainda com as considerações da Profa. Robles, o renascimento da historiografia nordestina em nossos dias vincular-se-ia, por via oposta, às motivações do período colonial. Nesses termos, se, nesta, a elaboração historiográfica consorciava-se com a liderança econômica do Nordeste propiciada pela imponente estrutura patriarcal-açucareira apoiada sobre o braço escravo, em nossos dias a motivação para o renascimento historiográfico nordestino residiria no pólo oposto, ou seja, na amplitude de crise que, defasando-a e transformando-a em “região problema”, motivou novas vias de interesse representadas, sobretudo, pela irrupção dos chamados “brasilianistas”.

Desses, alguns como Peter Eisenberg e Robert Levine detiveram-se sobre a problemática açucareira, outros como Eul-Soo-Pang fixaram-se no coronelismo, enquanto Ralph Della Cava preferiria o messianismo, isto para não aludirmos a estrangeiros que se transformaram em obrigatórias fontes para a moderna história do Nordeste, como John W. Foster Dulles, focalizando em **Anarquistas e Comunistas no Brasil**, o anarco-pimentismo pernambucano dos anos vinte, e, principalmente Eric

Hobsbawn, cujos **Rebeldes Primitivos** (Rio, 1970) retomam e valorizam a pioneira crítica histórico-social de Euclides da Cunha em **Os Sertões**.

República, Federalismo e História Regional

Embora corretamente levantada, a concepção historiográfico-nordestina delineada em **Historiografia do Nordeste** está longe de esgotar a questão. Tal, como, de nossa parte, visualizamos o problema, haveria espaço para as considerações de representativo historiador mineiro, também cultor da **Historiografia** — Francisco Iglésias — para quem o reordenamento político-institucional brasileiro de fins do século passado, substituindo o centralismo imperial pelo federalismo republicano, arrastaria consigo a valorização dos Estados e o renascimento da **Historiografia regional** que se observa não só no Sul do país com os estudos de Diogo de Vasconcelos em Minas e Washington Luís em São Paulo, como no Nordeste, ante os trabalhos de Oliveira Lima em Pernambuco, Barão de Studart no Ceará, Tavares de Lyra no Rio Grande do Norte e Bernardino José de Souza no eixo Sergipe-Bahia.

Sempre preciso e cuidadoso, o raciocínio iglesiano, desenvolvido no prefácio à terceira edição da **História Antiga de Minas Gerais**, de Diogo de Vasconcelos (Belo Horizonte, 1974), pode ser conseqüentemente aplicado à Paraíba, onde a **Historiografia**, no sentido de História escrita por paraibanos, é típica de fins do século passado e princípios do atual, o que explica o surgimento, em rápida sucessão, das obras de Maximiano Machado, Irineu Joffily, João Lyra, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz e José Américo — a linha mais representativa da **Historiografia paraibana**, de sentido marcadamente crítico, revisionista e até radical.

Pautando-me dentro desse entendimento foi que procurei penetrar a **ideologia** da **historiografia paraibana** na introdução à reedição da **História da Província da Paraíba** de Maximiano Machado (João Pessoa, 1977), onde o estudo “Maximiano Machado: liberalismo, radicalismo e revisionismo na primeira História da Paraíba” é muito mais de **Historiografia** que de **História**, tal como reconhecido por José Sebastião Witter.

O impacto honoriano

O que importa, todavia, é que tanto Suely Robles quanto Iglésias e eu mesmo possuímos em nossas considerações historiográficas de diferente nível a mesma fundamentação, a mesma fonte. Refiro-me a José Honório Rodrigues, essa singular mistura, como homem de pensamento e ação, de **Historiógrafo** e **historiador** — mais **historiógrafo** que **historiador**,

como pressentido por Vamireh Chacon — e cuja esplêndida carreira de escritor, iniciada em 1940 com **Civilização holandesa no Brasil**, representa, em grande parte, extraordinário esforço de repensamento da Historiografia nacional tanto quanto verdadeiro hino à gente, coisas e possibilidades do Brasil.

Quando conheci, pessoalmente, José Honório, no Rio de Janeiro, em 1970, e, de volta à Paraíba, comuniquei a Odilon Ribeiro Coutinho a profunda impressão colhida, ouvi desse experimentado honoriano-gilbertólogo expressão, a meu modo de ver, definitiva: “ele está fazendo gigantesco trabalho de levantamento de fontes”.

Exatamente aí reside a indispensável fundamentação josehonoriana da Historiografia regional, amplamente confirmada pelo preparo dos índices das revistas dos Institutos Históricos do Ceará e de Pernambuco, para não falarmos na monumental **Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil** (Rio, 1949). Tal como já se disse que o pensamento nacional emerge com Alberto Torres e a Filosofia da Arte, em nosso país, com Vicente Licínio Cardoso, a Historiografia Brasileira faz-se indiscutível produto das pesquisas e realizações de José Honório Rodrigues.

É bem certo que, antes dele, alguns precursores lançaram-se nessa senda, caso específico de Varnhagen e, sobretudo, Capistrano de Abreu. Presentemente, embora ainda sobreviva muita confusão entre História e Historiografia, o que levaria Ernani Satyro, em plena Academia Paraibana de Letras, a tecer duvidosas considerações sobre o tema, a Historiografia avança, a nível de Brasil, com os estudos de Francisco Iglésias em Minas Gerais, Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota em São Paulo, Odilon Nogueira de Matos com a pertinácia de sua **Notícia Bibliográfica e Histórica**, em Campinas, Fernando da Cruz Gouveia em Pernambuco e José Pedro Nicodemos e o Grupo José Honório Rodrigues, na Paraíba.

A este último, aliás, em combinação com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, coube realizar, no primeiro semestre de 1981, o primeiro curso de Historiografia paraibana, em que doze professores, focalizando igual número de historiadores abriram caminho para as principais clivagens da Historiografia paraibana, no caso os confrontos entre factualismo e interpretação, cronologismo e síntese temática, litoral e sertão, conservadorismo e radicalismo. Nesse particular, alguns casos atípicos como Maximiano Machado tumultuam o quadro, porém, as mais das vezes, o factualismo, cronológico e litorâneo, faz-se a principal vertente do conservadorismo historiográfico da Paraíba, também genealógico e tradicionalista.

Mesmo assim, persistem as tensões entre História e Historiografia, como se pode perceber tanto em Edgard De Decca com

1930: O Silêncio dos Vencidos (São Paulo, 1981), quanto mesmo em Bóris Fausto, explicitando o tema em sua consagrada **A Revolução de 1930: Historiografia e História** (3ª ed., São Paulo, 1975).

Nisso tudo, uma razão a mais para efetivo retorno a José Honório Rodrigues que procurou distinguir, com meridiana clareza, o objeto de ambas em **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica** (São Paulo, 1949) e em **História da História do Brasil** (São Paulo, 1979). Tais obras constituem momentos cruciais na contribuição historiográfica do autor de **Aspirações Nacionais**. Se com a **Teoria** delineia-se a solidez do historiador-historiógrafo que soube aproveitar magnificamente as lições recebidas ao longo de sua primeira permanência nos Estados Unidos (1943/44), o recente primeiro tomo de **História da História** coroa aquela, no sentido de que, então, toda a Historiografia colonial delineia-se com impecável conhecimento de causa e rigor metodológico.

Como se trata de obra em andamento, entre as duas situar-se-ia **A Pesquisa Histórica no Brasil** (São Paulo, 1969), onde, embora formalmente, o objeto do conhecimento seja outro, o componente historiográfico não deixa de se fazer presente — traço característico, de resto, em quase tudo escrito por José Honório. Comprovação disso reside nos ensaios **História e Historiadores do Brasil** (São Paulo, 1965), **Vida e História** (Rio, 1966), **História e Historiografia** (Petrópolis, 1970) e **História Combatente** (Rio, 1982), este último, para honra nossa, dedicado “a José Octávio de Arruda Mello e seus companheiros de estudos”. Todos esses livros são anteriores à reedição comentada do insuperável **Catálogo da Exposição de História do Brasil** (Brasília, 1982), organizado em 1881 pelo barão de Ramiz Galvão.

Desde há muito fiz-me ardoroso devoto dos quatro representativos ensaios acima alinhados, por entender que, condensando em sua maior parte longos artigos de jornal, tais livros, mais de divulgação que de erudição, colocam a História e a Historiografia brasileiras ao alcance das novas gerações. De mais a mais, atente-se para a circunstância de que nessas obras residem alguns dos mais altos momentos da Historiografia brasileira como o núcleo do pensamento honoriano na introdução e os capítulos sobre Huizinga e Burchardt, em **Vida e História**, “A Historiografia brasileira e o atual processo histórico”, bem como as análises sobre Abreu e Lima e Gilberto Freyre em **História e Historiadores do Brasil**; as considerações sobre Antônio Vieira, “doutrinador do imperialismo português”, Varnhagen, “mestre da História Geral do Brasil”, Rodolfo Garcia, Afonso de Taunay e “Capitalismo e Protestantismo” em **História e Historiografia**. E as sumarentas apreciações sobre “Os estudos brasileiros e os brazilianistas”, “Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu” e acerca de **A Paraíba e seus problemas**, cujo autor, José Américo, sempre constituiu uma das grandes paixões de José

Honório, em **História Combatente**, onde os capítulos sobre as figuras exemplares de Hermes Lima e Barbosa Lima Sobrinho vêm igualmente carregados de caráter historiográfico.

A Historiografia nordestina das origens à década de vinte

Assentadas as bases josehonorianas da historiografia brasileira, como se chegar ao Nordeste? O caminho mais adequado consiste em fazê-lo pela década de vinte, seja levando-se em conta o perfil sócio-cultural da região que aí desabrocha, seja pelo nível dos trabalhos desse tipo que aparecem, com mensagens de Epitácio Pessoa, conferências de Arrojado Lisboa e colocações de Agamenon Magalhães em **O Nordeste Brasileiro**, José Américo de Almeida em **A Paraíba e seus problemas** e quantos subscreveram **O Livro do Nordeste**, coordenado por Gilberto Freyre.

Essa, a linha de raciocínio em que me situei no artigo "Sobre a formação do conceito de Nordeste" (*Correio das Artes*, 30-11-80), antes de a professora Rosa Godoy, fazendo eco às considerações de Francisco de Oliveira em **Elegia para uma Re(li)gião** (Rio, 1977), deslocar o problema para uma nova ótica no mini-ensaio "Paraíba, Região e Cultura Regional" (*Correio das Artes*, 6-3-83). Por essa angulação, o conceito de Nordeste deriva sobremaneira da área econômico-social, onde processo de modernização, motivando saudosismos em autores como Gilberto Freyre, inseriria o Nordeste como subsistema econômico do capitalismo brasileiro, através da função de fornecer mão-de-obra e matéria-prima aos pólos mais dinâmicos do capitalismo brasileiro do Centro-Sul, complemento, por seu turno, do capitalismo transnacional centralizado no exterior.

Como a noção de processo faz-se aí indispensável, o que, de resto, é típico de tudo que se converte em Historiografia pela porta da História, indispensável se torna considerar obras que permitam visão ao menos perfunctória da Historiografia nordestina nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Estão nesse caso, sucessivamente, a **Historiografia em Frei Vicente do Salvador** (João Pessoa, 1970), onde José Pedro Nicodemos comenta não apenas o franciscano que se converteu no primeiro historiador brasileiro, como as linhas mestras da produção historiográfica dos primeiros cronistas do século XVI. A **Descrição da Capitania da Paraíba**, de Elias Herckman, consagrada amostragem da historiografia que se afirmaria com os relatórios de Carpenter, Vandonck e Van der Dussen, tanto quanto com o admirável material iconográfico de Franz Post e Eckout. E, afinal, o extraordinário **Cultura e Opulência do Brasil**, de Antonil — seguramente um dos maiores estudos que já se produziram sobre economia no País — bem como a precisa encadernação dos viajantes

estrangeiros do século passado, tentada por Aécio Aquino em **Nordeste, século XIX**, obra onde Geografia, História Social, Antropologia, Economia e Demografia aparecem fundidas em síntese perfeitamente integrada.

Obras básicas e agências historiográficas

A partir daí, entendo que a Historiografia nordestina, fiel às matrizes dos anos vinte que prepararam a rutura, ao menos formal, da Revolução de 30, transita necessariamente por duas obras fundamentais que são **Nordeste**, de Gilberto Freyre (1ª ed., 1936) e **O outro Nordeste**, de Djacir Menezes (2ª ed., 1957). Se em **Nordeste**, mesmo numa perspectiva conservadora de quem verbera a usina em nome do bangüê que ficou no passado, delinea-se bem acabada síntese cultural do Nordeste da zona da mata e da monocultura açucareira, considerada, inclusive, em suas desfigurações ecológicas, em **O Outro Nordeste** Djacir Menezes levanta, sob angulação bem mais social e avançada, os arquétipos do Nordeste pecuário-algodoeiro da zona semi-árida, marcado pelo seca, lutas de família, messianismo e cangaço.

Com esses dois livros entroncam-se, inclusive, as principais agências da atual Historiografia nordestina. De **Nordeste** provém o (hoje Fundação) Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, dinamizado por equipe de especialistas de alto nível, responsáveis por séries como a dos "Rios do Açúcar do Nordeste" e seminários de que resultaram livros como o dramático **O problema agrário da Zona Canavieira** (Recife, 1963). Já de **O Outro Nordeste** deriva o extraordinário labor historiográfico da Fundação Guimarães Duque, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde a invejável liderança de Vingt-Un Rosado Maia, penetrantemente precisada por Deusdedit Leitão em conferência na coletânea **José Américo e a Cultura Regional** (João Pessoa, 1983), assegura a reedição dos grandes clássicos da seca e geografia nordestina da década de dez.

Historiografia nordestina: instrumental e temática

Embora apaixonado pela Historiografia, sempre presente nas preocupações do grupo de que faço parte, não me alinho entre os que a consideram fim em si. Para mim, Historiografia significa **meio**, isto é, ferramenta, e, como tal, instrumento a serviço da História que, por seu turno, deve visar à **compreensão** do processo de transformação cultural da humanidade, ou seja, à vida em nome do presente e não ao passado por via da tradição.

Nesse particular, considere-se que a atual Historiografia nordestina, agrupada por temas, poderá propiciar segura reconstituição da sociedade regional, desde que se tenha em vista o caráter globalizante e a

densidade científica dos livros selecionados e não apenas a coloração preconcebidamente ideológica de tais obras.

Partindo-se do geral para o particular, uma listagem de obras básicas da moderna Historiografia nordestina, selecionadas por temas, teria de principiar por **A Paraíba e seus problemas**, de José Américo de Almeida (3ª ed. atualizada, João Pessoa, 1980) e **A Terra e o Homem no Nordeste** (2ª ed., São Paulo, 1964), de Manuel Corrêa de Andrade. A finalidade de ambas é comum, eis que tanto Almeida como Corrêa de Andrade souberam fundir as diversas ciências sociais, embora evidentemente à luz da concepção de suas diversas épocas, no cadinho de abordagem profundamente telúrica e conseqüentemente social. Almeida, compreendendo que a Paraíba – estado de região semi-árida mais representativo que a mata úmida – somente faria sentido dentro das linhas mestras da evolução nordestina. E Manuel Corrêa entendendo que as particularidades dos diversos sistemas econômicos regionais não invalida a síntese deduzida das dificuldades de acesso à terra, concentradora da produção em poucas mãos, e agropecuária, ainda em alguns casos extrativistas e de baixíssima capitalização.

Na linha auxiliar dessas duas obras poder-se-ia situar **Geografia, Antropologia e História em José Américo** (J. Pessoa, 1982), de Manuel Corrêa de Andrade, Maria Thetis Nunes, José Octávio e José Honório Rodrigues, e **Solo e Água no Polígono das Secas** (2ª ed., Mossoró, 1980), o primeiro por representar bem articulado roteiro para compreensão do pensamento de José Américo, e o segundo pelas inspirações progressistas que o animam, sabido como Duque, no rastro de outro bem dotado engenheiro agrônomo – José Augusto Trindade – compreendeu a estrutura agrária nordestina como bloqueio à evolução econômica e incorporação das massas.

Do açúcar às ferrovias

Levantamento temático da Historiografia nordestina a serviço da moderna História regional deveria prosseguir com **Pernambuco na Federação Brasileira (1889 – 1937: A Velha Usina**, de Robert Levine (Rio, 1980), básico para compreensão das sístoles e diástoles do Nordeste açucareiro, permanecendo na linha auxiliar **Modernização sem Mudança** (Rio, 1977) de Peter Eisenberg e **A República das Usinas** (Rio, 1978) de Gadiel Perrucci.

A par do levantamento historiográfico resumido em opulenta bibliografia, todos três fixam-se no Estado de Pernambuco, indiscutível eixo de sistema produtivo que, mesmo aperfeiçoado na passagem dos bangüês para os engenhos centrais e destes para as usinas, permaneceu fiel à feição elitista que concentrou o poder político-econômico em poucas

mãos, impondo duros sacrifícios aos trabalhadores não incorporados aos benefícios dessa expansão quantitativa. Tal sistemática consagraria a “modernização sem mudança” de Eisenberg, sendo que, visualizando-a sob inspiração também política, Levine, cujo livro se completa com o de John D. Wirth sobre Minas Gerais e o de Joseph Love sobre São Paulo no mesmo período, considerou, adequadamente, o descesso de Pernambuco no quadro da estrutura de poder nacional.

Elemento básico na integração econômica e cultural do Nordeste veio a ser o trem, tão presente na poesia de Jorge de Lima e Ascenso Ferreira. O grande livro sobre a ferrovia nordestina é, sem dúvida, **História de uma Estrada de Ferro do Nordeste** (Rio, 1949) de Estêvão Pinto, com o qual se entronca **Capitalismo e Ferrovias no Brasil** (Maceió, 1979) de Douglas Apratto Tenório. Preferimos priorizar este àquele — embora o de Pinto, bem mais amplo, possa ser considerado um clássico da Historiografia do Nordeste — porque, além de mais recente, coube a Apratto Tenório visualizar a ferrovia mais na perspectiva do algodão que do açúcar.

Coronelismo, messianismo, cangaço

Ante tal critério, a Historiografia nordestina desloca-se para a região semi-árida dos ermos sertanejos que motivaram dois temas básicos da história social nordestina, ou seja, coronelismo e messianismo, ambos apoiados em estrutura político-social que, tal como percebida por Maria Isaura Pereira de Queiroz em **O Mandonismo local na Vida Política Brasileira** (São Paulo, 1976) admitiria a seu lado o cangaço.

Numa linha regionalizante, o grande livro sobre o coronelismo, levantado em suas linhas gerais por Victor Nunes Leal, parece-me **Coronelismo e Oligarquias** (Rio, 1979) de Eul-Soo-Pang, onde o mais sólido coronelismo nordestino, ou seja o baiano de Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque, aparece em seu apogeu dentro da República Velha e sobrevivência no pós-trinta. Na Paraíba, foi Inês Caminha com **A Revolta de Princesa** (João Pessoa, 1978), resumido em **A Revolta de Princesa: poder privado x poder público** (São Paulo, 1981), quem se encarregou de oferecer ao tema o relevo que merece.

Já o messianismo dos cultos populares que admitiam não raro implicações políticas e amplamente sociais, embora seja forçado associá-los a formas mais definidas de contestação social, como intentado por Rui Facó e Maurício Vinhas de Queiroz, revela no admirável livro de Ralph Della Cava sobre o padre Cícero — **Milagre em Joazeiro** (Rio, 1976) — seu ponto mais saliente. Ensaio servido de ampla pesquisa, o que sobremaneira o distancia do caráter especulativo de Rui Facó em **Cangaceiros e Fanáticos** (Rio, 1976), **Milagre em Joazeiro** insinua-se como apropriada síntese de

todo Nordeste de fins do Império e República Velha, por conta da penetração com que se debruça sobre os aspectos religiosos, econômicos, de classes sociais, coronelísticos, econômico-financeiros, demográficos e urbanísticos da região, conectados com a intransigência da alta hierarquia eclesiástica em face do misticismo de Cícero, logo capitalizado pelo sagaz deputado Floro Bartolomeu.

Do Tenentismo à Revolução de 30.

Valorizados por estudos como **Tenentismo em Sergipe** (Petrópolis, 1974) de José Ibarê da Costa Dantas e **Cleto Campelo: um drama republicano, 1926** (dissertação de mestrado, Recife, 1980) de Alberto Frederico Lins Caldas, o tenentismo representa importante temário para compreensão do Nordeste dos anos vinte onde, a semelhança dos congêneres cultural, jornalístico, operário e político aliancista, o elemento militar estará em divergência com o **establishment**, tal como percebido por Joaquim Pimenta e Souza Barros em Pernambuco, Octacilio Anselmo no Ceará e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira na Paraíba.

Enquanto José Ibarê, valorizando a vertente sergipana que chegou a formar governo com Maynard Gomes e João Suarino em 1924, o associa ao surto urbanizador dos anos vinte, Lins Caldas, embora mediante linguagem algo empolada, captou as limitações sociais do movimento, comprometido mais com revisão ética da sociedade que com reformulação das estruturas desta.

Modernamente, dir-se-á que o tenentismo representará compromisso mais com “revolução do alto” partida do Estado que com as bases da sociedade. Esta, uma das conclusões assacadas por José Octávio em **A Revolução Estatizada: um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30** (dissert. de mestrado, Recife, 1982), que entra aqui com a finalidade de significar um corte na sociedade nordestina dos anos 30 onde logo se afirmará o aparelho centralizado do Estado Nacional, desde o funcionamento do Governo Central Provisório do Norte, de José Américo, até a modernização empreendida pelos Ministérios da Viação e Agricultura. A tendência supra-regional e autoritarizante da Revolução de 30 deflui claramente desse estudo, algo inspirado nas considerações de Bóris Fausto em “Transformações econômico-sociais e Revolução de 30 no Brasil”, conferência que assegura a **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30** (João Pessoa, 1979), de, também, Abguar Bastos, Geraldo Joffily, José Octávio, Luiz Toledo Machado, Humberto Mello e Amaro Quintas, a condição de **número dois** para compreensão da Revolução de 30 na região.

Urbanização e desenvolvimento na Historiografia

Com a Revolução de 30, que significará, nas observações de José Honório em **História e Historiadores do Brasil**, profunda identificação

dos estudos históricos brasileiros com o presente, a Historiografia brasileira ver-se-á valorizada por novos estudos de natureza urbanística, desenvolvimentista e político-eleitoral.

Na área urbanística, a criação, já na década de 50, do Banco do Nordeste, filiado às inspirações da Assessoria de Programação Econômica da Presidência Getúlio Vargas, implicará o surgimento de estudos como **Geografia Estética de Fortaleza** (2ª ed., Fortaleza, 1979), verdadeiramente clássico pelo rigor da pesquisa, exatidão das fontes e abrangência das colocações. A temática, de há muito presente na Historiografia regional, com os pioneiros estudos de Irineu Joffily, ensejou recentemente na Paraíba dois estudos do mais alto nível: **Acumulação de Capital e Produção do Espaço: o Caso da Grande João Pessoa** (UFPb, 1979) de Janete Lins Rodrigues, e **João Pessoa: Crescimento de uma Capital** (FCJA, 1982) da mesma autora e Martinez Droulers, ambos reafirmadores das possibilidades de aplicação da metodologia marxista aos estudos espaciais.

Já o desenvolvimentismo, que constituiu juntamente com o movimento pelas reformas de base do início da década de 60, e canto do cisne do Estado Nacional populista, obterá férteis desdobramentos no campo historiográfico da região.

Formulou-o Celso Furtado, cujo **Dialética e Desenvolvimento** (Rio, 1964), não só se singulariza pelo didatismo — atributo pouco comum a esse autor — como pela (Francisco Iglésias) utilização da teoria marxista algo diluída no contexto das inspirações neo-keinesianas das demais obras de Furtado. Seja como for, é nessa obra que o conceito de desenvolvimento melhor se estabelece, significando apreensão estrutural da problemática nordestina onde três níveis de abordagens se fazem fundamentais: a industrialização para absorção da mão-de-obra ociosa nas cidades, modernização da agroindústria açucareira para incrementação da produtividade desta, com vistas à liberação de terras para produção de alimentos na Zona da Mata, e racionalização dos serviços públicos para tranqüila convivência da população sertaneja com a seca, encarada mais à luz de distorções estruturais que da falta de chuvas.

Em **Crise Regional e Planejamento** (São Paulo, 1976), livro que tive o ensejo de comentar para a revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Amélia Cohn encarregou-se de analisar a fundamentação político-social dessa teoria. Para a historiadora paulista, o desenvolvimento mergulha raízes tanto na disposição do empresariado paulista em aproveitar-se do mercado interno regional, quanto em mudanças sócio-culturais consorciadas com as novas posições da Igreja, datadas do Congresso dos Bispos (Campina Grande, 1955), emersão de novas lideranças políticas com o elenco de governadores da safra de 1958/60, despertar do campo ante a mobilização das Ligas Camponesas, e

criação, em 1959, da SUDENE, com a finalidade de amortecer as tensões sócio-regionais transferidas para o interior do aparelho do Estado.

Rumo à Historiografia social

Claro que a problemática dessa Historiografia — pouco importa se produzida ou não nos limites da região — faz-se muito mais social e estrutural que política e factual. No caso, trata-se de Historiografia progressista, basicamente destinada a levantar contradições representadas por formulações político-institucionais incapazes de canalizar as crescentes aspirações dos setores periféricos da sociedade, já aí em busca de seu próprio espaço.

Na esteira da bem construída **Sociologia da Revolução Brasileira** (Rio, 1965), de Pessoa de Moraes, dois estudos firmam-se nessa perspectiva: **A Frente do Recife e o Governo de Arraes** (Rio, 1982) de José Arlindo Soares e a série produzida para a Alfa-Ômega de São Paulo por Paulo Cavalcante com **O caso eu conto como o caso foi**. Enquanto Soares vislumbra as lutas de classe do Nordeste contemporâneo, dentro da evolução política e social do nacional-populismo de esquerda cuja mais definida expressão do período residirá no governo Miguel Arraes, Cavalcante, indo mais longe, evoca toda a trajetória da Frente do Recife que, lastreada na legenda “Trabalhador, ocupa teu posto” das eleições de 1963, chegou a nossos dias por via da consciência de paladinos das lutas sociais nordestinas como o próprio autor.

A esse contexto não se faz estranha a Historiografia político-social da região, considerada numa linha de associação com as estruturas econômico-sociais e o nível da luta de classes por aquelas refletidas. Sob esse ângulo, e focalizando a Paraíba, o francês Jean Blondel assecurou com **As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba** (Rio, 1959) ponto de partida que se desdobra com os estudos de Gláucio Veiga e outros em **Geografia Eleitoral de Pernambuco** (“Revista Brasileira de Estudos Políticos”, nº 8, Belo Horizonte, abril de 1960), Cartaxo Rolim em **Política nos Currais** (João Pessoa, 1980) e os professores universitários que do Piauí à Bahia primaciaram o Nordeste no segundo volume da coletânea **As Eleições Nacionais de 1978** (Brasília, 1979), produzida pela Fundação Milton Campos, da extinta **Arena**. Representando a Paraíba com o estudo “Dissidência, Protesto e Familismo nas Eleições Paraibanas de 1978” dessa coletânea, logo compreendi que aos estudos político-eleitorais se reservará importante papel na nova Historiografia nordestina, crescentemente identificada com o nível histórico-político e também social da região considerada como um todo.

O SENTIDO DA UNIVERSIDADE

Aureliano da Fonseca

Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp,

A Universidade deve ser especificamente dedicada ao desenvolvimento do conhecimento, visando o progresso do homem em todos os aspectos da sua vida.

Deve a Universidade constituir-se, portanto, em grupo de estudiosos ávidos em recolher e desenvolver o saber, pela reflexão daquilo que já é notório e análise das diversas matérias controversas, tendendo, conseqüentemente, a colmatar hiatos do conhecimento e porventura abrindo novas perspectivas de ciência e de sabedoria.

Em tal ambiente, haverá quem esteja interessado em conhecer o que nela se estuda — assim surge o estudante —, consultando os investigadores do saber — assim surgindo os professores.

Para que o homem possa receber o conhecimento, impõe-se, todavia, ter condições sociais e econômicas apropriadas. Assim, é de desejar que a Universidade deva também contribuir para que o homem saiba criar e usufruir essa condição.

A Universidade não deve, porém, limitar-se ao tecnicismo, mas possibilitar e promover a cultura em sentido lato, para a realização integral do homem.

Quando estas condições sejam globalmente cumpridas, a Universidade existe.

Definidos os princípios universitários, precisa a Universidade de espaço e de recursos adequados, e meios administrativos que lhe garantam a sua realidade.

Infelizmente, o contrário é habitual, isto é, a Universidade limita-se a ser um organismo administrativo englobando indivíduos heterogêneos e sobretudo desarmônicos — uns, denominados professores e outros intitulados alunos —, acaso comprometidos com tarefas suportadas como obrigação.

A administração situa-se, freqüentemente, no centro, dominando a “Universidade”, à periferia vivendo em latência !

Esta caricatura da verdade universitária traduz e justifica a crise da Universidade que alastra aos nossos olhos.

Salva-se a Universidade se ela retornar às raízes, criando valores culturais e espirituais que devem ser firmemente defendidos e sucessivamente transmitidos, isto é, estabelecendo e fomentando a tradição, sem a qual a Universidade não poderá existir e perdurar. Além disso, impõe-se que os seus diversificados elementos — cada qual em lugar próprio —, sejam graduados segundo as diversas categorias e níveis funcionais, com possibilidades de sucessiva valorização.

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Arruda, José Jobson de Andrade – *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 100 p. (Coleção “Primeiros Vãos”, v. 24).

O que foi exatamente esse movimento de transformação que alterou toda a economia e a sociedade no mundo, conhecido como **Revolução Industrial** ? Seria possível localizar na história o ponto de ruptura de uma estrutura de produção e a quebra de seus sustentáculos político-ideológicos ? Eis as duas perguntas que o autor procura responder neste volume, analisando todo o período de mudanças que remonta aos meados do século XVI e se estende até o final do século XVIII e início do XIX, e mostrando o industrialismo inglês como um longo processo evolutivo, só apreensível na sua dimensão histórica. Conclui o autor: “De fato, a Revolução Industrial somente ganha concretude, quando referida à plena constituição da sociedade capitalista na Inglaterra. Trata-se de uma síntese histórica que encerra o período de transição do feudalismo ao capitalismo, completa a fase de acumulação primitiva do capital, encerra a etapa de preponderância do capital mercantil sobre a produção e abre espaço para o início de um momento ulterior, durante o qual a indústria se converte nessa determinada produção que decide sobre todas as coisas”. Excelente bibliografia complementa o volume. ONM (Cortesia da Editora).

Campanhole, Adriano e Hilton Lobo – *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1984. 274 pp.

Contendo o texto integral da Constituição de 1967, com as alterações determinadas pelas 22 emendas que lhe foram apostas, mais índice remissivo, reveste-se este volume de especial interesse para os estudiosos da história brasileira por trazer, em anexo, o **Regimento de Tomé de Sousa**, dado em 17 de dezembro de 1548, constante de 41 artigos e mais sete suplementares. Documento precioso, que já foi cognominado a primeira Constituição do Brasil, era o **Regimento** de difícil acesso e as poucas edições que dele se fizeram conservaram a grafia original, o que constitui, para os leitores de hoje, pouco familiarizados com os textos históricos, sério empecilho. Os organizadores do presente volume modernizaram a grafia, tornando-o, assim, de leitura fácil. Na opinião de Varnhagen,

o **Regimento de Tomé de Sousa** é “um modelo de tino administrativo, e prova o muito conhecimento que já o seu redator, o Conde de Castanheira, tinha do Brasil”. Para Pedro Calmon, há nele “os traços essenciais de uma Constituição, desenhada com um luxo astuto de detalhes, objetiva e breve, simples e prática, estatuto rude da administração que se fundava, mas ajustado ao sentimento jurídico de Portugal como um desdobramento lógico de seu espírito romanista”. Para Tito Lívio Ferreira, trata-se de texto que devia “ser lido e explicado em nossas escolas para que os alunos compreendessem como se verificou a evolução histórica, jurídica, social e econômica de nossa terra e de nossa gente”. O precioso documento – informam os autores – vigorou até 1676, quando o governador-geral Roque Barreto veio com outro, mais extenso, que vigorou, nos seus principais artigos, até 1808. Vale notar que a publicação no presente volume é acompanhada de notas explicativas das palavras em desuso. ONM (Cortesia do Dr. Adriano Campanhole).

Carvalho, Côn. José Geraldo Vidigal de – Um historiador beletrista. Ouro Preto, Imprensa da Universidade Federal, 1983. 125 pp.

Trata-se de uma biografia de Mons. Raimundo Trindade, conhecido historiador mineiro, a quem dedicamos a seção **Vultos da Historiografia Brasileira** do presente número. Consta o volume de três partes: na primeira, uma visão global do que foi o historiador Raimundo Trindade, texto preparado para o livro **Grandes Mestres do Passado em Minas**, organizado e dirigido pelo Professor Mauro Mendes Vilela e publicado em 1983 pela Academia Municipalista de Letras; a segunda parte, “Um estilo clássico a serviço da História”, constitui o discurso do autor ao empossar-se na Academia Municipalista de Letras, onde Monsenhor Trindade foi escolhido seu patrono; a terceira parte, “A escrita e a temática na obra histórica de Monsenhor Trindade”, encerra conferência proferida no Instituto Histórico de Minas Gerais. Complementam o volume uma bibliografia do saudoso historiador marianense e diversas ilustrações. ONM (Cortesia do autor).

Castro, Therezinha de – José Bonifácio e a unidade nacional. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1984. 108 pp. (Publicação nº 533 – Col. “General Benício”, v. 219.)

Trata-se de uma reedição (embora não haja na página de rosto nenhuma referência ao fato) de obra publicada em 1972, ao ensejo do transcurso do sesquicentenário da nossa emancipação de

Portugal. Quando de seu aparecimento, o livro foi devidamente apreciado e, a credenciá-lo, havia o magnífico prefácio do Professor Delgado de Carvalho. Na reedição, foram apostos ao livro mais dois prefácios, salientando os pontos essenciais da obra, peça imprescindível na vasta (e desigual) bibliografia bonifaciana. A autora, interessou aspectos que a muitos escaparam: a obra de Bonifácio como fator da unidade nacional. Por isto, a conjugação do título é expressiva e para ela todos devem atentar: José Bonifácio e a unidade nacional. Uma das melhores dentre as recentes publicações da Biblioteca do Exército. ONM

Coelho, Aristides Pinto — Nos confins dos três mares... a Antártida. Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1983. 358 pp. (Publicação nº 530; Coleção General Benício, v. 215).

Com quatro apresentações numeradas e mais uma sem número e ainda dois prefácios, todos assinados por pessoas de alta responsabilidade, procurou a Editora justificar a reedição “revista e aumentada” desta importante obra, que, no dizer de um dos apresentadores, “é uma pequena enciclopédia sobre a Antártida, escrita por alguém que não só esteve lá, mas que muito estudou e meditou sobre o assunto”. Aliás, o próprio autor o confirma: “Meus estudos antárticos não nasceram de meros passeios ou de simples curiosidade. Nasceram em 1958, quando estudava os fatores atmosféricos que poderiam contribuir para elevar a precipitação radioativa no hemisfério sul, de produtos de explosões nucleares ocorridas no hemisfério norte. Tais estudos levaram-me a ser um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos e de publicar os primeiros trabalhos brasileiros de pesquisa científica realizada na Antártida”. A propósito do nome do continente austral, esclarece no prefácio à primeira edição: “É fato sabido que os gregos denominavam o norte polar de **Artikos**. Se a língua portuguesa atual houvesse permanecido fiel às origens gregas, o termo substantivo referente ao oposto ao ártico deveria ser **Antártico** e não **Antártida**. Entretanto, a língua portuguesa abrandou o substantivo em questão, designando o continente por **Antártida**, fato comum às línguas ibero-americanas. Assim o apontam várias enciclopédias e o uso. Em respeito, portanto, à lingüística, emprega o adjetivo **antártico** para designar o oposto ao ártico, e o substantivo **Antártida** para designar o continente”. Consta a obra de seis capítulos e mais um extenso “Apêndice”: 1. A conquista da Antártida; 2. A era da pesquisa científica; 3. A Antártida; 4. O Oceano Antártico; 5. Biocenose antártica; 6. O Brasil e a Antártida. Numerosa bibliografia enriquece

o volume. Não há nenhuma indicação quanto à matéria acrescentada à nova edição. ONM.

Colombo, Cristóvão — Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento. Trad. de Milton Persson; intr. de Marcos Faerman; notas de Eduardo Bueno. Porto Alegre, L&PM, 1984. 179 pp. (Série “Visão do Paraíso”, v. 1).

Integra este volume uma coleção de textos relativos aos primeiros tempos do domínio e da colonização européia na América, “escritos no calor da hora pelos próprios conquistadores, aventureiros, navegadores ou pelos escribas indígenas”, informa a própria editora. Consta a coleção de três séries: “A visão do paraíso”, “Os Conquistadores” e “A visão dos vencidos”. O título da primeira, no qual se insere o volume aqui registrado, é uma homenagem ao saudoso Sérgio Buarque de Holanda e ao seu grande livro que tem exatamente esse título. Apreciando o texto de Colombo em recente comentário no suplemento cultural de “O Estado de S. Paulo”, observou a professora Heloísa Liberalli Bellotto que a edição traz sensível falha quanto à indicação das fontes, inclusive a de não esclarecer sobre o original que deu origem à presente tradução, falha que, naturalmente, poderá ser evitada em futuras edições. Com pouca coisa a mais, se beneficiará de um texto bibliograficamente mais perfeito. Contudo, é a mesma historiadora paulista quem observa que, apesar da lacuna apontada, “a obra não perde seu interesse e utilidade”. E adiante, comenta: “É um Colombo arguto, tenaz, experiente conhecedor de seu ofício, sensível, por vezes, poeta absoluto — o que nos revelam os textos. O contato com os habitantes da terra recém-descoberta, os recursos infinitos que encontra na natureza americana, seu trato com os marujos, com o mar e com os Reis Católicos, protetores e empresários de sua ousada teoria, tanto quanto as notícias das dissidências entre colonos que amarguraram sua terceira viagem, entre outras tantas informações, permitem, não só ao pesquisador, mas também ao grande público, reconstituir o ideário e o comportamento do descobridor, assim como recompor o quadro daqueles primeiros contatos entre europeus e americanos, contatos ainda não suficientemente estudados em todos os seus aspectos”. Anote-se que na série “A visão dos vencidos” já se encontra publicada a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, de Frei Bartolomeu de Las Casas, “defensor de todos os povos indígenas, que dedicou 50 anos de sua vida à luta contra o genocídio imposto pela conquista espanhola e perpetuado pelas oligarquias atuais”. Oportunamente, cuidaremos deste volume. ONM

Daumard, Adeline *et alii* – História social do Brasil: teoria e metodologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1984. 259 pp.

Tanto em teoria, como em metodologia, “é uma obra de orientação que se apóia sobre experiências concretas para demonstrar princípios gerais, propõe direções de pesquisa e sugerir hipóteses de trabalho”. Cremos não precisar dizer mais nada. Os nomes das autoras – Altiva Pilatti Balhana, Cecílio Maria Westphalen e Márcia Elisa de Campos Graf, já conhecidas de todos os estudiosos da história brasileira aos quais se junta o da professora francesa Adeline Daumard, que esteve, como visitante, lecionando na Universidade Federal do Paraná, constituem uma garantia da excelência do trabalho. Não o consideram as autoras um “trabalho acabado, apenas uma primeira etapa que abre caminho à discussão, devendo o seu conteúdo ser completado à medida em que se desenvolverem novas pesquisas”. Reconhecem, com toda a razão, que “deverá contribuir significativamente para o desenvolvimento da pesquisa em história social do Brasil, como hoje ela é entendida face aos seus novos campos, objetos e metodologias”. Enfim, um livro que estava faltando em nossa bibliografia. Após uma introdução sobre a história social na França e a conveniência ou possibilidade de adaptar-se ao Brasil os métodos franceses, desdobra-se a obra em três partes, cada uma delas subdivididas em diversos capítulos: 1. Problemas gerais de método; 2. As bases da história social no Brasil; e 3. A exploração das fontes. A introdução e a primeira parte são de autoria da professora Daumard, enquanto que as demais correm por conta das professoras da Universidade Federal do Paraná. Conclusão, referências bibliográficas e diversas ilustrações complementam o excelente volume. ONM (Cortesia da editora).

Luzzi, Roque – Rapsódia Caipira: Cornélio Pires, seu mundo, seus seguidores. São Paulo, Pannartz (1984). 95 pp.

O centenário de Cornélio Pires, transcorrido em julho do ano em curso, ensejou diversas comemorações, das quais se ocupou a imprensa, e à efeméride esta própria revista não ficou indiferente, pois estampa neste mesmo número **Reminiscências Cornelianas**, do Professor Roberto Machado Carvalho. Temos, agora, a satisfação de registrar o livro aqui indicado, substancial contribuição ao avivamento da lembrança do escritor paulista, ignorado dos jovens e praticamente esquecido dos velhos. Trabalho singelo, despretensioso, mas que contribuirá ao escopo desejado. Além de transcrever páginas de Cornélio Pires, dedica especial destaque aos seus seguidores: Nhô

Bento (José Bento de Oliveira), Fontoura Costa, Hugo Carradore e Orestes Turano. ONM (Cortesia do autor.)

Matos, General Meira – Geopolítica e Trópicos. Pref. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1984. 157 pp. (Publicação nº 531; Col. General Benício”, v. 217.) *

Originalmente tese de doutoramento apresentada à Universidade Mackenzie, **Geopolítica e Trópico** aborda tema bastante significativo: a capacidade das nações tropicais de se realizarem competitivamente no cenário mundial. Traz, portanto, ao palco, o debate sobre a importância do clima e da raça na constituição de sociedades superiormente dotadas de cultura e de tecnologia, aptas a exercerem influência no processo histórico da humanidade. Com expressivo prefácio de Gilberto Freyre, o grande mestre da tropicologia, aborda o assunto em termos gerais (primeiro capítulo) e em termos específicos, relativos ao Brasil, no segundo capítulo – “Perspectiva do Brasil Tropical” – que se desdobra nos seguintes itens: O desafio do Trópico Brasileiro; Antecedentes históricos do Homem Brasílico e de seu Dinamismo Geográfico; A epopéia do Homem Brasílico nas últimas décadas; e A construção de uma Civilização Tropical. ONM

Pacheco, Josephine Fennell – O problema do racismo no Estados Unidos. Trad. de Armando Corrêa Pacheco. Curitiba, Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1983. 157 pp.

Encerra este volume as conferências proferidas pela autora quando, em 1973, esteve como professora visitante junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. A autora esclarece que, em virtude de terem já transcorrido vários anos desde que as conferências foram proferidas, julgou conveniente elaborar novo capítulo, “O atual mosaico racial”, que atualiza os diversos aspectos do tema e serve de conclusão à obra. Nas conferências, a autora trata com bastante clareza e isenção das situações do índio, do negro, do judeu, do oriental e do norte-americano de origem mexicana. Precedem-nas “O mito da raça” e as concluiu o já citado “Atual mosaico racial”. E desta conclusão, pedimos licença para extrair o tópico final: “Ainda existem preconceitos, ainda existe miséria, ainda continuam a existir iniquidades na sociedade norte-americana. As generosas esperanças a que me referi não se tornaram uma realidade porque nenhuma sociedade jamais atingirá um estado de perfeição. No entanto, como norte-americana, não posso deixar de sentir que, hoje em dia, a vida

é melhor para os grupos minoritários do que há vinte e poucos anos. Ditos grupos continuam a crescer em nossa sociedade. Segundo o recenseamento de 1980, os negros representam quase 12% do total da população do País; os hispano-americanos, 6,4%, e os orientais, 4,5%. O problema capital que se depara aos Estados Unidos será, como sempre o foi, de harmonizar as necessidades de ditas minorias, tratando, ao mesmo tempo, de integrá-las na sociedade norte-americana. Em outras palavras, o governo deverá proteger a identidade cultural dos vários grupos minoritários, mas instar com eles para que participem na totalidade da vida norte-americana. A cultura dos Estados Unidos é muito mais rica por causa da diversidade de nossas minorias, mas essa diversidade não deve ser tal que possa destruir nossa unidade, isto é, nossa essência americana". ONM (Cortesia do Departamento de História da Univ. Fed. do Paraná.)

Thomé, Nilson – Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado. 2ª edição. Florianópolis, Lunardelli, 1983. 204 pp.

Escrevendo sobre a primeira edição desta obra, assim opinou o Professor Walter F. Piazza, da Universidade Federal de Santa Catarina: "Crônica bem documentada, feita com o cuidado de investigador probo; o autor situa bastante bem o papel da ferrovia no contexto do Contestado; é trabalho que supre uma lacuna na análise daquela complexa conjuntura". Está o livro dividido em quatro partes de três capítulos cada uma. A primeira, a título introdutório, oferece um resumo histórico da origem e desenvolvimento das ferrovias no mundo e de sua introdução no Brasil. A segunda trata particularmente da Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande, a história de sua construção e a participação do Sindicato Farquhar na economia nacional e particularmente nesta ferrovia. A terceira parte, a mais importante, é dedicada ao estudo da ferrovia em solo catarinense, destacando a implantação do trecho Rio Iguazu/Rio Uruguai e o ramal de São Francisco; há destaque para a Lumber, uma das empresas de Farquhar, que tantos problemas causou na região ao longo de sua existência. Finalmente, a quarta parte trata das decorrências da implantação da ferrovia no Oeste Catarinense: apresenta um estudo sobre o problema da posse de terras, aborda o envolvimento da estrada de ferro na Campanha do Contestado e mostra como se iniciou o processo de colonização da região cortada pelos trilhos. O volume é profusamente ilustrado com expressivas fotografias do início do povoamento e da construção da ferrovia. Um dos aspectos positivos do livro é a vivência demonstrada pelo autor, como aliás, foi salientado na "orelha" da capa pelo Sr.

Salomão Ribas Júnior: “É quase uma fonte direta da história, na medida em que o autor nasceu e vive às margens da ferrovia, guardando uma inegável proximidade, uma verdadeira intimidade com a terra e a gente da região do Contestado”. Suprindo a lacuna a que se referia o Professor Piazza, eis-nos diante de substancial contribuição à nossa tão pobre bibliografia ferroviária. Como já escrevemos de certa feita, a maior parte do que existe sobre ferrovias no Brasil cuida apenas do aspecto técnico ou então simplesmente da construção das linhas. A integração destas ao meio onde elas correm é o que está por ser feito e sob este aspecto apreciamos devidamente o jovem pesquisador catarinense. ONM (Cortesia do Dr. Edison Mueller, de Blumenau, SC.)

*

PERIÓDICOS

História: Questões & Debates, ano IV, nºs 6 e 7. Publicação da Associação Paranaense de História. Curitiba, junho e dezembro de 1983. **Sumário: Nº 6:** Corpo e Cristal: Marx romântico ? (Roberto Romano); Segredos internos; trabalho escravo e vida escrava no Brasil (Stuart B. Schwartz); Abaixo o Estado, viva o Estado ! (Eduardo Spiller Pena); Acerca da regulamentação da profissão de historiador: questões para um debate (Antônio Simão Neto); Documentos; Pesquisas; Comunicações; Notas de leitura; Noticiário; Índice do volume 3 – **Nº 7:** Primeiro Encontro História & Educação (Marionilde Dias Brepohl); A Educação no Paraná (Lilian A. Wachowicz); A situação do ensino e da educação no segundo grau no Paraná (Doralice Altina Gigante); Mesa-Redonda: da História comemorativa à História crítica; História e pesquisa acadêmica (Maria Ignez Mancini de Boni, Ana Maria de Oliveira Burmester, Hilda Pivaro, Carlos Roberto Antunes dos Santos); Experiência do ensino da História em São Paulo (Marco Antônio da Silva); Experiências de ensino da história na rede estadual pública e privada (Denise Mohr, Serlei Fischer Ranzi, Antônio Carlos Proença e Regina Wallbach); o livro didático de primeiro grau (Jacy Camarão de Figueiredo); O livro didático no segundo grau (Marcus Venício Ribeiro e Francisco Alencar); Estudos sociais: um anti-humanismo nas ciências humanas (Antônio Simões Neto); Casa da Memória (Regina Wallbach); Museu Paranaense (Maria da Glória Bittencourt); Ensino da História no primeiro grau: uma proposta alternativa (Cíntia Braga Carneiro e Marionilde Dias Brepohl); O ensino da História é perigoso ? ou desnecessário ? (Magnus Roberto de Melo Pereira); Noticiário.

Revista de Antropologia, vol. 26. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1983. **Sumário:** A Índia vestida (Berta G. Ribeiro); A cerâmica e os rituais antropofágicos (Sílvia M. S. Carvalho); Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro (Carlos A. Hasenbalg); Ditos e feitos da falange africana do Cafundó e da calunga de Patrocínio (Carlos Vogt e Peter Fry); Negro e cultura negra no Brasil atual (João Baptista Borges Pereira); A elaboração de símbolos nacionais na cultura

brasileira (Ruben George Oliven); Moradia e identidade étnica (Lauro Cavalcanti e Dinah Guimarães); Uquira: arquitectura tawantinsuyo en la costa central del Perú (Sandra Negro); Antropologia africana: mito ou realidade? Kabengele Munanga); Mirage et connaissance: problèmes de perception dans un text sanskrit (Izidoro Blikstein); Comunicações; noticiário; In memoriam (sobre o Pe. Guilherme Saake, SVD, falecido em 1982 e que viveu em São Paulo de 1950 a 1960); Bibliografia. *

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vols. 336, 337 e 338. Rio de Janeiro, 1982/3. **Sumário, vol. 336, julho/setembro de 1982:** A comarca de Paranaguá no comércio marítimo do século XVIII (Cecília Maria Westphalen); O iluminismo em Portugal e no Brasil (Antônio Alberto Banha de Andrade); Oliveira Lima, a Venezuela e o Pan-americanismo (Vamireh Chacon); Os negros do Maranhão (Mário Martins Meireles); Evergetismo na província fluminense (Paulo Werneck da Cruz); Fatos e idéias em torno da Biblioteca do Exército centenária (Umberto Peregrino); Recepção ao Presidente da República da Venezuela, Luiz Herrera Campins (Pedro Calmon); Situação dos escravos no século XIX (Mircea Buescu); Algumas observações sobre notas de viagem (Mons. Guilherme Schubert); Pesquisas históricas (Francisco Ruas Santos); Santo Antônio no 750º aniversário de sua morte (Pedro Calmon); Saudação ao Coronel Cláudio Moreira Bento (Jonas Correia); História da Academia Militar das Agulhas Negras (Cláudio Moreira); Bento); Brasília: uma expedição injustiçada (Cybelle de Ipanema); José Antônio Soares de Souza (Edno Rodrigues Lutterbach); Correspondência do Barão de Mareschal, novembro de 1825; Bibliografia; noticiário. – **Vol. 337, outubro/dezembro de 1982:** O açúcar fluminense na recuperação agrícola do Brasil (Arno Wehling); Frei Estêvão da Hungria (Oliver Onody); The artisan workers of Brazil, 1960/1940 (Harry Bernstein); Catálogo dos bispos e arcebispos de São Luís do Maranhão (Mário M. Meireles); Augusta mansão do poder (Pedro Calmon); O barão de Monte de Cedro (Antônio Alves Parada); A educação para os dias atuais (Arnaldo Niskier); Discurso de recepção a Egon Wolff (Marcello Moreira de Ipanema); Judeus, judaizantes e seus escravos (Egon Wolff); Discurso de recepção a Cybelle Moreira de Ipanema (Umberto Peregrino); A Ilha do Governador (Cybelle Moreira de Ipanema); Luís Gama (Pedro Calmon); O pintor Almeida Júnior e o imperador D. Pedro II (Donato Mello Júnior); O rei que não veio (Roberto Macedo); O legado cultural de Teixeira de Freitas (Sílvio Meira); Os 80 anos inadequados (Josué Montello); Correspondência do Barão de Mareschal, dezembro de 1825; Noticiário. – **Vol. 338, janeiro/março de 1983:** As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Arno Wehling); Traços gerais das inter-relações histórico-culturais da Bahia e Rio Grande do Sul (Dante de Laytano); Medalhística militar brasileira antiga (Waldemiro Pimentel); Domingos José de Almeida, o diamantinense que foi o cérebro e maior estadista da República Rio-Grandense (Cláudio Moreira Bento); Algumas especiais qualificações de “Os Sertões” (Umberto Peregrino); Saudação a Evaristo de Moraes Filho (Pedro Calmon); Rui Barbosa e a Filosofia Existencial Cristã (Evaristo de Moraes Filho); Caxias (Pedro Calmon); O duque de Caxias (Francisco de Paula e Azevedo Pondé); Centenário da morte do duque de Caxias (Cláudio Moreira Bento); Universidade Federal da Bahia (Pedro Calmon); Clóvis Beviláqua (Chagas Freitas); Cinquentenário da inauguração do Cristo Redentor (Antônio Pimentel Winz); Dez considerações leigas sobre o Cristo de cimento armado (Paulo Werneck da Cruz); Luís Paulino (José Hermano Saraiva); Varnhagen (P. Calmon); A engenharia brasileira no Segundo Reinado (A. de Lyra Tavares); Um documento

desconhecido acerca da história político-religiosa do Rio de Janeiro no período da Revolução Francesa (David Higgs); Estácio de Sá (Roberto de Macedo); Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha (Frederico Pires Garcia); Bibliografia; Noticiário.

* * *

NOTICIÁRIO

MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL (BLUMENAU)

Construída em 1864, a casa de enxaimel onde está sediado o **Museu Família Colonial**, era propriedade de Victor Gärtner, sobrinho do fundador da Colônia, Dr. Hermann Blumenau.

Por ocasião do centenário da fundação da cidade, em 1950, houve uma conscientização da necessidade de se preservar a memória regional. Para este fim, foram recolhidos e expostos diversos objetos de real valor histórico, social e cultural.

Em 1952, a herdeira Edith Gärtner doou à Municipalidade sua residência e considerável acervo de objetos da família do Colonizador. Sua intenção era que este, após sua morte, viesse a constituir um museu. Em 1967 foi entregue à comunidade blumenauense o **Museu da Família Colonial**, um dos retratos da imigração alemã no Sul do Brasil. Reunido todo este acervo e outros objetos que vieram posteriormente, o Museu visa mostrar às atuais e futuras gerações como vivia uma família nos primórdios da colonização do Vale do Itajaí.

A catástrofe que se abateu sobre a cidade em julho de 1983 não deixou impune este patrimônio. As perdas e danos foram grandes. Havia necessidade de uma ação emergencial no sentido de recuperar este órgão preservador e difusor da nossa cultura. Como resposta ao apelo feito pela **Fundação Casa Dr. Blumenau**, a Tabacos Brasileiros Ltda. e a Fundação Nacional Pró-Memória, através de seu Programa Nacional de Museus, uniram esforços, recuperando, revitalizando e reintegrando o Museu à comunidade blumenauense.

(Do convite para a reabertura do **Museu da Família Colonial**, dia 11 de julho do corrente ano).

*

CASA DE ÉRICO VERÍSSIMO

A casa onde nasceu **Érico Veríssimo**, o romancista contemporâneo mais importante do Rio Grande do Sul, na cidade de Cruz Alta, será tombada pelo Governo do Estado. Portaria nesse sentido será

assinada pelo governador Jair Soares, em solenidade em que outras sete obras de valor histórico e cultural também serão tombadas. Construída no final do século, misturando o estilo colonial com o barroco, a casa onde morou Érico Veríssimo desde 1905, quando nasceu, até os 17 anos, hoje é um museu mantido pela prefeitura e leva o nome do romancista. Na mesma cidade será tombado o edifício da prefeitura, do arquiteto alemão Theodor Alexander Josef Wiederspahn, que viveu no Brasil até 1953 e foi o autor, também, do projeto do edifício da Delegacia Fiscal, hoje Museu de Artes do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. As portarias a serem assinadas pelo governador gaúcho, tornando inalteráveis em seus aspectos os prédios e obras considerados de valor histórico, incluem a ponte do Império, no município de Piratini, a ponte de pedra sobre o rio Palmares, no município de Palmares do Sul, e a antiga Matriz de São Miguel, em Dois Irmãos. (De uma notícia de "O Estado de S. Paulo", 31-7-1984).

*

CARLOS GOMES: ACERVO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Durante muito tempo estive preocupado com o destino dado à parte do acervo de Carlos Gomes, pois tinha conhecimento de que o maestro deixara algumas óperas inacabadas. Supunha que elas deveriam estar com ele por ocasião de seu falecimento em Belém do Pará, em 1896. Minhas pesquisas no sentido de localizar tais obras foram infrutíferas até o momento em que descobri que a filha de Carlos Gomes, Ítala Gomes Vaz de Carvalho, havia doado ao Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, aquilo que até então eu procurava. Conteí, para levar minhas pesquisas adiante, com valiosa colaboração do Diretor do Museu Histórico Nacional, Dr. Gerardo Brito da Câmara, e de suas auxiliares Clara Goldfarb Padilha Sodré e Denise Portugal.

Com grande surpresa, encontrei no Arquivo do Museu Histórico Nacional, além das obras inéditas procuradas há tempo, outras preciosidades, entre as quais projetos de cenários de óperas como de figurinos de autoria do filho do maestro, Carlos André Gomes (o "Carletto") e de Luigi Bartezago. O primeiro desenhou cenários para a ópera **América**, cujo libreto com 36 páginas também se encontra ali. Do segundo, encontram-se projetos de cenários para a ópera **Morena**, cujos originais da partitura dos três atos se acham naquele arquivo.

Tenho em meu poder dezenove laudas, cópias do inventário da coleção Carlos Gomes, do Museu Histórico Nacional, organizado em dezembro de 1983, no qual estão relacionados documentos manuscritos e

datilografados, documentos impressos e material especial. Responsável pela organização foi a funcionária do Museu, Regina Helena da Conceição Reis, que, na realidade, fez excelente trabalho. Da relação constam as doações de Gustavo Barroso, Alzira Vargas, Francisco Portugal Neves e Ítala Gomes Vaz de Carvalho, feitas em 1931, 1939, 1948 e 1949. O período coberto pela coleção, segundo informa o relatório, abrange de 1859 a 1897. Ao todo são 216 documentos de relevante importância para os estudiosos da vida e da obra de Carlos Gomes.

De acordo com o exposto na introdução do relatório, a coleção está “dividida em quatro séries: partituras e libretos, correspondência, iconografia e miscelânea; as duas primeiras estão organizadas cronologicamente; a iconografia está organizada por assunto (família de Carlos Gomes, cenários, figurinos e personagens de suas óperas e as litografias com charges sobre ele e sua obra); a série miscelânea está organizada em ordem seqüencial numérica”.

O trabalho que desenvolvo no campo da pesquisa sobre a vida e a obra de Carlos Gomes, agora como integrante do Centro de Estudos Carlos Gomes, implantado pelo maestro Benito Juarez, chefe do Departamento de Música, do Instituto de Artes da Unicamp, conta com o apoio do responsável pelo IA; professor José Antônio de Almeida Prado e do reitor, professor doutor José Aristodemo Pinotti. O Centro está desenvolvendo seu trabalho com a colaboração da Xerox do Brasil S/A, cujo presidente, Henrique Sérgio Gregori auxiliou financeiramente o prosseguimento das pesquisas nos museus e bibliotecas. Ao professor Achille Picchi, do Departamento de Música, cabe a direção do Centro. (Nota de Benedito Barbosa Pupo).

*

TELAS DE BENEDITO CALIXTO EM CATANDUVA

Desde dezembro de 1961 Catanduva passou a figurar na relação das cidades paulistas de interesse turístico. A causa principal disso são as 23 telas de Benedito Calixto existentes na Matriz de São Domingos, um acervo artístico hoje de difícil avaliação. As telas são talvez, das últimas encomendadas ao renomado pintor falecido em 31 de maio de 1927. Foram executadas em São Paulo e, posteriormente, fixadas nos locais onde se encontram até hoje, na matriz de Catanduva.

Monsenhor Albino Alves da Cunha, que, por indicação do juiz Mergulhão Lobo, primeiro titular da comarca, contratou Benedito Calixto, assim descreve o trabalho: “Do lado direito: São João Evangelista, São Lucas, São Bartolomeu, São Filipe, São João, São Tiago Maior, Santo

André, São Pedro e os profetas Ezequiel e Elias; do lado esquerdo: São Mateus, São Marcos, São Tomé, São Tiago Menor, São Judas Tadeu, São Simão, São Matias e, na parte central, a imagem de São Domingos de Gusmão, padroeiro da cidade, recebendo o rosário de Nossa Senhora. Na capela do Santíssimo Sacramento, no seu teto, encontra-se ainda São Paulo e no batistério outra representando São João Batista batizando Cristo”.

A Casa Paroquial de Catanduva abriga também um auto-retrato de Benedito Calixto, feito em 1923. Foi doado ao Monsenhor Albino, para sua paróquia, pelo embaixador Macedo Soares. Após uma tentativa de assalto à igreja, o quadro, único solto do acervo de Calixto, foi removido para a Casa Paroquial em meados de 1973 e ali continua.

(De “O Estado de S. Paulo”, 5-8-1984).

*

SESQUICENTENÁRIO DE SANT'ANA GOMES

Campinas viu transcorrer a 19 de agosto do corrente ano o sesquicentário do nascimento do compositor José Pedro de Sant'Ana Gomes, irmão de Carlos Gomes. A efeméride propiciou algumas comemorações: palestra do jornalista Bráulio Mendes Nogueira, recital com algumas obras do compositor e pequenas referências da imprensa. Muito pouco, realmente, para quem precisa ser melhor estudado.

O jornalista Benedito Barbosa Pupo, do Departamento de Música da Unicamp, afirma que “não obstante o seu grande talento, Sant'Ana Gomes não teve a projeção do irmão”, lembrando o fato de ele ter vivido praticamente confinado na então pequena cidade de Campinas. Um artigo publicado pela Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, em 1936 (ano do centenário de Carlos Gomes), confirma que Sant'Ana Gomes foi o grande “protetor” de Carlos Gomes: “facilitou-lhe a fuga do lar paterno, estimulou-lhe o desejo ardente de aperfeiçoar os seus estudos e, quando já seu irmão se tornara ídolo das platéias italianas e brasileiras, continuou a dispensar-lhe auxílio inestimável, tanto de ordem moral como financeira”.

Considerado excelente violinista e violista, Sant'Ana Gomes preferiu compor música de câmara, embora deixasse também duas óperas: **Alda**, com libreto de Emílio Ducatti, enviado por Carlos Gomes da Itália, e **Semira**, inacabada. Compôs quintetos e um quarteto para cordas dedicado a D. Pedro II e cujo original está preservado no banco de partituras do Instituto de Artes da Unicamp. Faleceu aos 74 anos, em Campinas, em abril de 1908, mas seus descendentes mantiveram a tradição da família

Gomes de Campinas no campo da música. Dois de seus filhos se destacaram – Alfredo Gomes como violoncelista e catedrático do Instituto Nacional de Música, e a pianista Alice Gomes Grosso, que teve três filhos artistas.

* * *

UM POUCO DE MÚSICA

25. "ELIZABETH", ÓPERA INÉDITA DE DONIZETTI

Uma ópera desconhecida e atribuída a Caetano Donizetti acaba de aparecer como resultado de recentes pesquisas. A maior parte da composição data do período final e mais fértil da carreira desse compositor italiano do século XIX e, apesar de existirem defeitos na partitura, deverá ser possível realizar a estréia mundial da ópera, cerca de 140 anos após ter sido composta.

Elizabeth, ópera em três atos, foi composta sobre texto francês entre 1840 e 1844, e pouco menos de metade da partitura foi adaptada por Donizetti de uma sua obra anterior, e o restante é, aparentemente, música inédita. Isso ocorre porque frequentemente os italianos da época reutilizavam e rearranjavam materiais antigos. Novas árias podiam ser compostas e outras menos bem-sucedidas podiam ser recicladas para aproveitamento em novas obras.

Donizetti compôs mais de 70 óperas entre 1816 e 1844 e ocupa, juntamente com Rossini, Bellini e Verdi, um lugar entre os principais compositores italianos de ópera do período romântico. Seus anos parisienses, a partir de 1838, são considerados como o seu período de maior fertilidade musical.

O primeiro e o terceiro atos, ambos quase completos, de **Elizabeth**, foram encontrados no início de abril pelo autor deste texto num porão do "The Royal Opera House", em Covent Garden, quando pesquisava para um livro sobre as óperas do século XIX. As partituras, com letra identificada como de Donizetti, estavam em meio a um pacote de peças fragmentárias, orquestrais e para coro, assinalados como "partes de partitura, sem título". Julian Budden, especialista em óperas italianas, examinou o material e autenticou a autoria de Donizetti, o que foi posteriormente confirmado por John B. Carter, fundador e secretário da "Donizetti Society", e por Alexander Weatherson, editor do "The Donizetti Society Journal".

"Não existe a menor dúvida", declarou Carter. "Eu tenho visto a letra de Donizetti no decorrer dos últimos dez anos e esta é a sua letra". Weatherson também confirma a autenticidade: "Eu mal pude acreditar. Não esperava ver um manuscrito desconhecido de Donizetti, e muito menos em Londres. Existe pouca dúvida. O texto está até assinado".

Investigando autógrafos conhecidos de Donizetti na Biblioteca Nacional de Paris, no final de abril, encontrei músicas e esboços que

preenchem as lacunas da partitura londrina, até mesmo com tipo de marcas d'água nos papéis. Esse material parisiense consistia numa ária do primeiro ato, um coro do terceiro e amplos esboços do segundo. Apesar de estar à disposição do público, pareciam ter uma importância apenas marginal até a descoberta da partitura londrina.

Elizabeth deriva de uma ópera não publicada de Donizetti, de 1827, **Otto Mesi in Due Ore**, que conta a viagem da heroína, da Sibéria até Moscou, para conseguir que seu pai fosse perdoado do exílio. Por acaso, encontrar o perseguidor do pai totalmente destituído de poder, além de conseguir converter uma horda de tártaros. No final, tudo acaba dando certo. Donizetti compusera **Otto Mesi** para um teatro napolitano, mas o libreto francês preparado por ele omitia vários números da ópera e previa outros.

A carreira de Donizetti interrompeu-se em meados da década de 40, por um colapso mental provocado pela sífilis, e ele morreu em 1848. Cinco anos mais tarde, um seu aluno, Uranio Fontana, produziu sua própria versão de **Elizabeth**, sem conhecer a partitura original, seguindo apenas as indicações do libreto francês. A **Elizabeth** de Donizetti difere da obra de Fontana não apenas pelos "novos" números, mas também nos arranjos diferentes. A partitura de Fontana foi publicada em 1854, em Paris.

(Nota de Will Crutchfield em "O Estado de S. Paulo", 10-6-1984)

*

26. MÚSICA PARA O "TIVOLI"

Há algumas semanas, um jornal de São Paulo, em sua seção de turismo, publicou extensa e pormenorizada notícia sobre o **Tivoli**, o famoso parque da capital dinamarquesa, que representa para Copenhague o mesmo que o **Prater** para Viena ou as **Tulherias** para a capital francesa. Salientava a notícia que um dos pontos altos do grande parque está justamente nas suas atividades musicais: balé, concertos, recitais, apresentação de cantores famosos etc. Isto tudo, naturalmente, ao lado dos divertimentos habituais num parque e que atraem multidões de todas as idades.

A notícia do jornal, enquanto me dava "água na boca", suspirando, quem sabe, pela oportunidade de um dia conhecer o famoso **Tivoli**, fazia-me pensar em alguns compositores dinamarqueses que escreveram obras musicais especialmente para o grande parte. A música dinamarquesa não é muito divulgada fora da Dinamarca. Apenas alguns autores, como Carl Nielsen, lograram renome internacional, inclusive com

suas obras quase todas gravadas. Ou então o caso de Gade, que se tornou mundialmente famoso por uma só canção, a conhecida **Jalousie**.

Mas o compositor de que recordei ao ler a notícia do jornal paulistano é bem mais tivoliano que qualquer outro: Hans Christian Lumbye, nascido em 1810 e falecido em 1874. Nasceu, viveu e morreu na sua Copenhague, ao que parece bem perto do **Tivoli**, ao qual ele tão intimamente vinculou seu nome. É importante lembrar que o compositor dinamarquês é contemporâneo do primeiro João Strauss, o vienense das valsas, e ambos podem, pois, ser considerados pioneiros do florescimento maravilhoso da música de dança ao ar livre, quer no **Prater** de Viena, quer no **Tivoli** de Copenhague. Os dois compositores têm muito em comum, seja quanto às formas musicais que utilizaram ou quanto ao espírito que animava suas obras. Tiveram imensa popularidade até praticamente o fim do século passado, com suas orquestras próprias, alegrando as multidões que perambulavam pelos jardins das duas belas cidades.

João Strauss, como é sabido, deu origem a uma família de músicos, e ele próprio teve no seu descendente João Strauss Júnior não apenas um continuador, mas alguém que levou muito além (levou e elevou...) a música vienense, pois não se limitou a valsas, polcas, galopes etc., mas entrou pelo campo da opereta, com as maiores obras que, no gênero, se escreveram: **O Morcego**, **Barão Cigano**, **Uma Noite em Veneza**, **Sangue Vienense**, entre outras.

O dinamarquês Lumbye ficou restrito a um círculo menor, pouco se propagando fora de seu país. No Brasil é totalmente desconhecido, embora há muitos anos tenha aparecido um disco com obras suas, intitulado mesmo **Dances from Tivoli**, editado nos Estados Unidos, mas já retirado de catálogo. ONM

* * *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (23)

CAMPINAS NO RELATO DE JAUNAY (1865)

Em 1865 passou por Campinas, com destino a Mato Grosso, a expedição que se celebrizaria pelo desastre da famosa retirada de Laguna. Permaneceu dois meses em nossa cidade. Dessa expedição fazia parte um jovem oficial de engenharia, Alfredo d'Escragnoille Taunay, o qual, agraciado mais tarde com o título de Visconde de Taunay, muito se destacaria na política e nas letras. Foi Senador do Império e presidente de duas províncias, e como homem de letras, um dos fundadores da Academia Brasileira, deixando, em nossa literatura, páginas imortais como romancista e contista. A descrição que fez de Campinas, e que a seguir transcrevemos, consta de seu relatório, publicado originalmente pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, posteriormente, em livro com o título **Marcha das Forças**. Campinas rendeu homenagem aos expedicionários de 1865, dando o nome de **Heróis de Laguna** a um recanto do antigo Largo de Santa Cruz, exatamente o local onde a expedição esteve acampada. E para celebrar este evento, ali foi erigido modesto, mas expressivo marco. Por outro lado, o nome do Visconde de Taunay (que, desta maneira se vinculou a Campinas) foi dado a uma importante rua do bairro denominado Vila Itapura, estendendo-se da Avenida Orozimbo Maia até a Barão de Itapura, bem em frente ao Instituto Agrônomo.

“A cidade de São Carlos de Campinas¹ acha-se situada numa planície acidentada, na latitude austral de 22° e 50' e longitude de 47° e 20' de Greenwich, a 18 léguas NO da cidade de São Paulo: é cabeça de comarca e um dos mais ativos centros de comércio de toda a província.

Campinas foi o primeiro nome. Quando passou a vila, adotou o apelido de seu padroeiro, voltando posteriormente à primeira denominação.²

Conta já de oito a nove mil habitantes e vai em rápido adiantamento. Várias casas particulares ostentam aparência luxuosa que contrasta com ruas sem calçamento regular, nem nivelamento. Entretanto, o alinhamento foi algum tanto respeitado, em extensão às vezes considerável.

(1) Inexplicável, no autor, a denominação que dá à nossa cidade: **São Carlos de Campinas**. Nunca teve este nome. E ainda mais: quando Taunay a visitou, fazia já mais de vinte anos que o nome **Campinas** havia sido restabelecido.

(2) Aqui o autor incidiu no mesmo erro do Marechal Müller em seu **Quadro Estatístico**: São Carlos nunca foi padroeiro de Campinas. Mas como era hábito a cidade tirar o nome de seu padroeiro, pode-se explicar a confusão.

Em construção existem duas importantes igrejas. Uma delas, a Matriz Nova, tem proporções majestosas, e no interior apresenta um trabalho perfeitíssimo de obra de talha, prometendo vir a ser, quando concluído, um dos mais esplêndidos templos do Império.³ O vício, contudo, no risco primitivo, e a pouca solidez em paredes de taipa, apesar da enorme grossura, embaraçam a terminação e decoração da fachada, razão pela qual hoje se procura aproveitar o que existe feito, adaptando um plano de reforma parcial. A diversos membros da comissão pediu o administrador daquelas obras projetos e plantas, que prontamente lhe foram ministradas. O perigo no trabalho da taipa já se patenteou: depois, parte da parede da frente desabou, matando alguns operários. Para conclusão da fachada adotou-se um plano misto, com uma só torre; entretanto as obras pararam completamente depois do desastre.

A outra igreja é a do Rosário, no largo do mesmo nome, a qual vai sendo edificada com proporções mais modestas, se bem que conforme as regras arquitetônicas.⁴

A Matriz Velha e a igreja da Santa Cruz são edifícios antigos e acanhados; há cuidado, contudo, no seu interior e nelas se solenizam as festas da igreja com bastante pompa e aparato⁵.

Todos os edifícios, sem exceção, são construídos de taipa com travejamento de madeira peroba e jequitibá e cobertos de telhas. A dificuldade em obter-se pedra para a construção e o transporte difícil e dispendioso para sua condução de longe, obrigam o emprego da taipa, apesar de todos os seus inconvenientes. Entretanto observamos, a duas léguas de distância da cidade, uma boa pedreira nas terras do major Elisiário, de que apenas se utilizam os seus possuidores, extraindo, por processos mecânicos grosseiros e com dificuldade, a pedra naturalmente friável e de pouco préstimo, que se acha à superfície da rocha e nas primeiras camadas.

As praças principais são as das Matrizes nova e velha e do Rosário, todas cercadas de construções mais ou menos regulares, umas concluídas, outras em reparações importantes.⁶ O comércio é ativo: os

(3) Trata-se da atual Catedral Metropolitana, que só viria a ser inaugurada em 1883.

(4) A Igreja do Rosário, na época em construção, não mais existe no local indicado, tendo sido demolida para as obras de urbanização na década de 40; a paróquia foi transferida para o alto do Chapadão (Avenida Francisco José de Camargo Andrade) onde se construiu novo templo.

(5) A chamada "Matriz Velha", inteiramente remodelada, veio a transformar-se na atual Basílica de Nossa Senhora do Carmo.

(6) As praças denominadas pelo autor de "Matriz Nova" e "Rosário" desde fins do século passado foram batizadas de José Bonifácio e Visconde de Indaiatuba, respectivamente. Todavia, estes nomes nunca "pegaram" no consenso popular. A primeira é denominada simplesmente de Largo da Catedral e a segunda de Largo do Rosário, embora aí não mais exista a Igreja desse nome. Mesmo na propaganda comercial estes nomes populares são indicados, sem qualquer referência aos seus nomes oficiais. A praça da Matriz Velha é a atual Bento Quirino.

produtos do lugar, como café, açúcar, algodão e algum chá, são procurados no mercado do Rio de Janeiro e cotados por preços elevados. A cultura do café tem, sobretudo, grande incremento no município, e avalia-se em 900.000 arrobas anuais, como seu termo médio, tocando 60.000 ao fazendeiro de mais recursos. As outras colheitas importantes equilibram-se, e seis a oito mil é a safra regular. Das outras produções não há dados exatos; sabe-se que a cultura do algodão vai em progresso e deu belos resultados na crise proveniente da guerra civil nos Estados Unidos; a do chá não tem oferecido vantagens e vai sendo pouco a pouco abandonada, apesar de sua carestia em todos os mercados. As plantações de cana têm sido geralmente substituídas pelas de café, continuando, porém, a sua cultura para consumo próprio dos fazendeiros e alguma exportação.

Com a cessação da guerra dos Estados Unidos houve tal e qual arrefecimento na cultura do algodão; entretanto, cultiva-se hoje, não só em Campinas, como em São Carlos de Araraquara⁷ e nos distritos de Limeira e São João do Rio Claro. O movimento da estrada de ferro de Santos, no primeiro semestre de 1867 indicava exportação de algodão em fardos quase iguais aos do café. O grande futuro que espera Campinas para imenso desenvolvimento acha-se, entretanto, nas magníficas e extensas plantações de café ainda novas, que hão de elevar em breve ao triplo as fortunas de seus possuidores, permitindo desde já, por essas lisonjeiras previsões, um incremento, em todos os sentidos, e animação que dificilmente se notam nas nossas cidades, ainda mesmo no litoral. O bicho do café ceifou cruelmente nos distritos de Campinas; cessou, porém, completamente, e desde 1864 não tem reaparecido”.

* * *

(7) Tendo poucas informações sobre o Oeste paulista, aliás pouco povoado na ocasião, Taunay tomou São Carlos e Araraquara como uma só localidade, ou, talvez, se enganasse, referindo-se ao orago desta última cidade como sendo São Carlos e não São Bento, como realmente o é.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

A QUEDA DO IMPÉRIO

(Euclides da Cunha)

A propaganda republicana (evitamos descrevê-la, inaptos para sintetizá-la, em meia dúzia de linhas, com o inconveniente de citar-lhe os protagonistas, na maioria ainda vivos) fazia-se por si mesma. Atribuir-lhe o sucesso feliz à palavra dos tribunos, ao jornalismo doutrinário ou agitador, ao entusiasmo de uma mocidade robusta, à indisciplina militar, e por fim ao levante de um exército que, como o de 7 de abril, nada mais que a ordenança passiva da nação em marcha equivale a atribuir a maré montante às vagas impetuosas que ela alteia.

Porque, na realidade, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea. E esta, certo, não a vamos buscar nesse tão malsinado e incompreendido positivismo, que aí está sem a influência que se lhe empresta, imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de Teixeira Mendes.

As novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer —, o que nos trouxeram, de fato, não foram os seus princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século; e estas compondo-se com uma aspiração antiga e não encontrando em nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído, no espaço de uma manhã, um trono que encontraram...

Este abalara-se de há muito. O nobre espírito do homem que o ocupava com a sua preocupação absorvente de perquirir ansiosamente as coisas da ciência com o seu anelar o título de filósofo, com ansias pela camaradagem nobilitadora dos pensadores de seu tempo, a sua indiferença superior pela força organizada, que lhe escorava o Império, com o estimular os decretos liberadores; que lhe destruíram o apoio da propriedade territorial — tornou-se no termo da vida o exemplo vivo da transmutação de seu próprio país.

É natural que fosse o seu último ministério conservador que realizasse, a 13 de maio de 1888, a mais alta das reformas liberais; e fosse o

seu último ministério liberal que planeasse reviver as energias conservadoras das tradições monárquicas desfalecidas.

Não tinham mais significação os nomes dos partidos. Existiam pela força da inércia. Tendo-se prendido ao curso irreprimível da propaganda abolicionista, iniciada ativamente em 1884, a Monarquia obtivera uma estabilidade momentânea, porque ia derivando ao som da correnteza democrática.

De sorte que, em 1889, quando o seu último ministério liberal tentou a última reação conservadora, ela caiu — porque não podia mais parar. O Terceiro Reinado, esteado na esplêndida envergadura do Visconde de Ouro Preto, lançou-se como uma represa na torrente. Foi o que se viu a 15 de novembro de 1889: uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força; e o desfecho feliz de uma revolta. Porque a revolução já estava feita.

(Da Independência à República, em *A Margem da História*, pp. 366 a 369, 2ª ed., Porto, Lello & Irmão, 1909.)

*

OS 14 PRINCÍPIOS DO PRESIDENTE WILSON

(...) Por conseguinte, o que pedimos nesta guerra não é nada de particular para nós. É que o mundo se torne seguro e nele seja possível viver e, especialmente, que seja assegurado a cada nação, amante da paz que, como a nossa, deseja viver sua própria vida, determinar suas próprias instituições e esteja garantida tanto quanto à justiça e lealdade dos outros povos do mundo como contra a força e a agressão egoístas.

Todos os povos do mundo estão, com efeito, solidários nesse interesse e, de nossa parte, vemos muito claramente que, a menos que seja feita justiça aos outros, ela não será feita. O programa da paz mundial, portanto, é o nosso programa; e este programa, único programa possível, como o entendemos, é o seguinte:

1 — Convenções de paz abertas, abertamente concluídas, depois das quais não haverá acordos internacionais privados de espécie alguma senão que a diplomacia procederá sempre francamente e no interesse público.

2 — Absoluta liberdade de navegação nos mares, fora das águas territoriais, tanto na paz como na guerra, salvo quando os mares possam ser total ou parcialmente fechados por uma ação internacional visando à execução de acordos internacionais.

3 – Remoção, tanto quanto possível, de todas as barreiras econômicas e estabelecimento de uma igualdade de condições comerciais entre todas as nações concordes na paz e associadas para mantê-la.

4 – Adequadas garantias dadas e recebidas de que os armamentos nacionais serão reduzidos ao mínimo compatível com a segurança interna.

5 – Um ajuste livre, sem subterfúgios e absolutamente imparcial de todas as reivindicações coloniais, baseado numa estrita observância do princípio de que, na determinação de todas essas questões de soberania, os interesses das populações implicadas deverão ter peso igual ao das justas reclamações dos governos cujo título deverá ser determinado.

6 – Evacuação de todo o território russo e regulamentação tal de todas as questões referentes à Rússia que lhe assegure a melhor e mais livre cooperação das outras nações do globo, a fim de obter para ela uma oportunidade, sem entraves nem embaraços, de determinar livremente seu próprio desenvolvimento político e sua política nacional e lhe assegurar uma sincera acolhida na Sociedade das Nações livres, sob instituições da sua própria escolha; e mais do que uma acolhida, também assistência de toda espécie que ela possa precisar e desejar para si. O tratamento dado à Rússia, durante os próximos meses pelas nações suas irmãs, será a pedra de toque da boa vontade destas, da compreensão que têm das suas necessidades, feita a abstração dos interesses delas mesmas, e da inteligente e desinteressada simpatia que lhe votam.

7 – Quanto à Bélgica, o mundo todo estará de acordo que ela deve ser evacuada e restaurada, sem nenhuma tentativa de limitar a soberania de que ela goza no concerto das demais nações livres. Nenhum outro ato privado servirá tanto quanto este para restabelecer a confiança entre as nações nas leis que elas tiverem estabelecido e fixado por si a fim de reger as relações entre elas. Sem este ato salutar, toda estrutura e validade da lei internacional será enfraquecida para sempre.

8 – Todo o território francês deverá ser liberado e as regiões invadidas terão de ser restauradas e o prejuízo dado à França pela Alemanha em 1871, no tocante à Alsácia e à Lorena, que perturbou a paz do mundo durante cinquenta anos, deverá ser reparado, a fim de que a paz possa uma vez mais ser garantida no interesse de todos.

9 – O reajustamento das fronteiras da Itália deverá ser efetuado segundo as bases da nacionalidade, claramente reconhecíveis.

10 – Aos povos da Áustria e Hungria, cujo lugar entre as nações desejamos ver salvaguardado e garantido, dever-se-á dar a mais ampla oportunidade de desenvolvimento autônomo.

11 – A Romênia, a Sérvia e o Montenegro deverão ser evacuados e restituídos os territórios ocupados: à Sérvia conceder-se-á

acesso livre e seguro ao mar, e as relações dos diversos Estados balcânicos entre si deverão ser fixadas por um entendimento amigável, de acordo com as bases da nacionalidade e soberania historicamente estabelecidas. Serão oferecidas aos vários Estados balcânicos garantias internacionais de independência política e econômica e de integridade territorial.

12 – Uma firme soberania será garantida às partes turcas do atual Império Otomano, mas às outras nacionalidades que se encontram neste momento sob a dominação turca dever-se-á dar segurança indubitável de existência e oportunidade, isenta de obstáculos de se desenvolver de modo autônomo. Os Dardanelos deverão ficar permanentemente abertos, constituindo livre passagem para os navios para o comércio de todas as nações, sob garantias internacionais.

13 – Um Estado polonês independente deverá ser estabelecido, compreendendo os territórios habitados por populações incontestavelmente polonesas, às quais será mantido um acesso livre e seguro ao mar e cuja independência territorial deverá ser garantida por acordo internacional.

14 – Uma Associação Geral de nações deverá ser formada, de acordo com convenções específicas, com o fito de dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e aos pequenos Estados. (Mensagem de 8 de janeiro de 1918).

(**Textos e Documentos para o estudo da História Contemporânea, 1789 – 1963.** Seleção, organização e introdução de Katia M. de Queirós Mattoso. Págs. 161 a 163. São Paulo, Hucitec/Univ. de São Paulo, 1977. Este texto pode ser encontrado, também, em **Legado Político do Ocidente**, coord. de Adriano Moreira, Alejandro Bugallo e Celso Albuquerque, pp. 212/213. São Paulo, Difel, 1978).

* * *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

MONSENHOR RAIMUNDO TRINDADE (1883 – 1962)

“Historiador beletrista”, eis como denominou ao nosso homenageado deste número o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, em volume recente, anotado na seção de “Registro Bibliográfico”. De fato, o historiador marianense, cujo centenário transcorreu no ano passado, fez jus à qualificação que lhe deu seu biógrafo. Dotado de sólida cultura humanística, familiarizado com os grandes escritores da língua (mesmo aqueles que, normalmente, na época, um sacerdote não leria, como Camilo e Eça de Queirós), adquiriu notável trato no manejo do estilo fluente ainda quando tratasse de assuntos áridos, que pouca gente seria capaz de versar com elegância de frase e primor de linguagem.

Nascido em Mariana a 20 de novembro de 1883, e falecido em Ouro Preto a 2 de abril de 1962, Raimundo Trindade foi o que se poderia denominar um historiador eclesiástico. Em torno da crônica religiosa de sua cidade concentrou toda a sua enorme capacidade de pesquisa, com a qual se revelou não apenas homem de arquivo, mas também historiador probo e consciencioso, tratando a história dentro de modernos princípios metodológicos e revelando marcante compreensão do papel do historiador e da importância da pesquisa histórica. Tanto que, ao organizar, em Ouro Preto, o Museu da Inconfidência, do qual foi o primeiro diretor, procurou dotar a instituição de uma publicação que constituísse instrumento de divulgação de sua riqueza arquivada. Surgiu, assim o **Anuário do Museu da Inconfidência**, em cujo primeiro volume – para citar um só exemplo – divulgou o processo dos réus eclesiásticos da Inconfidência Mineira, complementando, assim, os **Autos de Devassa**, pouco antes publicados pelo Ministério da Educação, em sete alentados volumes.

Antes de fixar-se em Ouro Preto como diretor do Museu da Inconfidência, pastoreou diversas paróquias do interior mineiro: Rio Doce, São Domingos do Prata, Limeira de Muriaé, Barra Longa. Desta última escreveu a história, que foi seu primeiro livro publicado no campo da pesquisa arquivada.

Professor do Colégio D. Helvécio, de Ponte Nova, e no Colégio Arquidiocesano, de Mariana, “encantou milhares de discípulos, aos quais transmitia uma autêntica formação cristã ao lado de rica bagagem humanística”, no dizer do Cônego Vidigal de Carvalho, seu biógrafo. E ainda ao mesmo autor solicitamos de empréstimo estes altos conceitos: “A

obra histórica de Monsenhor Trindade patenteia, realmente, que ele foi um titã de uma das Ciências Sociais mais importantes. Catalogou magistralmente acervos de cartórios. Salvou e, por primeiro, manuseou e analisou inúmeros documentos do Arquivo Eclesiástico de Mariana. Publicou cerca de vinte e quatro livros, baseados em documentário, estudado com esmero. Escreveu vários artigos para revistas especializadas. Ministrou orientações a mestres famosos do porte de um Pandiá Calógeras, Hélio Viana, Rocha Pombo, Lúcio José dos Santos. Tudo isto o consagra ao louvor de quantos prezam o desenvolvimento intelectual brasileiro”. (pág. 16 de *Um historiador beletrista*, Imprensa Universitária, UFOP, 1983).

Bibliografia de Raimundo Trindade

- 1916 – **Semana Santa**
- 1917 – **Monografia da Paróquia de São José da Barra Longa**
- 1928 – **Efemérides da Arquidiocese de Mariana**
- 1929 – **Arquidiocese de Mariana** (reed. 1964)
- 1934 – **A Família Pontes**
- 1940 – **A Família dos Andradas**
- 1942 – **Garcias Velhos, Campos Lemos e Castelos Brancos**
- 1943 – **Genealogia da Zona do Carmo**
- 1943 – **Troncos paulistanos de Martins da Costa**
- 1944 – **Ascendentes e colaterais do Tiradentes**
- 1944 – **Titulares de Igrejas e Patronos de Lugares**
- 1945 – **Criação do Bispado de Mariana**
- 1945 – **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana** (publicação nº 13 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
- 1951 – **Breve Notícia dos Seminários de Mariana**
- 1951 – **São Francisco de Assis de Ouro Preto** (publicação nº 17 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
- 1951 – **Velhos Troncos Ouro-pretanos.**
- 1955 – **Velhos Troncos Mineiros, 3 vols.**
- 1958 – **Sede do Museu da Inconfidência**
- 1963 – **Cômputo Eclesiástico**

Deixou, ainda, numerosos trabalhos publicados em revistas e jornais, sendo de destacar-se o que estampou na “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”: **Igreja de São Francisco de Assis de Mariana** (vol. 7), **A Casa Capitular de Mariana** (vol. 9), **Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX** (vol. 12) e **Igreja das Mercês de Ouro Preto** (vol. 14), publicados, respectivamente, em 1943, 1945, 1945 e 1959.

O Cônego Vidigal de Carvalho, em sua citada biografia de Monsenhor Trindade, arrola, ainda, três publicações sem indicação de data: **Genealogias Mineiras, Igreja de São José de Ouro Preto e Igreja do Rosário de Ouro Preto.**

SELETA

A IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (Ouro Preto)

Raimundo Trindade

Mal se denunciou o aparecimento do ouro nos sertões dos Cataguás, nessas terras que, por isto, vieram a denominar-se **Minas Gerais**, para aí dispararam em atropelo, desenfreadamente, aventureiros de todas as condições e de todas as classes, vindos das mais remotas partes da colônia e da metrópole. Toda essa gente aí se despejava, avassalada por ambições infrenes de riquezas fáceis, senhoreada totalmente pela gana depravada do ouro.

Engrossando essas multidões, religiosos em número considerável, evadidos de seus conventos, divorciados do dever, madrugaram nas Minas, subjugados, também eles, por essa **auri sacra fames** que – para algum bem há de servir o mal – foi a causa determinante do povoamento tão rápido da terra mineira.¹

Acusados de negociações tão contrárias à suas obrigações” (C. R. de 19-5-1723), de viverem “sem religião e com muito **distraimento** em seus costumes” (C. R. de 2-5-1725); suspeitos de contrabando do ouro, foram esses frades por dilatados anos uma das grandes preocupações do governo da metrópole. Pertinazes, cerrados a todos os apelos, embalde contra eles se expediram sucessivas ordens de expulsão. Desde o alvorecer da capitania até meados do século XVIII, deparam-se-nos nos arquivos inúmeros despachos régios apertando com os capitães-generais, e com os prelados, assim diocesanos como religiosos, para que cada qual, na esfera de sua jurisdição, chamasse os transviados ao cumprimento do dever.²

Havia entre esses frades bom número de franciscanos, contra os quais baldavam-se, não menos, as medidas régias e eclesiásticas que se empregavam para pô-los, a todos em geral, fora das Minas.

(1) Simão Marques, SJ, *Brasília Pontiffcia*, Lib. I, 24: “... multi sunt sacerdotes, tum saeculares, tum regulares, qui auri ab anno 1698 inventi sacra fame, nunc vero adamantum amore, illac (Aurifodinarum Província) confluunt...”

(2) Eis uma relação, certamente omissa, de Cartas, Avisos e Ordens Régias emanadas da Metrópole contra os religiosos que pervagavam as Minas: 12-X-1710; 9-VI-1711; 26-II-1713; 12-XI-1714; 27-I-1715; 12-7-1721; 23-X-1721; 13-V-1722; 19-V-1723; 9-XI-1723; 2-V-1725; 16-II-1732; 21-I-1738; 21-II-1738; 26-II-1739; 16-I-1755; nas *Eph. Min.*, de X. da Veiga: 12-XI-1712; 16-XII-1713; 12-I-1714; 8-IV-1714; 21-IV-1714; 27-VII-1714; 10-V-1715; 4-V-1715; 28-V-1716; 13-VII-1717; 12-VII-1719; 1-III-1720; 18-III-1720; 1^a-V-1720; 12-V-1720; 15-V-1720; 21-X-1721; 12-VII-1722; 27-VII-1723; 10-V-1725; 28-IV-1744; na *Rev. do Arqu. P. Min.* 16, 20, 21, 24.

Em 1745, secundando essas providências, Frei Antônio da Conceição, que então regia a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, despachou para Minas Frei Antônio de Santa Maria, com a delicada missão de reduzir à obediência as ovelhas desgarradas de seu rebanho.

Ignoramos se nesta parte logrou bom resultado a missão de Frei Santa Maria. Dizemos “nesta parte”, porque não o trazia à Capitania apenas este difícil e melindroso encargo. O Ministro Provincial investira-o também Comissário de todós os Terceiros existentes nas Minas, os quais de há muito clamavam aos superiores da Província lhes instalassem em Vila Rica uma congregação da Ordem Terceira da Penitência. A patente, que para aquela espinhosa missão o acreditava perante as autoridades civis e eclesiásticas, da Capitania, continha também o seguinte: **E outrossim, como nas minas de Ouro Preto e em outros vários lugares se acham alguns noviços terceiros que, com impaciência nos suplicam a Profissão, também nomeamos e constituímos a V.C. nosso Comissário “cum plenitude potestatis”, para os professor, praticar-lhes a forma e obrigação da nossa Venerável Ordem Terceira da Penitência, segundo os Estatutos da mesma e instruí-los com seus bons exemplos, nos santos exercícios que esta Venerável Ordem costuma para salvarem melhor as suas almas, que é o fim para que Nosso Seráfico Padre São Francisco a instituiu,³ e lhe concedemos nossa autoridade ativa e passiva em todo o tempo que exercitar esta nossa Comissão, e, completa que seja, com a brevidade possível, voltará para este nosso Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.**

Precioso documento para a história da Ordem Terceira da Penitência, em Ouro Preto, essa patente de que trasladamos o trecho grifado e cujo texto mais adiante poremos por extenso, foi datada do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro a 28 de outubro de 1745.

Em virtude das faculdades nela contidas foi que a 9 de janeiro de 1746, na capela do Bom Jesus dos Perdões, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, presentes Frei Antônio de Santa Maria, o Vigário Dr. Felix Simões de Paiva e seu coadjutor (e sobrinho) Padre João Soares de Albergaria, e “mais de oitenta irmãos terceiros da dita Venerável Ordem (entre as pessoas principais da mesma vila), professores, segundo suas patentes em várias Províncias do nosso reino e seus estados”, se

(3) A Ordem Terceira da Penitência foi fundada pelo Santo Patriarca em 1221, destinada aos fiéis de ambos os sexos que, não podendo viver em conventos, quisessem abraçar no século a vida religiosa. A piedosa fundação foi aprovada por Nicolau IV em 1289, e modificada por Leão XIII em 1883.

fundou a Ordem Terceira de São Francisco, instituição que iria em breve cobrir-se de glórias e constituir-se benfeitora por excelência da cidade, com a doação que lhe fez desse mimo arquitetônico de que se adorna, e se desvanece com razão — a Igreja de São Francisco de Assis.

(São Francisco de Assis de Ouro Preto, pp. 9 a 11. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951. Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17.)

* * *

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no *Correio Popular*, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

110. UMA PRECIOSA COROGRAFIA MINEIRA

Raimundo José da Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, a 2 de setembro de 1776 e faleceu no Rio de Janeiro a 2 de março de 1839, no elevado posto de marechal-de-campo. Ingressou na vida militar ainda bastante jovem, servindo em Portugal, na África e nas ilhas de São Tomé e Príncipe. “Os árduos trabalhos que desempenhou por largos anos pelas plagas africanas ocidentais — diz Sacramento Blake — levaram-no igualmente a investigar a história e a geografia dos lugares que percorria e não lhe quebrantaram as forças, nem enfraqueceram sua atividade inexcédível”.

Achando-se no Rio de Janeiro em 1817, tomou parte na expedição que foi a Pernambuco para combater a revolução que ali estalara. Exerceu, a seguir, o cargo de vice-diretor do Arsenal do Exército, na Corte, e de comandante de armas na Província de Goiás, cargo que deixou a fim de representar aquela província na Câmara dos Deputados. Na qualidade de brigadeiro, marchou logo depois para o Rio Grande do Sul, onde serviu às ordens do Marquês de Barbacena, na Campanha da Cisplatina. Terminada esta desastrosa guerra, foi nomeado comandante da Academia Militar do Rio de Janeiro, depois de realizada uma curta viagem à Europa.

Sua grande vocação para a pesquisa histórica (“um dos inovadores brasileiros no campo da periodização”, diz José Honório Rodrigues) levou-o a ser um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Infelizmente não teve muita oportunidade de colaborar com o grupo inicial da benemérita entidade fundada sob os auspícios de D. Pedro II, pois a morte o colheu logo no ano seguinte. Todavia, muitos dos seus trabalhos, que deixou inéditos, foram posteriormente publicados pela revista do Instituto. Mas muita coisa permanece ainda por publicar-se, das trinta e tantas monografias, algumas bem volumosas, que elaborou.

O objetivo desta nota é precisamente registrar que uma de suas obras mais importantes, talvez mesmo a peça principal de sua bibliografia, a **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**, escrita em 1837, mereceu duas edições a curto intervalo, a primeira pelo Arquivo Público Mineiro, e a segunda (fac-similar da primeira) pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, datadas, respectivamente, de 1979 e 1981. Trata-se de um valioso repositório de informações sobre a referida província, fonte indispensável para todos aqueles que pretendam investigar a história de Minas Gerais. À primeira vista poderá parecer estranha a publicação, em breve lapso de tempo, dessas duas edições. Mas devemos considerar que a edição do Arquivo não teve caráter comercial, de distribuição restrita portanto, enquanto que a outra encontra-se nas livrarias à disposição dos interessados. (18-4-1984).

*

111. TREM DA CULTURA

Notícia de Porto Alegre informou-nos, há pouco tempo, de algo bastante curioso e ao mesmo tempo significativo: a instituição pelo governo do Estado, em colaboração com a Rede Ferroviária Federal, de um “Trem da Cultura”, que, desta vez, fará uma longa viagem, da Capital até Uruguaiana, o que representa atravessar todo o território gaúcho e, ainda, percorrer as cidades da região missioneira que continuam servidas por ferrovia.

Compõe-se o trem de seis vagões adaptados para o transporte e exposição de precioso material de diversas instituições culturais do Estado relativo às regiões que deverão ser percorridas. Poderão ser vistos documentos do Arquivo do Estado, obras importantes da Biblioteca Estadual, jornais e numerosas outras peças de interesse para o conhecimento dos locais visitados, beneficiando, assim, a numerosas pessoas que talvez não tenham possibilidade de uma viagem à Capital para visitar as instituições onde tais peças permanecem depositadas. Os vagões são adaptados para exposição, com vitrinas bastante seguras e explicações bastante didáticas das peças exibidas. Enfim, uma espécie de arquivo ambulante... Mais ainda: durante a permanência do “Trem da Cultura” em cada cidade, serão realizadas diversas programações culturais (palestras, aulas especiais, exibição de filmes) e até atividades musicais, de maneira que interesse a rede escolar da localidade.

Ao ler a notícia, pensei logo no meu caríssimo amigo José Sebastião Witter, diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, com intenção de levar-lhe a sugestão para estudar coisa semelhante para o nosso Estado, pois sei quanto ele vem procurando dinamizar a entidade que

dirige, tornando-a cada vez mais presente na vida da Capital e também na do Interior. Aparentemente, não vejo dificuldade para que se faça em São Paulo o que os gaúchos vêm fazendo em seu Estado. A notícia que me sugeriu esta nota informou, ainda, que no ano passado, percorrendo outra região, o “Trem da Cultura” foi visitado por oitenta mil pessoas ! Vejam os leitores: oitenta mil pessoas que provavelmente nunca tiveram oportunidade de visitar um arquivo, tomaram conhecimento da preciosa documentação que lhes foi mostrada, certamente com explicações de pessoal habilitado para o ofício.

Um trem-arquivo que percorra algumas das regiões bem individualizadas, historicamente, de nosso Estado, levando aos seus moradores um pouco da sua história, seria, sem dúvida, acontecimento cultural de alta significação. Aqui fica o exemplo gaúcho e, melhor ainda, a sugestão para algo que também se possa fazer com a história paulista. (13-6-1984.)

*

112. ORLANDO FERRAZ

Número recente de jornal evangélico que se edita em São Paulo, trouxe-me a notícia infausta no falecimento na cidade paulista de Laranjal, onde passara a residir depois de aposentado, do reverendo Orlando Ferraz, não apenas uma ínclita figura de pastor evangélico, mas, inegavelmente, uma das maiores figuras do protestantismo brasileiro. E nome bastante vinculado a Campinas, pois em nossa cidade viveu quase trinta anos, como pastor da Igreja Presbiteriana Independente, da Rua Lusitana. Antes de fixar-se, e por tanto tempo, em Campinas, pastoreou igrejas do Sul de Minas e do Oeste de São Paulo, como, entre outras, a de Bauru, que foi onde, menino ainda, o conheci e onde sua esposa, dona Brasília, que o precedeu de pouco na “última viagem”, ensinou-me a ler. Nada mais precisaria dizer para demonstrar o afeto em que os tinha, embora contingências da vida fizessem com que nos perdêssemos de vista. Orlando Ferraz, depois de Campinas, residiu por muito tempo em Osasco e em Laranjal, de onde o Senhor o chamou, depois de propecta e utilíssima existência, pois chegou aos 95 anos.

Sua comunidade evangélica era a Igreja Presbiteriana Independente, histórica denominação, pois resultou de um movimento de cisão da Igreja Presbiteriana, em 1903, tornando-se a primeira comunidade protestante brasileira inteiramente desvinculada das missões norte-americanas.

Aliás, pertencia Orlando Ferraz a uma família de pastores. Já seu pai, Belarmino Ferraz, que bastante conheci nos meus tempos de

menino e de adolescente, foi pioneiro do protestantismo em certas áreas do Oeste paulista, verdadeira fortaleza que, em idade já bastante avançada, empreendia longas viagens pelo sertão, em muitas das quais acompanhou-o meu pai, também experimentado sertanista. Foi seu irmão, também pastor, D. Salomão Ferraz, que principiou sua trajetória religiosa na Igreja Presbiteriana, transferindo-se depois para a Episcopal e aderindo posteriormente ao movimento do Bispo de Maura pela criação de uma Igreja Católica Brasileira. Desligou-se então da Igreja Anglicana e recebeu a sagração episcopal das mãos do antigo Bispo de Botucatu. Nos seus últimos anos de vida, foi admitido na Igreja Católica Romana, que reconheceu sua sagração e no seio desta Igreja terminou seus dias. Figura interessantíssima, que merece um estudo e do qual já me ocupei nesta mesma folha por ocasião de seu centenário, em 1980 (Vide NBH, nº 99, p. 131). Outro seu irmão, também pastor (e ainda médico), Dr. Seth Ferraz, foi pároco por quase meio século de uma igreja, da mesma comunidade Independente, no Brás, em São Paulo.

Esta nota de respeito e saudade, visa apenas à lembrança de um nome tão vinculado a Campinas, como de tantos outros pastores o foram. (18-7-1984.)

*

113. AMORES PELO BEXIGA

Não deixa de ser curioso que a professora Célia Toledo Lucena se tenha tomado de amores pelo Bixiga (ou Bexiga), o simpático bairro paulistano, dos poucos que ainda se não descaracterizaram de todo. Não sendo de origem italiana, nem sequer da própria cidade de São Paulo, Célia Toledo Lucena faz crer aos que a lerem numa profunda identificação com o bairro onde circunstancialmente foi morar quando, por deveres profissionais, precisou residir na grande metrópole. Ela veio do Oeste de São Paulo a fim de realizar estudos de História em nossa Universidade Católica, onde tive o prazer de tê-la como aluna durante os quatro anos do curso. Tuso fazia supor, naquele momento, que ela se tornaria uma excelente professora (como acredito se tenha tornado), mas nada fazia supor viesse a se tornar a excelente pesquisadora que seu Bixiga, **amore mio** ! revelou.

Num entendimento bem polibiano da História, a autora se enamorou do bairro onde foi residir e cuja história quis escrever. Esta é uma das condições para alguém poder considerar-se um historiador de verdade. De pouco valem os arquivos, os documentos, os mapas, os planos corretamente elaborados, as entrevistas, os depoimentos, os jornais antigos, a mais rica bibliografia (que tudo isto foi utilizado), se, ao manipulá-los, o

autor não puser a sua alma, o seu amor, a sua “garra”, como modernamente se diz. Que seu livro tem amor, prova-o o título que lhe deu; que tem carinho, prova-o a maneira como utilizou o material de que dispôs; que tem “garra”, prova-o o entusiasmo com que o elaborou. E coroando tudo, esta nota extremamente simpática que há de passar despercebida a muitos leitores: ao dedicar o livro, “com muito amor e carinho” aos seus dois filhinhos, faz questão de declarar que eles nasceram no Bexiga... Não sei se algum bexiguense de várias gerações sentiria melhor o simpático bairro.

Há, ainda, outro pormenor: seu livro já produziu um “filhote”, um “Bixiguinha”, incluído na prestigiosa coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense. Dada a penetração, em todo o País, dessa coleção, não só a autora se tornou um nome nacional, como o bairro deixou de ser apenas paulistano, para ser conhecido no Brasil, através de uma análise social e morfológica muito bem-feita, que vem de certa forma complementar o **Bixiga, amore mio!**

Valiosas e bem conduzidas as entrevistas com atores de nosso teatro, pois a atividade teatral vem sendo, de há muito, uma das características do Bixiga, desde que ali, na década de 40, instalou-se o antigo Teatro Brasileiro de Comédia. Mas não só o teatro; também o lazer nas suas formas mais variadas, traduzindo, mais que as atividades econômicas, a “alma” do bairro, este sentimento que todos procuram preservar para a guarda da memória do próprio Bexiga. Seu livro ainda vai me propiciar outro comentário. (20-6-1984.)

*

114. A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM BAIRRO

Quando, há quase trinta anos, publiquei meu pequeno livro sobre a cidade de São Paulo no século XIX, procurei dar ênfase especial (como, aliás, não poderia deixar de o fazer) ao surgimento de importantes bairros da grande cidade, muitos deles originados de antigas chácaras que foram retalhadas. Caso, por exemplo, entre tantos outros, de Santa Cecília, Higienópolis, Perdizes, Campos Elíseos, Vila Buarque, que foram os de que mais cuidei. Um jornalista que teve a gentileza de apreciar de maneira muito simpática meu modesto trabalho, indagou se não seria interessante escrever-se a história dos bairros de São Paulo. Nada havia até então, específico, sobre o assunto. Dispunha-se de uma valiosa bibliografia sobre o passado da cidade, mas praticamente nada sobre os bairros propriamente ditos.

Se a pergunta foi boa, a resposta foi ainda melhor. E esta resposta foi dada pelo Departamento de Cultura da municipalidade que,

em boa hora, começou a publicar uma série de monografias precisamente sobre o que era reclamado: a história dos bairros da cidade de São Paulo. Série que já conta com mais de vinte volumes, sendo os três últimos, aparecidos no ano passado, sobre Aclimação, Jardim América e Perdizes. É interessante observar que tais monografias são resultantes de concursos instituídos pela municipalidade, o que significa real interesse, diria mesmo verdadeira conscientização em torno da importância da história e evolução dos bairros, como elementos fundamentais para a compreensão da grande cidade tentacular que se tornou São Paulo.

O livro da Professora Célia Toledo Lucena, a que fiz referência em nota anterior, não pertence à série do Departamento de Cultura. Mas, sem menosprezo para qualquer dos livros que nela se inserem, **Bixiga, amore mio!**, menos acadêmico e menos convencional, talvez atenda mais ao que a autora pretendeu: preservar a memória do bairro. Por isto mesmo, ela o dedica aos “companheiros fiéis à preservação das memórias do Bixiga, com esperança”. Esperança não só de que ele se não descaracterize completamente, como, também, esperança de que o exemplo do Bixiga possa ser imitado por outros bairros.

A criação do “Museu Memória do Bixiga”, com o qual a professora Célia tem trabalhado, teve por finalidade não só despertar a curiosidade pelo bairro, mas cultivar a preservação arquitetônica sendo um incentivo à memória histórica, como o afirmou seu presidente Armando Puglisi ao prefaciar o livro, lembrando, ainda, que o museu “extrapola seu ambiente físico, pois é o próprio bairro”. (27-6-1984.)

*

115. FERNAND BRAUDEL NA ACADEMIA FRANCESA

Os que frequentaram o curso de História da Universidade de São Paulo, nos seus primeiros anos, de 1935 a 1937 (entre os quais o autor destas linhas) certamente encheram-se de júbilo com notícia publicada há pouco mais de um mês pelos jornais de São Paulo: a da eleição para a Academia Francesa, do professor Fernand Braudel, integrante de uma das primeiras missões de professores franceses contratadas para a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Três anos permaneceu Braudel entre nós, e dificilmente quem com ele conviveu poderá esquecer suas maravilhosas aulas, verdadeiras conferências, com as quais procurava nos iniciar na senda da cultura histórica em nível superior. O que todos nós, na realidade, lamentamos, é que não estivéssemos, ainda, àquela altura de nossas vidas, em condições de maior aproveitamento das lições do grande mestre.

Retirando-se do Brasil a fim de prosseguir sua carreira universitária na Europa, teve-a interrompida pela catástrofe da Segunda Guerra Mundial, da qual, como bom francês, não deixou de participar, sofrendo, inclusive, os horrores de um campo de concentração. Mas, terminada a conflagração, retornou à sua Universidade e aos seus estudos, preparando, para o doutorado, a obra, que, transformada em livro, tornou-se um dos marcos da historiografia francesa deste século: **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Filipe II**. Diretor da revista **Annales**, tornou-se Braudel, com o tempo, o maior dos historiadores franceses. Aliás, não seria difícil, para os que o conheceram de perto, prever-lhe o brilhante futuro.

A notícia do jornal, a que estou fazendo referência, um tanto maliciosamente, chega a afirmar que a Academia Francesa, elegendo Braudel, como que se redimiui da sua obstinação em eleger, de tempos em tempos, “nulidades literárias”. Deu-se ao luxo, agora, de receber verdadeiros escritores... E lembra que, pouco antes, outro grande expoente da cultura francesa também fora admitido à Academia: Lévi-Strauss, etnólogo, mestre do estruturalismo, e que também integrou a missão de professores franceses em São Paulo na mesma época de Braudel. Tive, também, bom relacionamento com Lévi-Strauss, futuro autor dos **Tristes Trópicos**, inclusive servindo-lhe de “cicerone” numa inesquecível visita a Campinas. Encantou-se ele com a nossa Catedral, com a antiga Fazenda Chapadão, onde dias antes estivera Stefan Zweig, e com outras visitas que lhe foi dado fazer. Em nossa Escola Normal, onde proferiu conferência, foi recebido e saudado pelo nosso querido Néelson Omega.

É profundamente significativo que dois antigos professores da Universidade de São Paulo integrem, hoje, a mais famosa Academia do Mundo. (11-7-1984.)

*

116. SUPERSTIÇÃO PAULISTA QUE DESAPARECEU

Em dois artigos publicados há quase meio século na **Revista da Academia Paulista de Letras** (n.ºs 2 e 5, respectivamente de março de 1938 e março de 1939), Afonso de Taunay tratou de uma “superstição paulista de origem alcacerkibiana”, com subsídios interessantes para o folclore paulista, que é sempre grato recordar nesta época do ano. A superstição a que se refere o título do primeiro artigo consistia em considerar-se dia nefasto a primeira segunda-feira de agosto, vinculando-o ao desastre sofrido nos fins do século XVI, no norte da África, pelos portugueses, e no qual perdeu a vida o rei D. Sebastião. A idéia da superstição lhe foi transmitida por Martim Francisco (o terceiro), que lhe

contou numerosos casos de desastres ocorridos, especialmente com caçadores, por não atentarem para o caráter aziago da primeira segunda-feira de agosto. Mas o grande Andrada nada lhe soube informar acerca da origem da superstição.

Em seus artigos (reproduzidos posteriormente no livro **Amador Bueno e outros ensaios**, de 1945),*o ilustre historiador relata como procedeu às pesquisas que lhe trouxeram a convicção da origem alcacerkibiana da crença que encontrou disseminada em São Paulo, principalmente na zona rural, lá pelo princípio do século. Crença que mestre Taunay informa jamais ter ouvido no Rio de Janeiro, onde viveu quase trinta anos, antes de transferir-se para São Paulo. Seria assim, e ainda no dizer do grande historiador, simplesmente um resquício, provavelmente o último, do sebastianismo no Brasil.

O estranho, a ser de fato um resquício de sebastianismo, é que tal crença não fosse encontrada no Rio de Janeiro, onde a influência lusitana foi sempre muito mais acentuada que em São Paulo. Que o sebastianismo deitou raízes maléficas no Brasil, é fato mais que sabido. Não precisaríamos de outro exemplo além do que ocorreu na Pedra Bonita, nos sertões de Pernambuco, na época da Regência.

O fato de a terrível batalha de Alcacer-el-Kibir, que sacrificou a independência de Portugal com a morte de D. Sebastião, último rei da dinastia de Avis, ter sido travada na primeira segunda-feira de agosto (dia 4) do ano de 1578, pode ter, sem problemas, influído na crença de azar para esse dia tão nefasto a todos os portugueses. Mas, por que a superstição não aparece nas crônicas do período colonial, quando, com mais razão, deveria ser corrente ? Ou talvez apareça e nunca tenha sido pesquisada ? Eis um problema a desafiar os estudiosos do folclore, especialmente por se considerar que a superstição desapareceu de todo, as novas gerações dela nem tendo conhecimento, não fora os escritos de mestre Taunay. (1-8-1984)

*

117. REEDIÇÃO DE PERIÓDICOS

O último número do precioso **Boletim Histórico e Informativo**, editado trimestralmente pelo Arquivo do Estado, estampou valioso trabalho da professora Ana Maria de Almeida Camargo, diretora do Arquivo Público de Rio Claro, sobre a reedição de periódicos antigos do Brasil. Nele, quarenta e dois títulos são arrolados, com pequenos mas suficientes comentários. Embora date de 1930 a primeira iniciativa de reedição de periódicos no Brasil (quatro jornais gaúchos da época da

“Farroupilha”), só recentemente vem sendo praticada “uma política sistemática de preservação da memória hemerográfica brasileira”, informa a autora. A atuação de instituições culturais conscientes da importância de divulgar documentos de difícil acesso ao pesquisador soma-se a do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, responsável pela reunião de número considerável de jornais e revistas até então dispersos em bibliotecas públicas e particulares.

Entre os periódicos reeditados e arrolados no artigo que sugeriu esta nota, figuram muitos do mais alto interesse, como **O Tamoyo** e **A Malagueta**, da época da Independência; **O Progresso**, da época da Revolução Praieira; **O Carapuceiro**, do Padre Lopes Gama; o **19 de Dezembro**, primeiro jornal do Paraná; e ainda diversas revistas de interesse para a história do Modernismo: **Estética**, **Festa**, **Klaxon**, **A Revista**, **Revista de Antropofagia**, **Verde**, **Terra Roxa** e **outras terras**, ou revistas de interesse para o estudo do Romantismo, como **Nitheroy** e **Revista da Sociedade Philomatica**. Acrescentem-se a estes títulos três outros editados pelo próprio Arquivo do Estado: **O Polichinelo**, **Democracia** e **Cabrião**, todos de enorme interesse para a história da cidade de São Paulo.

O artigo da professora Ana Maria Camargo me surpreendeu, pois confesso não imaginava fossem tantos os jornais e periódicos em geral já reimpressos em forma de livros. Mas me parece estranho que se não tenha pensado, ainda, na reedição de dois importantíssimos periódicos: o jornal de Hipólito da Costa (**Correio Braziliense**), editado em Londres e de tanto interesse para a época da Independência, e o **Typhis Pernambucano**, o famoso jornal de Frei Caneca, talvez o primeiro jornal doutrinário a circular no Brasil. Ambos são significativos como reflexo da cultura brasileira do tempo. O governo de Pernambuco, bem como o da cidade do Recife, que editaram **O Progresso** e **O Carapuceiro** (este, em três belos volumes), bem poderiam lançar suas vistas para o **Typhis**. Há muitos anos dei esta sugestão ao professor Amaro Quintas, responsável pela reedição de **O Progresso**, mas infelizmente não tive a receptividade que esperava. Mas, creio, convém insistir. (8-8-1984.)

*

118. A OBRA DO CONDESTÁVEL D. PEDRO

Graças à amabilidade do senhor professor doutor Aureliano da Fonseca, da Faculdade de Medicina da Unicamp, tive oportunidade de travar conhecimento com importantíssima obra da historiografia portuguesa medieval, editada em Lisboa pela Fundação Calouste Gulbenkian sob a responsabilidade de seu filho, o também professor Luís

Alberto Adão da Fonseca, da Universidade do Porto. Trata-se das obras completas do Condestável D. Pedro, de Portugal, que viveu entre 1429 e 1466. Vida curta, de menos de quarenta anos, mas extremamente movimentada (e acidentada) numa das fases mais difíceis da história portuguesa, justamente o período em que a dinastia de Avis procurava firmar-se no trono para assegurar de vez a independência lusitana.

Foi o Condestável D. Pedro — diz o professor Fonseca — uma das personalidades mais interessantes do quatrocentismo peninsular, deixando uma obra que “se não vislumbra pela sua originalidade, não deixa, no entanto, de atrair enquanto expressão de cultura e da mentalidade peninsular dos finais da Idade Média”. Mais ainda: nele vê o professor Fonseca “a expressão inequívoca do impacto provocado pela transição dos tempos medievais para o Renascimento”. Tanto que nele coexistem elementos díspares: à parte duma mundividência tradicional, na qual o Cristianismo e os valores étnicos predominam, encontra-se uma enorme sensibilidade estética que nos sugere a antevisão do homem do Renascimento.

Para maior organicidade, foi a obra do Condestável dividida em quatro grupos, correspondendo cada um a textos que, pelo tema ou pela época em que foram escritos, constituem unidades distintas: 1. Obras maiores; 2. Obra poética; 3. Produção epistolográfica; e finalmente as cartas escritas da Catalunha, nos seus dois últimos anos de vida.

O que impressiona no belo volume de mais de quatrocentas páginas elaborado pelo ilustre professor portuense é o cuidado na pesquisa e na investigação para apostilar o texto do Condestável numa realização diplomática do mais alto valor como poucas vezes temos visto. A notar-se ainda a qualidade da impressão e a riqueza das ilustrações reproduzindo fac-similarmente preciosos códices extraídos de dois manuscritos das obras de D. Pedro, sendo um a cores, da primeira folha do único manuscrito quatrocentista existente da **Tragédia da Insigne Rainha Dona Isabel**. Enfim, um trabalho que honra a historiografia e a diplomática portuguesas. (25-7-1984.)

ÍNDICES DOS NÚMEROS 113 A 116
(Ano XVI, 1984)

- 113 — janeiro/março — págs. 1 a 94
114 — abril/junho — págs. 95 a 184
115 — julho/setembro — págs. 185 a 268
116 — outubro/dezembro — págs. 269 a 360

ÍNDICE DE AUTORES

- ALLAIN, Émile — Escolas, Entidades Culturais e Imprensa no Rio de Janeiro em 1884 — 193.
ATHAYDE, Austregésilo de — “Sua Majestade, o Presidente” — 223.
ATHAYDE, Tristão de — A República no Brasil — 249.
- BRUNO, Ernani Silva — Vivaldo Coaracy, memorialista e homem de imprensa — 221.
BRUNO, Ernani Silva — Mestre João Ribeiro, meio século depois — 302.
- CAMPANELLA, Tommaso — Questões sobre a República ideal — 250.
CARVALHO, Roberto Machado — Reminiscências cornelianas — 305.
CORTESÃO, Jaime — João Ramalho — 263.
CRUTCHFIELD, Will — “Elizabeth”, ópera inédita de Donizetti — 336.
CUNHA, Euclides de — A queda do Império — 342.
- DAMANTE, Hélio — Jaime Cortesão, historiador de dois povos — 252.
DAMANTE, Hélio — Trajetória intelectual e pensamento político de um ideólogo — 128.
- FALCÃO, Marino — XI de Agosto de 1827 e a evocação poética de São Paulo antigo — 112.
FONSECA, Aureliano da — O sentido da Universidade — 309.
FRANCO, Afonso Arinos de Mello — Uma Constituição à altura dos fundadores — 121.
- IGLESIAS, Francisco — Lembrando Castelo Branco — 210.
- JAGUARIBE, Hélio — Prefácio a um livro de José Octávio — 130.
- LAPA, J. R. do Amaral — Ataliba Nogueira — 165.
LENSI, Ersio — Uma tentativa de devolução — 1.
- MATOS, Odilon Nogueira de — A obra do Condestável D. Pedro — 359.
MATOS, Odilon Nogueira de — A presença da guerra — 271.
MATOS, Odilon Nogueira de — A preservação da memória de um bairro — 355.
MATOS, Odilon Nogueira de — Amores pelo Bexiga — 354.
MATOS, Odilon Nogueira de — Antevisão da “Nordeste” — 180.
MATOS, Odilon Nogueira de — De Biguaçu e do que lhe tem acontecido — 178.
MATOS, Odilon Nogueira de — Divulgador amável de nossa História — 267.
MATOS, Odilon Nogueira de — Fernand Braudel na Academia Francesa — 356.
MATOS, Odilon Nogueira de — Mercenário e também pintor — 177.

- MATOS, Odilon Nogueira de – Monsenhor Raimundo Trindade – 346.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Música para o Rei de Nápoles – 163.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Música para o "Tivoli" – 337.
 MATOS, Odilon Nogueira de – O Hino Nacional Brasileiro – 95.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Orlando Ferraz – 353.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Os dois XI de Agosto – 187.
 MATOS, Odilon Nogueira de – "Paulística" – 183.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Pela seara da Sociologia – 179.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Reedição de periódicos – 358.
 MATOS, Odilon Nogueira de – "Revista Brasileira" – 266.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Sílvio Romero – 170.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Superstição paulista que desapareceu – 357.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Tentativas de devolução a São Paulo – 7.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Trem da Cultura – 352.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Uma preciosa Corografia Mineira – 351.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Viajante francês pouco conhecido – 182.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Visconde de Taunay, o quase esquecido – 265.
 MATOS, Odilon Nogueira de – Waldomiro de Vasconcelos Ferreira – 181.
 MEIRELLES, Domingos – O homem que desenhava o Brasil – 230.
 MIRANDA NETO – A Lenda de José – 164.
 MUELLER, Edison – Notas à margem de "Saga" – 204.
- NEVES, João Alves das – A constante colaboração de Jaime Cortesão na imprensa brasileira – 252.
- OCTAVIO, José – Temas, autores e obras na historiografia nordestina – 308.
 OLIVEIRA, Almir de – A guerra: causas e conseqüências – 275.
 OTTONI, Teófilo – Direito e dever cívico – 167.
 OVIDIO, Francisco – A Constituição Federal de 1891 – 133.
- PUPO, Benedito Barbosa – Carlos Gomes: acervo no Museu Histórico Nacional – 332.
 PUPO, Celso Maria de Mello – Campinas e a Revolução de 1842 – 247.
 PUPO, Celso Maria de Mello – Estelinha Epstein – 239.
- RICCI, Maria Lúcia B. Rangel – José Carlos Mariátegui, um autor a ser rediscutido – 304.
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – O autoritarismo brasileiro é uma questão de estrutura ou de conjuntura? – 149.
 RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Pode ser neutra a ciência? – 192.
 ROMERO, Sílvio – Desacordo com Tobias Barreto – 174.
 RÓNAI, Paulo – Viajantes húngaros no Brasil – 77.
 ROY, Teresa M. Malatian – Jackson de Figueiredo e a Monarquia – 225.
- SANTOS, Liliâne dos – O elemento sócio-político em "Incidente em Antares" – 215.
 SANTOS FILHO, Lycurgo – "A Mulher na Medicina" – 299.
- TAUNAY, Visconde de – Campinas em 1865 – 339.
 TRINDADE, Mons. Raimundo – A Igreja de São Francisco de Assis – 348.
- WEIMER, Guenther – Hoermeyer e o Rio Grande – 146.
 WISSON, Woodrow – Os 14 Princípios – 343.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- À Margem da História da República – 153.
 ALMANAQUE Literário de São Paulo – 227.

- AGUIAR, Pinto de – Um episódio da Reação Liberal de 1878 – 151.
ÂNGULO Nº 20 – 158.
ANUÁRIO do Museu Imperial nºs 37/41 – 158.
AR 006, dez. de 1982 – 158.
ARRUDA, J. Jobson – Revolução Industrial e Capitalismo – 321.
- BADARÓ, Líbero – Liberdade de imprensa – 228.
BALHANA, Altiva P. – História social do Brasil: teoria e metodologia – 325.
BOLETIM do Inst. Hist., Geogr. e Etnogr. Paranaense, vols. 39 e 40 – 158.
- CADERNOS do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 18 – 159.
CAMPANÁRIO, Manuel de Abreu – Hans Staden, o homem e a obra – 151.
CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo – Constituição da República Federativa do Brasil – 321.
CARVALHO, Roberto M. – Memória de uma escola – 152.
CARVALHO, Cgo. J. Vidigal de – Um historiador beletrista – 322.
CASTRO, Therezinha de – José Bonifácio e a unidade nacional – 322.
CASTRO, Therezinha de – O Brasil, da Amazônia ao Prata – 152.
CIÊNCIAS e Letras, nº 3 – 159.
COELHO, Aristides Pinto – Nos confins dos três mares – 323.
COLOMBO, Cristóvão – Diários da descoberta da América – 324.
- DALL'ALBA, Pe. João L. – Laguna antes de 1880 – 229.
DANTAS, Manuel – Uma figura do Império: o Cons. Paulo Barbosa da Silva – 229.
DAUMARD, Adeline – História social do Brasil: teoria e metodologia – 325.
DULLES, Foster – Castelo Branco, o presidente reformador – 210.
- ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, v. IX, nºs 1 e 2 – 159.
EURÍPEDES Simões de Paula – 230.
- FERREIRA, Barros – Tordesilhas, um pingo no mapa, um borrão na História – 231.
FERREIRA, Júlio A. – Apocalipse, ontem e hoje – 154.
FLORES, Moacyr – Colonialismo e missões jesuíticas – 232.
FONSECA, Luiz Alberto Adão da – A obra completa do Condestável D. Pedro de Portugal – 359.
- GEOGRAFIA, v. 8, nºs 15/16 – 159.
GRAF, Marcia Elisa de Campos – História social do Brasil: teoria e metodologia – 325.
GRONDIN, Marcelo – A rebelião camponesa na Bolívia – 154.
- HAMBLOCH, E. – Sua Majestade, o Presidente do Brasil – 223.
HISTÓRIA: Questões & Debates, nºs 6 e 7 – 328.
HORMEYER, J. – Descrição da Província do Rio grande do Sul – 146.
- LEITE, Rogério C. Cerqueira – Quem tem medo do nacionalismo – 155.
LUCENA, Célia Regina T. – Bairro do Bexiga – 354.
LUCENA, Célia Regina T. – Bixiga, amore mio – 354, 355.
LUZZI, Roque – Rapsódia caipira – 325.
- MAQUIAVEL – O Príncipe – 155.
MATOS, Gen. Meira – Geopolítica e Trópicos – 326.
MATOS, Raimundo J. da Cunha – Corografia da Província de Minas Gerais – 351.
- NOVELLI JUNIOR – Padre Bento Dias Pacheco – 156.

- OCTAVIO, José — A revolução estatizada — 130.
 OLIVEIRA, Almir de — Democracia e Direitos Humanos — 157.
- PACHECO, Josephine — O problema do racismo nos Estados Unidos — 326.
 PASIN, José Luiz — Guaratinguetá: tempo e memória — 233.
 PESSOA, Reynaldo X. C. — O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado — 233.
 PUBLICAÇÕES do Museu Municipal de Paulínia, nº 27 — 234.
- REFLEXÃO, nº 26 — 160.
 REIS, Arthur C. F. — Aspectos da Formação Brasileira — 157.
 REVISTA Brasileira de Estudos Históricos, nºs 2, 3 e 4 — 160.
 REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 57 — 160.
 REVISTA Brasileira de Sociologia, nº 7, nºs 1 e 2 — 161.
 REVISTA da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, nº 1 — 161.
 REVISTA de Antropologia, v. 26 — 328.
 REVISTA do Inst. de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, ano X — 161.
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vols. 332 a 338 — 234, 329.
 RIBEIRO JÚNIOR, João — Alberto Sales — 128.
- SCHWARTZMAN, S. — Bases do autoritarismo brasileiro — 149.
- THOMÉ, Nilson — Trem de ferro — 327.
- VERÍSSIMO, Érico — Incidente em Antares — 215.
- WESTPHALEN, Cecília M. — História social do Brasil: teoria e metodologia — 325.

TEXTOS E SELEÇÕES

- ATHAYDE, Tristão de — A República no Brasil — 249.
 CAMPANELLA, Tommaso — Questões sobre a República Ideal — 250.
 CORTESÃO, Jaime — João Ramalho — 263.
 CUNHA, Euclides da — A queda do Império — 342.
 ROMERO, Sílvio — Desacordo com Tobias Barreto — 174.
 OTTONI, Teófilo — Direito e dever cívico — 167.
 SANTA ALIANÇA (A) — 168.
 TRINDADE, Raimundo — A Igreja de São Francisco de Assis — 348.
 WILSON, W. — Os 14 Princípios — 343.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Jaime Cortesão — 252.
 Raimundo Trindade (Mons.) — 346.
 Sílvio Romero — 170.

NOTICIÁRIO

- Carlos Gomes: acervo no Museu Histórico Nacional — 332.
 Casa de Érico Veríssimo — 331.
 Conferência Sul-Americana de Estudos Históricos — 238.
 Documentos do Arquivo Nacional — 162.
 Museu da Família Colonial — 331.
 Percy Lau — 236.

Sesquicentenário de Sant'Ana Gomes — 334.
Telas de Benedito Calixto em Catanduva — 333.

MEMÓRIA CAMPINEIRA

Ataliba Nogueira — 165.
Campinas e a Revolução de 1842 — 247.
Campinas no relato de Taunay — 339.

UM POUCO DE MÚSICA

A lenda de José — 164.
"Elizabeth", ópera inédita de Donizetti — 336.
Estelinha Epstein — 239.
Música para o rei de Nápoles — 163.
Música para o "Tivoli" — 337.

RABISCO DE UM ESCREVINHADOR

A obra do Condestável D. Pedro — 359.
A preservação da memória de um bairro — 355.
Amores pelo Bexiga — 354.
Antevisão da "Noroeste" — 180.
De Biguaçu e do que lhe tem acontecido — 178.
Divulgador amável de nossa História — 267.
Fernand Braudel na Academia Francesa — 356.
Mercenário e também pintor — 177.
Orlando Ferraz — 353.
"Paul ística" — 183.
Pela seara da Sociologia — 179.
Reedição de periódicos — 358.
"Revista Brasileira" — 266.
Superstição paulista que desapareceu — 357.
Trem da Cultura — 352.
Uma preciosa Corografia Mineira — 351.
Viajante francês pouco conhecido — 182.
Visconde de Taunay, o quase esquecido — 265.
Waldomiro de Vasconcelos Ferreira — 181.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Alberto Sales — 128.
Almanaques de São Paulo — 227.
Antártida — 323.
Apocalipse — 154.
Arquivos — 352.
Arsène Isabelle — 182.
Ataliba Nogueira — 165.
Autoritarismo — 149.

Ballet — 164.
Bauru — 180.
Benedito Calixto — 333.
Bexiga — 354, 355.

Biguaçu — 178.

Bolívia — 154.

Campinas — 165; 247; 339.

Capitalismo — 321.

Carlos Gomes — 332.

Castelo Branco — 210.

Catanduva — 333.

Ciência — 192.

Conferência Sul-americana de Estudos Históricos — 238.

Constituições brasileiras — 133; 321.

Constituição dos Estados Unidos — 121.

Contestado — 327.

Cornélio Pires — 305; 325.

Cunha Matos — 351.

Cursos jurídicos — 112; 187.

Descoberta da América — 324.

Direito — 133; 167.

Érico Veríssimo — 215.

Estelinha Epstein — 239.

Estrada de ferro — 180; 187.

Eurípedes Simões de Paula — 230.

Faculdade de Direito de São Paulo — 112; 187.

Fernand Braudel — 356.

Filosofia da ciência — 192.

Folclore — 357.

Geopolítica — 326.

Guaratinguetá — 233.

Guerra — 271; 275; 343.

Hans Staden — 151.

Haydn — 163.

Hino Nacional Brasileiro — 95.

História da Medicina — 299.

História religiosa mineira — 346.

História social — 325.

Historiografia nordestina — 308.

Hormeyer — 146.

Idade Média — 359.

Igrejas mineiras — 348.

Imprensa (Liberdade de) — 228.

Imprensa no Rio de Janeiro — 193.

Incidente em Antares — 215.

Instituições culturais do Rio de Janeiro – 193.
Itu – 152; 156.

Jackson de Figueiredo – 225.
Jaime Cortesão – 252; 257; 261.
João Ramalho – 263.
João Ribeiro – 302.
José Bonifácio – 304.

Laguna – 229.
Líbero Badaró – 228.
Limites São Paulo/Minas – nº 113.
Literatura em São Paulo – 112.
Literatura portuguesa – 359.

Maquiavel – 155.
Mariátégui – 304.
Minas Gerais – 351; o nº 113.
Missões jesuíticas – 232.
Museu da Família Colonial – 331.
Música dinamarquesa – 337.

Noroeste do Brasil (Estr. de Ferro) – 180.

Ópera – 336.
Orlando Ferraz – 353.
Padre Bento – 156.
“Paulística” (coleção) – 183.
Paulo Barbosa da Silva (Cons.) – 229.
Percy Lau – 230.
Política internacional – 343.
Presidencialismo no Brasil – 223.
Princípios de Wilson – 343.

Questão de limites São Paulo/Minas – nº 113.

Raimundo Trindade (Mons.) – 322; 346.
Reação liberal de 1878 – 151.
Reedição de periódicos – 358.
Regimento Geral dos Governadores – 321.
República no Brasil – 153; 233; 249; 342.
República – 250.
“Revista Brasileira” – 266.
Revolução de 1842 – 247.
Revolução de 1930 – 130.
Revolução de 1964 – 210.
Revolução Industrial – 321.
Rio de Janeiro em 1884 – 193.
Rio Grande do Sul – 146; 177; 182.

"Saga" – 204.

Sant'Ana Gomes – 334.

Sílvio Romero – 179.

Sociologia – 179.

Superstição paulista – 357.

Tivoli – 337.

Tobias Barreto – 174.

Tratado de Tordesilhas – 231.

Universidade – 121.

Viajantes húngaros no Brasil – 77.

Vida cultural no Rio de Janeiro – 193.

Viriato Correia – 267.

Visconde de Taunay – 265; 339.

Vivaldo Coaracy – 221.

Waldomiro V. Ferreira – 181.

Wendroth – 177.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

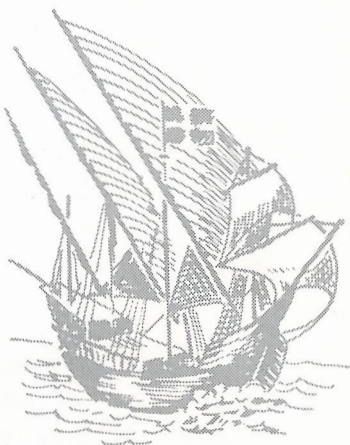
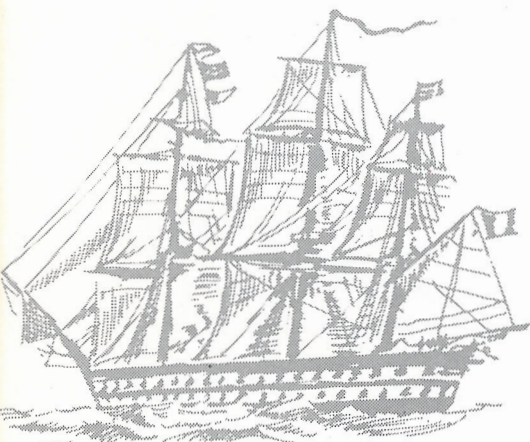
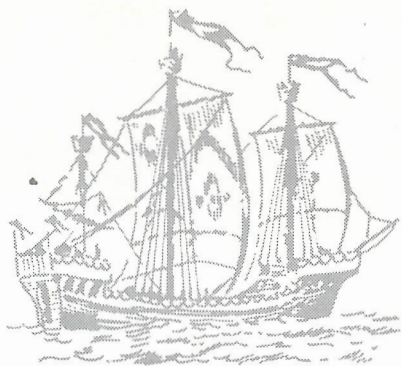
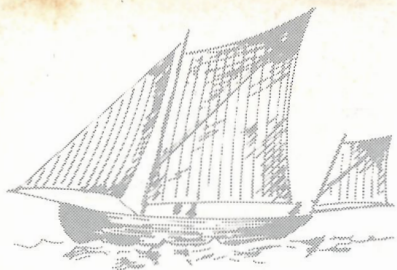
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

